

V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal



V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal

**FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MEDA,
PINHEL E VILA NOVA DE FOZ CÔA,
13 A 16 DE MAIO DE 2009**

Dando continuidade aos congressos que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar, realizou-se entre 13 e 16 de Maio de 2009 o 5.º Congresso de Arqueologia, que procurou divulgar e debater a investigação que decorre na região. A Direcção Regional de Cultura do Norte juntou-se à iniciativa, promovendo a edição das Actas das Sessões, essencial para a real divulgação dos conteúdos, valorização do património e dos conhecimentos.

Sessões:

- Arte Rupestre e Pré-História
 - Proto-História e Romanização
 - O Período Medieval e Pós-Medieval
 - Museus e Dinâmica Cultural das Regiões
-

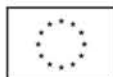
Organização do Congresso:

Parque Arqueológico do Vale do Côa
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Apoio à Organização e Entidades financiadoras:

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Câmara Municipal de Meda
Câmara Municipal de Pinhel
Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Entidades financiadoras da Edição:



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

Fotografias capa:

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA,

DALILA CORREIA,

JOÃO ROMBA,

JOSÉ PAULO RUAS,

MÁRIO REIS

JPR	JPR	JPR	JR
JR	JPR	JPR	JPR
DC	AMB	JPR	MR

Em 2003 a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão organizou o primeiro Congresso de âmbito regional que viria a ter continuidade nos anos seguintes. Em 2006, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Centro Nacional de Arte Rupestre associaram-se à organização e as três entidades, com o decisivo apoio dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, organizaram o 3.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. O Congresso decorreu entre 16 e 18 de Maio de 2006 naqueles três municípios, integrando 6 sessões. As actas foram publicadas numa edição viabilizada pela AIBT do Vale do Côa.

O 4.º Congresso revestiu-se de um formato diferente, um Fórum de Valorização e Promoção do Património Regional, que teve lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho de 2007, nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, os quatro concelhos que integram o Parque Arqueológico. As actas foram publicadas pela ACDR de Freixo de Numão, com financiamento da AIBT do Vale do Côa e das autarquias envolvidas.

Em 2009, de 13 a 16 de Maio, realizou-se, nos mesmos municípios, o 5.º Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal, organizado pela ACDR de Freixo de Numão e Parque Arqueológico do Vale do Côa cujas actas são agora dadas à estampa pela Direcção Regional de Cultura do Norte.



título

Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal

coordenação

Miguel Areosa Rodrigues
Alexandra Cerveira Lima
André Tomás Santos

autores

AA VV

capa

Ana Sarmento

composição gráfica

Ana Sarmento

data de edição

1.ª edição, Dezembro de 2011

ISBN

978-989-658-184-8

depósito legal

?????/??

edição



Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 – R/c Drt.º

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 · Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

DIRECÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO NORTE

Apoios



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO	9
PROSPECÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO CÔA: PONTO DA SITUAÇÃO EM MAIO DE 2009 Mário Reis.....	11
CRUZANDO OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS E ARTE RUPESTRE NO VALE DA RIBEIRA DO MOSTEIRO: DADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA S.S. Figueiredo, R. Gaspar, P. Xavier	125
UMA OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO FINAL/CALCOLÍTICO NA QUINTA DE SÃO TIAGO (DOMINGUIO – COVILHÃ) Júlio Manuel Pereira, António Sérgio dos Santos Pereira	161
AS CERÂMICAS DO TERCEIRO E SEGUNDO MILÉNIOS A. C. DE CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA) Ângela Carneiro.....	187
INDÍCIOS DE VITRIFICAÇÃO DA MURALHA PROTO-HISTÓRICA DO SABUGAL VELHO Marcos Osório, Paulo Pernadas.....	219
OUTEIRO LESENHO (BOTICAS): INTERVENÇÕES RECENTES NO POVOADO PROTO-HISTÓRICO Carla Maria Braz Martins, Gonçalo Passos Correia da Cruz, João Fonte	239
ARTE RUPESTRE DE BRITEIROS. INVESTIGAÇÃO E POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO Gonçalo Passos Correia da Cruz, Daniela Dolores Faria Cardoso	255
UMA “NOVA VIA” NA VELHA REDE VIÁRIA ROMANA DE MANGUALDE António Luís Marques Tavares	273
EXPLORAÇÕES AURÍFERAS NO ALTO DOURO PORTUGUÊS (ENTRE A FOZ DO RIO TUA E BARCA DE ALVA) Francisco Sande Lemos, Carla Maria Braz Martins	293
“PELA BEIRA INTERIOR NO SÉCULO I D. C. – DAS CAPITAIS DE <i>CIUITATES</i> AOS <i>UICI</i> , ENTRE O PÔNSUL E A ESTRELA” Pedro C. Carvalho	317

VALE DO MOURO (CORISCADA – MÊDA) – PONTO DA SITUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DE 2003 A 2009 António Sá Coixão, Tony Silvino, Pedro Abrunhosa Pereira	335
O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE S. GENS (SANTA MARIA, CELORICO DA BEIRA) – NOTÍCIA PRELIMINAR DA CAMPANHA DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADA EM 2008 António Carlos Marques, Catarina Tente	339
O MONTE DA SR. ^a DO CASTELO EM TEMPOS MEDIEVOS. ANÁLISE DO ESPÓLIO EXUMADO Carla Maria Braz Martins	357
GEOGRAFIAS E ESTRATIGRAFIAS INTERPRETATIVAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO DOS PAÇOS (SÉCS. XV-XVI) Salete da Ponte, Rui Ferreira, Maria José Bento	379
A ARQUEOLOGIA ICONOGRÁFICA DA (I) MATERIALIDADE DOS ARTEFACTOS CERÂMICOS DA “PEDRO DIAS” Salete da Ponte, Judite Miranda, Ricardo Triães, Rosa Vieira	387
A ABERTURA DO TÚNEL DE LA CARRETERA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DO DOURO EM TERRITÓRIO SALMANTINO: ABROLHOS E SOLUÇÕES COM UM TERRÍVEL DESASTRE DE PERMEIO Carlos d’Abreu, Emilio Rivas Calvo	397
O CINEMA NO DISTRITO DA GUARDA – NOTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DA COMUNICAÇÃO António Alberto Rodrigues Trabulo	439
ESBOÇO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O MUSEU DO CÔA Marta Mendes	463
PROJECTO DE CRIAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS E/OU CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA ÁREA DOS CONCELHOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA E MÊDA António do Nascimento Sá Coixão, Sandra Naldinho	479
O MUSEU DO SABUGAL E O SEU PAPEL NA DINÂMICA CULTURAL DO VALE DO CÔA Carla Augusto, Jorge Torres	507
AS EXPECTATIVAS DA “RENTABILIDADE SOCIAL” DA PAISAGEM NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO DAS “PAISAGENS/ESPAÇOS CULTURAIS” José Paulo Francisco	519
CARTAS ARQUEOLÓGICAS E CARTAS PATRIMONIAIS COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL. A PERTINÊNCIA, OU NÃO, DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA? Fernando Pau-Preto	533

“PROSPECÇÃO DA ARTE RUPESTRE DO CÔA: PONTO DA SITUAÇÃO EM MAIO DE 2009”

Mário Reis*

Resumo

Desde a sua descoberta e revelação pública em 1994/1995, a arte do Côa não tem cessado de proporcionar novas revelações, em novos sítios e novos registos, e a realização de um balanço final da sua prospecção arqueológica está ainda longe de ser possível. Apresenta-se assim um ponto da situação conhecida em Maio de 2009, com a quantificação dos registos presentemente existentes, em sítios, rochas historiadas e outros suportes, um olhar para as últimas descobertas e uma análise sumária das características da arte rupestre do Côa, em toda a sua longa sequência diacrónica.

Palavras-chave: Arte Rupestre; Vale do Côa; Prospecção.

Abstract

Ever since its discovery and public revelation in 1994/1995, the Côa Valley rock-art has ceaselessly provided new evidence, both in terms of sites and engraved rocks, and the making of a final appreciation of archaeological surveys is still far from possible. This paper offers an update of the situation known by May 2009. We quantify the present records as far as sites, engraved and/or painted rocks or other backdrops are concerned, we take a look at the latest discoveries and provide a short analysis of the Côa Valley rock-art, in its long diachronic sequence.

Keywords: Rock-art; Côa Valley; Archaeological Survey.

* Parque Arqueológico do Vale do Côa.

1. Introdução: ponto da situação

Nos finais do ano de 1995, quando a decisão de preservar a arte rupestre do Côa estava tomada, e começava lentamente a assentar a poeira do intenso combate entre os defensores e opositores desta decisão, a investigação até ali realizada deste conjunto rupestre registava uma assinalável quantidade de sítios e rochas historiadas, sobretudo paleolíticas, mas já com um acervo razoável de registos e motivos das épocas mais recentes que também integram e caracterizam a arte do Côa: Pré-história Recente, Idade do Ferro e Época Histórica. Esta abundância de rochas e motivos em todos estes períodos rapidamente se irá assumir como uma das características principais do conjunto da arte do Côa e, de 1995 até hoje, as novas descobertas são uma constante, em ritmo variável. Sendo verdade que houve um ou outro ano em que não se encontraram novos sítios, também é verdade que em todos estes anos, sem exceção, se registaram novas ocorrências em muitos dos sítios já conhecidos (ver Quadro 1).

Para clarificar a expressão “arte do Côa”, a que iremos repetidamente recorrer, é sabido que as primeiras descobertas, em 1994 e 1995, se situavam quase todas no rio Côa, e rapidamente se assumiu, a nível científico e também do grande público, a centralidade deste rio na distribuição das gravuras. No entanto, com o decorrer da investigação, rapidamente se tornou claro que os vestígios de arte rupestre se distribuíam não só no Côa mas também no Douro, para ambos os lados da embocadura do Côa. Assim, pela expressão “arte do Côa”, referimo-nos a todo este grande conjunto rupestre, em toda a sua área ao longo do Côa e do Douro, e que podemos considerar como um conjunto de motivos figurativos em suporte rochoso, de cronologias diversas mas com forte unidade estilística, temática e paisagística, que transcendem as naturais divergências próprias de cada ciclo artístico e lhe conferem grande coerência e “uniformidade”, que claramente o distingue de outros conjuntos rupestres.

Também para esclarecer o uso das palavras “registo, rocha, afloramento e sítio”, que iremos utilizar abundantemente, por “registo” entendemos qualquer tipo de suporte pétreo com algum tipo de intervenção gráfica humana, gravura ou pintura, que esteja inventariado no conjunto da arte do Côa. Por “afloramento”, designamos os suportes rochosos em geral, de qualquer tipo geológico, sejam ou não historiados, e que estejam ainda *in situ*. A grande maioria dos registos consistem nas chamadas “rochas”, que são afloramentos que foram historiados, ou seja, apresentam gravuras e/ou pinturas. Os “sítios” são áreas de terreno em cujo interior se encontra pelo menos um destes registos. A sua definição é algo arbitrária, obedece sobretudo a uma lógica de inventário mas, de forma geral, procura-se que a sua delimitação obedeça a critérios geomorfológicos consistentes e coerentes, de forma a que a divisão entre os diferentes sítios não surja de forma arbitrária, mas tenha uma lógica por detrás.

Foram já publicados três diferentes pontos da situação, com a quantificação do número de registos e de sítios. O primeiro surge no conhecido “Relatório” de 1997 (Zilhão

(coord.), 1997a), com a súmula da investigação arqueológica realizada até ali no Vale do Côa, e que serviu de base à decisão definitiva de abandonar a construção da barragem do Côa, e também à UNESCO para a declaração da arte paleolítica do Côa como Património Mundial. Na parte dedicada à arte rupestre (Baptista & Gomes, 1997), inventariaram-se 22 sítios com 214 registos. Dois anos depois, António Martinho Baptista apresentava uma quantidade pouco superior: 28 sítios com 231 registos (Baptista, 1999a). Em meados de 2006, os números estão já substancialmente acrescidos: 36 sítios com 644 registos, em que o contributo da prospecção sistemática de alguns dos sítios, nomeadamente a Foz do Côa, já se fazia sentir (Baptista & Reis, 2009)¹.

Os números anteriores mostram um aumento acentuado do número de registos, mas não tanto do número de sítios, que cresceu menos do que seria de esperar entre 1999 e 2006. Nos últimos anos, no entanto, a situação também se alterou neste aspecto, pois a prospecção de arte rupestre assumiu, declarada e programaticamente, duas vertentes distintas e complementares: por um lado, a prospecção sistemática dos sítios já conhecidos, que levou a um substancial acréscimo dos registos inventariados; por outro lado, a prospecção orientada para a detecção de novos sítios, que originou igualmente um salto considerável na quantidade de sítios inventariados. Não sendo nem podendo ser um balanço quantitativo final, uma vez que a prospecção da arte rupestre nesta região ainda tem muito que descobrir, um ponto de situação intermédio tem que escolher um qualquer término temporal, que optamos ser o existente na altura da apresentação pública que fizemos em Maio de 2009.

Assim, o ponto da situação nesse momento é o seguinte:

59 sítios com 947 registos inventariados.

A distribuição cronológica dos 947 registos é a seguinte:

Paleolítico Superior – 457 registos em 37 sítios

Pré-história Recente – 42 registos em 15 sítios

Idade do Ferro – 320 registos em 35 sítios

Época Histórica – 177 registos em 34 sítios

Indeterminado – 111 registos em 22 sítios

¹ A bibliografia sobre a arte do Côa começa a ser relativamente abundante, e muita está disponível para ser descarregada na página do Parque e Museu do Côa na Internet (www.arte-coa.pt), e onde também se encontram numerosas fotografias dos sítios e de arte rupestre. Recomendáramos algumas das obras mais relevantes, pelos textos e/ou imagens que proporcionam, numa lista certamente incompleta: Aubry (ed.), 2009; Aubry & Sampaio, 2008, 2009; Bahn, 1995; Baptista, 1983, 1999a, 1999b, 2001, 2008a, 2008b; Baptista & Reis, 2008, 2009; Santos, 2008; Zilhão (coord.), 1997a, 2003; Zilhão *et al.*, 1997; AA. VV., 1995; 2008. Uma análise distinta e mais detalhada dos sítios, das rochas e das gravuras pertencentes à fase inicial da arte paleolítica do Côa encontra-se em Baptista, Santos & Correia, 2006, 2008, 2009.

O Quadro 1 mostra a evolução das descobertas desde 1994, fazendo neste primeiro ano o apanhado dos conhecimentos já existentes previamente. Para os anos iniciais da investigação da arte do Côa procuramos utilizar todas as fontes disponíveis, bibliográficas e orais, nomeadamente dos restantes investigadores do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), e utilizamos um outro quadro evolutivo, elaborado pelos primeiros responsáveis pela prospecção de arte rupestre, João Félix e Manuel Almeida, e que está na origem do presente. A ordem sequencial dos sítios procura, na medida do possível, seguir a evolução temporal da sua descoberta e/ou registo “oficial”. O Quadro 2 mostra a distribuição cronológica dos diversos registos em cada sítio, assim como o respectivo estado da prospecção.

Como é inevitável, há algumas indefinições na exacta delimitação de uns períodos para outros, sobretudo porque há alguns tipos de motivos cuja inserção cronológica não é ainda inteiramente clara. Assim, não está ainda bem definido se existe ou não arte epipaleolítica no Côa, havendo opiniões divergentes sobre o assunto, e a quantidade de motivos conhecidos que se poderão eventualmente enquadrar neste período é ainda muito reduzida, pelo que, para já, optamos por os inserir dentro do Paleolítico Superior, incluindo o conhecido veado da rocha 1 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999a: 138-139), ou algumas figuras da Foz do Côa e do Fariseu. Por Pré-história Recente entendemos a sequência de períodos tradicionalmente designados por Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze, que na região se pode balizar, *grossa modo*, entre os inícios do V e finais do II milénio a. C.. Por Idade do Ferro designamos essencialmente o I milénio a. C., particularmente a sua segunda metade, se bem que os limites temporais das típicas gravuras deste período não estão de todo estabelecidos, tanto no seu início como no seu fim. Serão todas da chamada Segunda Idade do Ferro, ou iniciam-se ainda na Primeira Idade do Ferro? No Bronze Final? Ou mesmo, quem sabe, ainda na Idade do Bronze? Quanto ao seu término, se é certo que não há qualquer representação até ao momento identificada que remeta para o mundo da romanização, seria surpreendente que não tivesse havido alguma coexistência. Por fim, é apenas por prudência que utilizamos a designação “Época Histórica”, pois estamos convencidos que todos os motivos que atribuímos a este período serão de Época Moderna/ Contemporânea ou seja, do século XVI aos nossos dias. Não é possível garantir, no entanto, que alguns poucos motivos não recuem aos finais da Idade Média (séculos XV, XIV?), pelo que mantemos a designação.

Visivelmente, o Paleolítico Superior domina por larga margem em quantidade de registos, ainda que a Idade do Ferro tenha vindo acentuadamente a recuperar terreno nos últimos anos. No outro extremo, a arte rupestre pré-histórica pós-glaciar tem, comparativamente, um número reduzido de registos, enquanto as gravuras de Época Histórica são em grande quantidade, e as gravuras de cronologia indeterminada formam ainda um conjunto considerável.

Os números em cima apresentados deverão forçosamente ser vistos como provisórios. Não só porque novos sítios e novos registos continuam a aparecer, mas também porque a interpretação de muitos destes registos está ainda em aberto. Em muitos casos,

a interpretação foi feita unicamente no momento da sua descoberta, e está sujeita a ser alterada após observação mais cuidada. É frequente que deficientes condições de luz, a abundância de líquenes sobre os motivos, ou a inevitável rapidez da observação durante a prospecção possa conduzir a apreciações incompletas ou mesmo erradas. Por estes motivos, deverá futuramente haver algumas alterações pontuais nesta quantificação. Por outro lado, a quantidade de registos de cronologia indeterminada é substancial, e muitos poderão e deverão ter alguma cronologia atribuída após uma melhor observação ou, em casos mais complexos, após a realização do seu desenho. Tal deverá originar alterações mais substanciais nas cronologias acima apresentadas.

A integração de cada sítio na divisão administrativa do país (distrito, concelho, freguesia), é a seguinte: A nível distrital, a separação faz-se entre o distrito de Bragança, para os sítios na margem direita (Norte) do Douro, pertencendo os restantes ao distrito da Guarda. Assim, no distrito de Bragança temos apenas seis sítios, todos pertencentes ao concelho de Torre de Moncorvo. Um apenas está em terrenos da freguesia de Peredo dos Castelhanos (Azenha), e os restantes são da freguesia de Urros (Ribeira de Urros, Canada das Corraliças, Vale de João Esquerdo, Ribeira das Furnas e Vale d'Arcos).

No distrito da Guarda encontram-se assim 53 sítios, repartidos por três concelhos. Em Figueira de Castelo Rodrigo surgem cinco sítios, estando um na freguesia do Colmeal (Quinta da Moreirola), dois na freguesia de Algodres (Faia do Coto e Picão da Lapa) e dois na freguesia de Vale de Afonsinho (Lapas Cabreiras e Mioteira). Em Pinhel surge um sítio na freguesia do Bogalhal (Alto da Cotovia). Por outro lado, o sítio da Faia reparte-se entre estes dois últimos concelhos. A margem esquerda pertence ao concelho de Pinhel, freguesia de Cidadelhe, enquanto a margem direita pertence ao concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, freguesia de Algodres.

No concelho de Vila Nova de Foz Côa encontra-se a grande maioria dos sítios da arte do Côa, 46 ao todo, repartidos por seis freguesias. Almendra tem cinco sítios (Ribeirinha, Foz da Ribeirinha, Fumo, Moinho da Barbuda e Olival dos Telhões). A freguesia das Chãs tem outros cinco sítios (Tambores, Olgas da Ervamoira, Quinta da Barca, Ribeira da Volta e Ribeira das Cortes). Santa Comba tem apenas um sítio (Moinho do Chocho), o mesmo acontecendo com a freguesia da Muxagata (Ribeira de Piscos), embora esta divida o sítio do Fariseu com a freguesia de Vila Nova de Foz de Côa. A freguesia de Castelo Melhor tem já grande quantidade de sítios, 14 no total (Penascosa, Meijapão, Canada do Amendoal, Broeira, Quinta das Tulhas, Rua dos Namorados, São Gabriel, Namorados, Canada da Meca, Canada do Arrovão, Ribeira da Cabreira, Ribeira do Picão, Canada da Moreira e Garrido). Por fim, e não contando com o sítio do Fariseu (que, como vimos, se divide a metade com a freguesia da Muxagata), a freguesia de Vila Nova de Foz Côa congrega os restantes 20 sítios (Vale Escuro, Cachão, Raposeira, Vale da Casa, Porto Velho, Vale de Cabrões, Tudão, Paço, Bulha, Vermelhana, Vale de José Esteves, Foz do Côa, Vale do Forno, Moinhos de Cima, Vale de Moinhos, Rego da Vide, Canada do Inferno, Vale de Videiro e Vale de Figueira).

2. Algumas considerações diversas

2.1. Os outros registos

Como vimos, fazemos a distinção entre “registos” e “rochas”, pois há alguns poucos casos particulares que não são afloramentos historiados, mas outras realidades. Assim, estes 947 registos dividem-se em 934 rochas, ou seja, painéis rochosos *in situ* com gravuras e/ou pinturas, e treze registos de outra natureza, que podemos enumerar.

No Olival dos Telhões, sítio arqueológico de época romana que tem vindo a ser investigado, apareceu uma pedra com típicas gravuras filiformes² da Idade do Ferro nos derribes da construção de uma casa romana (Cosme, 2008). No Paço, outro sítio arqueológico com ocupação romana e medieval, para além de uma rocha com gravuras indeterminadas, encontraram-se à superfície duas placas com gravuras, sendo pelo menos uma indubitavelmente da Idade do Ferro e que, até por terem aparecido muito perto uma da outra, foram inventariadas como um só registo. Em Castelo Melhor existe o sítio chamado “Rua dos Namorados”, com mais de 80 pedras gravadas com motivos picotados de Época Histórica, e inventariadas em conjunto como um único registo (García Diez & Luís, 2003: 213-216; Baptista & Reis, 2009: 146-147). Na Foz do Côa temos dois outros registos diferenciados, um murete de suporte de uma oliveira, com duas pedras com gravuras filiformes paleolíticas, e um casebre agrícola arruinado com várias pedras nas paredes com gravuras de época indeterminada (Baptista & Reis, 2008: 67-68). Ainda na Foz do Côa, podemos mencionar um terceiro registo, a rocha 161, que na realidade se trata de um bloco solto e tombado da respectiva superfície vertical. Esta encontra-se logo atrás e, estando completamente fracturada, já não apresenta mais vestígios de gravuras. Situação semelhante deverá ser a da rocha 25 do Vale da Casa, que na verdade é uma grande laje solta de xisto, que se deverá ter desprendido do afloramento original. Na Penascosa, o que no primeiro inventário foi registado como sendo a rocha 15, não se trata realmente de uma “rocha”, mas sim de um pequeno muro com, pelo menos, três pedras com gravuras picotadas e filiformes paleolíticas, cuja origem poderá estar em alguma ou algumas das rochas presentemente conhecidas por cima, ou numa outra rocha já totalmente fragmentada e desaparecida (Baptista & Gomes, 1997: 363-364). No Tudão, encontramos muito recentemente duas pedras em dois muros diferentes, ambas com fragmentos de gravuras paleolíticas filiformes, e que designamos como Pedra

² Pela expressão “filiforme”, referimo-nos, como é sabido, aos traços finamente gravados, que é a técnica esmagadoramente dominante em toda a arte do Côa, paleolítica e não só; internacionalmente utiliza-se sobretudo a expressão “incisão” para designar esta técnica, sendo “filiforme” uma idiossincrasia portuguesa, a qual mantemos, por hábito e por gosto.

1 e Pedra 2. Na Quinta da Barca, as chamadas rochas 25 e 27 encontram-se muito perto uma da outra, e são ambas blocos soltos com gravuras picotadas, desconhecendo-se em ambos os casos qual seria o afloramento original de proveniência. A rocha 25 encontra-se na margem do Côa, sendo frequentemente submersa quando as águas do rio sobem um pouco, e está logo subjacente à rocha 1, sendo possível que tenha feito parte desta conhecida rocha, que está amplamente fracturada e é hoje apenas uma pequena parte daquilo que já foi. A rocha 27 é um outro bloco mais pequeno, colocado hoje por cima da rocha 1, sendo também possível que tivesse feito parte desta rocha ou, talvez mais provavelmente, da rocha 2, que lhe está imediatamente atrás. Por fim, ainda na Quinta da Barca, e na senda da prospecção sistemática ali realizada, registamos também a própria casa da quinta, um belo edifício em progressivo estado de deterioração, onde em algumas das suas paredes internas surgem variadas gravuras, certamente coevas do período de utilização da casa e que, para além de valerem pela sua qualidade intrínseca, tem ainda abundantes paralelos com muitas outras gravuras do mesmo período encontradas em afloramentos ao longo do vale. Refira-se por fim que nos sítios do Moinho do Chocho e Moinho da Barbuda, para além das respectivas rochas que foram inventariadas, se encontram ainda gravuras cruciformes na própria estrutura dos moinhos, que não foram ainda individualizadas como registos.

É natural que a continuação da investigação possa acrescentar mais alguns casos, e é de esperar que novas escavações em sítios de ocupação paleolíticos da região possam contribuir com mais arte móvel, nomeadamente em seixos ou placas de xisto, de que para já, e para além dos conhecidos exemplares do sítio do Fariseu (Aubry, 2006; Aubry & García Diez, 2009; Aubry & Sampaio, 2008; 2009; Baptista, 2008b: 21, 67-68, 70, 104; García Diez & Aubry, 2002), se conhecem também exemplares no sítio da Quinta da Barca Sul e da Cardina (Aubry & García Diez, 2009: 373-377; García Diez & Aubry, 2002: 175). De momento ainda não estamos a incluir no inventário da arte do Côa esta arte móvel paleolítica, em parte por ser espólio de escavação e aparecer em condições muito diversas da típica arte rupestre, em parte porque só muito recentemente está a ser alvo de publicação e de melhor conhecimento. Mas não há de facto uma boa razão objectiva para ficar de fora, e em futuros pontos de situação já deverá ser incluída. Por outro lado, os casos da Penascosa, Foz do Côa, Tudão e Quinta da Barca mostram que ainda se encontram hoje restos de antigos painéis fracturados, sendo também provável que essas ocorrências possam aumentar no futuro. No entanto, é evidente que o peso quantitativo dos “outros registos” será sempre muito reduzido face aos suportes rochosos historiados.

Há ainda um último caso que podemos referir, e que é a conhecida “Estela de Longroiva” (Almagro, 1966: 108-109; Rodrigues, 1983: 35-37), como é tradicionalmente designada, e que integra o grupo das estátuas-menires da Idade do Bronze do Norte e Centro Peninsular. Apareceu em trabalhos agrícolas em 1964 e, embora não se

conheça um contexto arqueológico bem definido, o seu local de origem é conhecido, ficando muito perto dos limites do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), junto à aldeia das Quintãs, no local chamado Cruzeiro Velho (Rodrigues, 1983: 36), em pleno Vale da Veiga. Sendo um grande monólito granítico magnificamente decorado, nunca foi integrado “oficialmente” no inventário da arte do Côa, embora indubitavelmente o mereça, o que será futuramente corrigido.

2.2. O problema da barragem do Pocinho

A barragem do Pocinho localiza-se no rio Douro, ao lado da aldeia do mesmo nome, a um pouco menos de nove quilómetros (contados pelo rio) a jusante da confluência do Côa com o Douro (ver Figura 1). Entre as muitas barragens que marcam todo o percurso do Douro, praticamente da nascente à foz, a do Pocinho está longe de ser das maiores, tem “apenas” 24 metros de altura (esta informação foi-nos dada por Pedro Nuno, guia de arte rupestre do PAVC e grande conhecedor da realidade da aldeia do Pocinho e da sua barragem, a quem agradecemos). Ainda assim as águas da sua albufeira estendem-se por cerca de 30 quilómetros ao longo do Douro, terminando a curta distância da barragem seguinte (a barragem espanhola de Saucelle, no princípio do Douro Internacional). Obviamente, a albufeira também inclui o troço final do rio Côa, numa extensão de um pouco mais de nove quilómetros. Aqui, o seu término é subjacente à Quinta de Santa Maria de Ervamoira, mesmo em frente ao sítio paleolítico recentemente identificado das Olgas da Ervamoira, entre os sítios da Ribeira de Piscos, ainda ligeiramente afectado pela subida das águas, e o grupo de sítios Penascosa/Quinta da Barca/Ribeira das Cortes/Foz da Ribeirinha, já livres da influência da albufeira.

Dos 59 sítios com arte rupestre que presentemente conhecemos, 34 estão sujeitos à influência da albufeira do Pocinho, um número bastante grande e que mostra bem o enorme impacto que a barragem teve sobre este conjunto rupestre. Naturalmente, se em muitos casos o grau de afectação é desconhecido, uma vez que a maioria das áreas submersas nunca foram arqueologicamente observadas fora de água, é de esperar que esse grau de afectação seja bastante variável, tendo em conta os diferentes níveis da subida das águas, que vão variando de sítio para sítio, a quantidade de afloramentos submersos e, nestes, os que foram efectivamente historiados. Naqueles casos, presumivelmente alguns, em que os afloramentos tenham sido unicamente pintados, então essa informação estará perdida para sempre. Destes 34 sítios, 19 ficam no Douro, e os outros 15 no Côa.

Actualmente, conhecemos 90 rochas directamente afectadas pela subida das águas (uma é a rocha 25 do Vale da Casa, uma grande laje com gravuras modernas que se terá soltado do respectivo afloramento, e que foi retirada do local, estando hoje guardada no

Museu do Côa), 77 completamente submersas³ e outras 13 parcialmente submersas⁴, distribuídas por doze sítios, dos quais apenas dois se situam no Douro. Isto provavelmente decorre da maior investigação feita no Côa, particularmente por altura da construção da abandonada barragem do Côa, nos princípios dos anos 90 do século XX, em que a barragem do Pocinho foi por vezes esvaziada por completo de forma a permitir a realização das obras. Em nenhum caso, no entanto, podemos afirmar que conhecemos todas as rochas submersas destes sítios, nem mesmo nas situações mais intensamente estudadas, e na maioria destes doze sítios tem-se a clara sensação do que o que conhecemos é apenas uma pequena parte do que poderá existir.

Por outro lado, é evidente que estes doze sítios são também uma fracção dos que têm efectivamente rochas historiadas submersas, não só dentro do grupo dos sítios que se prolongam para fora de água e que podem por isso ser identificados, mas também daqueles que possam estar totalmente submersos, dependentes de um futuro esvaziamento da albufeira para a sua descoberta. Destes, pensamos que é mais provável a sua existência no Douro que no Côa. Olhando para a cartografia da região anterior à construção da barragem do Pocinho, verificamos que as margens do Douro tendem a ser mais largas e aplanadas que as do Côa, possibilitando assim, em princípio, a existência de afloramentos xistosos horizontais, como os que existem no Vale da Casa.

Na sua grande maioria, estas rochas submersas foram identificadas numa época preliminar da investigação da arte do Côa, numa primeira fase em 1982, com os trabalhos do Vale da Casa (Baptista, 1983; Baptista & Reis, 2009: 147-148), e numa segunda fase entre 1991 e 1995, com os primeiros estudos patrimoniais e com as obras de construção da barragem do Côa, altura em que as emblemáticas rochas submersas da Canada do Inferno, entre outras, são descobertas e estudadas (Baptista & Gomes, 1995; 1997). Entretanto, a prospecção permitiu descobrir várias rochas apenas parcialmente submersas, de que um dos melhores exemplos será a rocha 9 de Vale de Moinhos, descoberta em 2006 aproveitando um fugaz abaixamento das águas em cerca de um metro, e que permitiu observar o conjunto de gravuras paleolíticas deste grande painel, algumas das quais sempre submersas. Também a rocha 2 da Quinta das Tulhas tem o sector direito do seu imenso painel permanentemente submerso, onde sabemos que se encontram algumas das melhores gravuras da Idade do Ferro do espectacular conjunto de gravuras deste período que este painel ostenta. Mas um exemplo recente e importante do muito que está oculto debaixo das águas escuras e opacas da albufeira do Pocinho ocorreu em finais de 2007. Nessa altura, e por ocasião da realização de uma escavação arqueológica no terraço

³ Vale da Casa (rochas 1 a 23 e 25); Foz do Côa (1 a 6, 188 a 193); Vale do Forno (35); Rego da Vide (1 a 7 e 9); Canada do Inferno (4, 6, 8 a 12, 16 a 38); Fariseu (1 e 19).

⁴ Vale da Casa (24); Ribeira de Urros (4); Foz do Côa (17 e 130); Quinta das Tulhas (1 e 2); Broeira (1); Vale de Moinhos (9); Canada do Inferno (5); Vale de Videiro (1); Vale de Figueira (1); Fariseu (4 e 5).

fluvial com ocupação paleolítica do Fariseu,⁵ localizado na zona terminal da albufeira mas em grande medida submerso, foi possível baixar as águas da albufeira do Pocinho em quatro metros, o que permitiu recolocar o Côa ao nível do seu leito natural nesta zona. Em apenas dois dias do mês de Dezembro pudemos explorar a zona da foz do Côa, uma extensão de cerca de 800 metros, entre a embocadura do rio propriamente dita e a foz do Vale do Forno, o que representa uma muito pequena parte de toda a área que foi colocada a descoberto no Côa e no Douro (uma imagem da área nesta altura pode ser observada em Baptista, 2008b: 180-181). Esta prospecção abrangeu assim dois sítios diferentes, a Foz do Côa e o Vale do Forno, ambos na margem esquerda do Côa. Nestes dois dias, apenas naquela estreita faixa, descobrimos sete novas rochas gravadas com motivos filiformes, uma moderna e seis paleolíticas, sendo de realçar a excelente qualidade de algumas das gravuras. Este exemplo, em que uma prospecção apressada e ocasional numa zona habitualmente submersa leva a importantes descobertas, mostra claramente o imenso potencial arqueológico da área afectada pela albufeira.

2.3. Dezassete quilómetros são poucos!

As primeiras rochas historiadas do sítio da Faia foram identificadas logo em 1989 por Francisco Sande Lemos, nos primeiros trabalhos no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da malograda Barragem do Côa, mas as suas duas rochas com motivos paleolíticos foram descobertas mais tarde, em princípios de 1995 (Lemos, 1995; Baptista & Reis, 2009: 148-149). Concretamente, a descoberta destas duas rochas foi feita por João Félix e Manuel Almeida que, entre muitas outras tarefas, foram os responsáveis por grande parte das novas descobertas da arte do Côa numa fase inicial e fulcral da investigação, e que se prolongará durante grande parte da vigência do extinto Centro Nacional de Arte rupestre (CNART). Assim, é a partir de 1995 que se conhece o que será durante bastante tempo o sítio com arte paleolítica mais a montante no Côa, e que originará o aparecimento do que se pode considerar uma espécie de “frase feita” (cf. Zilhão, 1997b: 20) sobre a distribuição da arte paleolítica na zona, a qual afirma que o Côa tem “17 quilómetros de arte paleolítica”. Mas com a realização dos trabalhos arqueológicos no âmbito do EIA do chamado “Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa” (García Diez, Rodrigues & Maurício, 2001), e a recente revisão que fizemos de alguns dos sítios e rochas identificados nesse estudo, achamos que é altura de rever esta frase.

⁵ A bibliografia sobre a fundamental escavação do Fariseu é já extensa, e recomendamos as seguintes referências: Aubry, 2006; Aubry (ed.), 2009a; Aubry e Baptista, 2000; Aubry & Sampaio, 2008; 2009; Aubry, Luís & Sampaio, 2006; Baptista & García Diez, 2002: 203-204.

Efectivamente, em 2001, foi identificado no sítio da Quinta da Moreirola, entre outras rochas, um painel vertical com um único motivo zoomórfico paleolítico, um bode, acompanhado ainda de um possível signo e mais alguns traços não figurativos (rocha 2). Este único achado aumentava logo em alguns quilómetros a extensão da distribuição da arte paleolítica no Côa, mas manteve-se ignorado durante bastante tempo, pela não urgência na sua realocização (o projecto em causa seria abandonado), e a existência de outras prioridades. No ano de 2009 iniciamos a realocização de todos os vestígios de arte rupestre identificados neste trabalho, e começamos logo por este sítio da Quinta da Moreirola, onde encontramos e registamos a rocha em causa, e também o sítio vizinho do Alto da Cotovia, a cerca de 700 metros a jusante, na outra margem. Aqui, para além de uma cruz picotada moderna associada a um moinho, eram referenciadas algumas rochas com traços filiformes muito patinados, nos quais não se distinguiram motivos concretos, e que no EIA foram considerados de cronologia indeterminada. Na realocização que agora efectuamos pudemos constatar que estas gravuras são claramente paleolíticas, tendo para já inventariado três rochas, numa das quais (rocha 2) se identificam vários motivos zoomórficos inequivocamente paleolíticos.

Assim, actualizando os números da distribuição paleolítica no Côa, se medirmos em linha recta da foz do Côa até à rocha paleolítica da Quinta da Moreirola, temos aproximadamente 28 quilómetros, que sobem para 34 medindo pelo curso do rio.

Estes dois últimos sítios, em conjunto com a Faia, levantam a questão de saber se a sua distribuição é ou não similar à dos restantes sítios com arte paleolítica localizados no troço final do Côa e margens adjacentes do Douro. Ou seja, se à semelhança destes últimos, integram uma distribuição densa de sítios, contínua ou quase contínua, devendo-se o seu actual aparente isolamento apenas à falta de prospecção, ou se este isolamento é uma realidade, que poderá vir a ser mitigada pelo eventual aparecimento futuro de mais um ou outro sítio, mas sem que isso altere substancialmente a sua distribuição espaçada. Só uma prospecção intensa em toda a área a montante do último grupo denso de sítios paleolíticos presentemente conhecido (formado pelos sítios da Penascosa, Foz da Ribeirinha, Ribeira das Cortes e Quinta da Barca), permitirá responder a esta questão mas, do que conhecemos da zona, inclinamo-nos a favor da segunda hipótese.

2.4. A longa convivência diacrónica

Podemos analisar sumariamente a coexistência lado a lado de gravuras de períodos diferentes, incluindo os casos em que se misturam nos mesmos painéis. De uma forma geral, os motivos de diferentes períodos misturam-se de forma aparentemente caótica ao longo dos diferentes sítios. Se é normal que os poucos sítios que só tem um ou dois registos conhecidos possam restringir-se a uma única cronologia, já a Foz da Ribeirinha, com oito

rochas todas do Paleolítico Superior, ou a Ribeira da Volta, com quatro rochas da Idade do Ferro, são claras exceções no panorama da arte do Côa.

Os sítios em geral, e particularmente os das áreas xistosas, apresentam uma grande disponibilidade de afloramentos historiáveis, dos quais só uma percentagem relativamente baixa foi efectivamente aproveitada para o efeito⁶. Face a esta abundância, não deixa de ser notável reparar que as rochas com gravuras dos diferentes períodos tendem a encontrar-se lado a lado nas mesmas implantações, embora pareça haver alguma tendência para os artistas de períodos mais recentes evitarem gravar sobre painéis com motivos anteriores. Isto é uma mera tendência, e de forma alguma o podemos interpretar como sendo correspondente a algum “tabu”, ou a algum tipo de respeito por obras anteriores, uma vez que as exceções são muitas. A própria abundância de painéis disponíveis, e a muito provável existência de critérios culturais próprios de cada período para a escolha de painéis para gravar podem explicar facilmente este facto, podendo esses critérios pontualmente convergir.

Para exemplificar, peguemos em alguns dos critérios que, muito parcelarmente, vamos conseguindo discernir para a escolha de painéis no Paleolítico Superior e na Idade do Ferro. Como já vimos atrás, no Paleolítico Superior há uma tendência para colocar as gravuras nas partes centrais e superiores dos painéis, evitando-se em geral as partes inferiores. Pelo contrário, na Idade do Ferro é o oposto, as gravuras estão muito frequentemente nas partes inferiores do painel, por vezes em posições altamente incómodas, tanto para o gravador como para o observador, subindo com alguma frequência às zonas centrais, mas tendendo a evitar as partes mais elevadas (em ambos os casos se trata de tendências, existem, como sempre, variadas exceções). Por outro lado, nos xistos da formação da Desejosa, e em especial nos sítios em torno da embocadura do Côa com o Douro, podemos distinguir, dentro das diferentes características dos painéis verticais, dois grandes tipos principais: os painéis castanhos, de superfícies muito lisas, brilhantes e suaves; e os painéis avermelhados, de superfícies também lisas mas ligeiramente mais baças e rugosas. Ambos os tipos são inteiramente apropriados à realização de gravuras, mas no Paleolítico Superior tem-se uma evidente preferência pelo primeiro tipo, enquanto que na Idade do Ferro, no que parece ser um gosto deste período por cores, se prefere as mais flamejantes superfícies avermelhadas⁷. Isto não significa que um determinado período se restrinja a

⁶ Não dispomos ainda de dados estatísticos sobre o assunto, mas é claramente a ideia empírica que temos. A percentagem de utilização varia consideravelmente consoante o sítio. Por exemplo, no Tudão, onde conhecemos duas rochas gravadas e vestígios de possivelmente mais uma ou duas, o total de afloramentos aproveitáveis pouco deveria passar da dezena, estando alguns destruídos ou ocultos. No extremo oposto, o sítio da Foz do Côa, onde conhecemos presentemente 195 rochas gravadas, tem seguramente mais de um milhar de afloramentos com painéis verticais, vendo-se que a imensa maioria não foi utilizada.

⁷ Para o sítio da Foz do Côa apresentamos anteriormente uma curta análise da escolha das cores dos painéis nos diferentes períodos, ver Baptista & Reis, 2008: 70.

um determinado tipo de superfície, pelo contrário, em ambos os períodos há diversidade na escolha das superfícies, mas pontualmente conseguimos discernir tendências. Estes dois exemplos mostram a existência de critérios diferentes para a escolha de superfícies para gravar, o que explica a tendência geral para a não convivência no mesmo painel, mas que são simultaneamente critérios aparentemente não muito fechados e restritos, o que também ajuda a explicar as numerosas exceções.

Podemos adiantar agora a presente quantificação das coexistências de motivos de períodos diferentes, gravados ou pintados, numa mesma rocha⁸.

Paleolítico + Pré-história Recente – 8

Paleolítico + Pré-história Recente + Idade do Ferro – 1

Paleolítico + Pré-história Recente + Moderno – 1

Paleolítico + Idade do Ferro – 53

Paleolítico + Idade do Ferro + Moderno – 14

Paleolítico + Moderno – 31

Pré-história Recente + Idade do Ferro – 4

Idade do Ferro + Moderno – 29

Ou seja, vemos que só em 141 rochas num total de 947 registos, menos de 15%, se verifica algum tipo de coexistência de diferentes cronologias. Se especificarmos melhor por período, vemos que das 42 rochas com motivos da Pré-história Recente, há dez que partilham o espaço do painel com motivos paleolíticos. O número é exíguo, mas face ao total das rochas deste período, ainda é uma percentagem apreciável, quase 24%. Na sua maioria, esta coexistência refere-se a motivos paleolíticos de traço largo⁹ e, como veremos mais à frente, poderá explicar-se por critérios similares no tocante à implantação das gravuras paleolíticas de traço largo e da arte esquemática pré-histórica.

Na Idade do Ferro, temos 72 exemplos de convivência de gravuras deste período com motivos anteriores, na sua grande maioria paleolíticos. Num total de 320 registos, faz um pouco mais de 22%, ou seja, é uma tendência minoritária mas, tanto em números absolutos como percentualmente, não é de desprezar. O mesmo se passa para as gravuras de Época Histórica em que, num total de 178 registos, temos 75 casos de convivência, mais de 42%. Aqui, no entanto, há uma importante contribuição para estes números de gravuras que não passam de riscos sem nexo aparente, ou de exemplares recentes de *graffiti* ou vandalismo.

⁸ Ainda para uma breve análise desta coexistência no sítio da Foz do Côa, ver Baptista & Reis, 2008: 72.

⁹ As técnicas da picotagem e da abrasão misturam-se largamente nas rochas em que surgem, sendo frequente haver figuras com ambas as técnicas em simultâneo. Formam traços mais ou menos profundos e largos, facilmente visíveis e, por uma questão de facilidade, usaremos a expressão “traço largo” para designar o conjunto das duas técnicas.

Independentemente da maior ou menor percentagem de coexistência nos painéis, temos ao longo de vários milénios uma ocupação recorrente dos mesmos espaços pelos diferentes gravadores. E é inevitável que nos coloquemos as seguintes questões (cf. Alves, 2003: 354-363, onde algumas destas questões são já colocadas): será que os artistas de épocas mais recentes reparavam nas gravuras anteriores? Teriam alguma consciência da radical diferença cronológica das suas para as mais antigas? E em que medida terão as suas realizações sido influenciadas pelas anteriores? Como é evidente, não podemos hoje plenamente responder a estas perguntas, mas podemos avançar com uma ou outra sugestão.

Podemos dizer que as temáticas e os estilos próprios de cada período não parecem ser influenciados pelas existências prévias. A possível excepção será a temática zoomórfica dentro da arte da Pré-história Recente, pouco numerosa no Còa, que poderá dever algo à arte paleolítica, ainda que seja difícil afirmá-lo categoricamente. Pelo menos para as realizações mais tardias já do neolítico, e evitando para já entrar na problemática da arte epipaleolítica do Còa, a temática zoomórfica do Còa e os seus estilos não parecem excessivamente diferentes do que se conhece noutros sítios, sendo assim difícil afirmar que a sua existência aqui se deve necessariamente à influência da arte paleolítica.

Os motivos pré-históricos parecem ser independentes das gravuras paleolíticas, não sendo influenciadas por elas, não as procurando e, aparentemente, não as evitando. O seu número reduzido e o facto de muitos se encontrarem em localizações onde não surge arte paleolítica também não permite grandes conclusões. É difícil dizer se a colocação de figuras pintadas sobre gravuras paleolíticas na rocha 6 da Faia é um acto intencional ou um mero acaso, ainda que o encaixe quase perfeito de uma figura antropomórfica dentro de uma cabeça de auroque pareça não ser inteiramente ocasional (ver Baptista, 1999a: 154, 157). Uma outra possível excepção ocorre na rocha 17 da Penascosa. Aqui, uma interessante e original figura antropomórfica, obtida com um misto de traços filiformes e raspados, segura na mão um grande falo em posição erecta (ver Baptista, 1999a: 112-113; Luís, 2009c: 137). A figura posiciona-se por detrás de um outro motivo, um caprino paleolítico em traço filiforme, e o falo orienta-se em direcção à traseira deste. É muito tentador ver aqui uma peculiar cena de cariz sexual, reaproveitando uma figura anterior, mas convém ter em mente que a figura paleolítica se encontra hoje muito patinada e dificilmente visível, sendo provável que já estivesse assim quando a figura pré-histórica lá foi colocada, uma vez que, possivelmente, alguns milhares de anos as separam (a real amplitude desta separação cronológica depende de onde inserirmos a figura antropomórfica, se na típica tradição da arte esquemática peninsular, ou se dentro do estilo da arte levantina, caso em que poderá recuar bastante no tempo e atenuar a diferença entre as duas figuras). A ser assim, na altura da gravação do motivo pré-histórico haveria um grande contraste visual entre a figura antropomórfica, recém-gravada e notoriamente visível, e a cabra paleolítica, muito antiga e patinada, quase indiscernível, pelo que a associação entre as duas se afigura algo problemática. Por outro lado, a cena é

sugestiva mas não totalmente explícita, e a possibilidade de se tratar de uma mera coincidência tem de ser tida em conta.

Os gravadores de Época Histórica parecem ter largamente ignorado as gravuras anteriores, não bebendo nelas praticamente nenhum tipo de influência estilística e temática e, muito provavelmente, ignorando até a sua existência em muitos casos. Tal parece ser o caso de dois dos últimos gravadores do Côa, os antigos moleiros Alcino Tomé e António Seixas, os quais foi possível entrevistar e registar as suas opiniões sobre a arte do Côa, e sobre as suas próprias gravuras e respectivas motivações. No caso de Alcino Tomé, depreende-se das suas palavras que conheceria algumas das gravuras picotadas de Época Histórica mais antigas, nomeadamente as existentes na Canada do Inferno desde os princípios do século XVII, e que estas lhe terão servido de inspiração¹⁰, mas parece quase certo que desconheceria a existência das gravuras paleolíticas ou pós-glaciares, incluindo os abundantes motivos picotados e bem visíveis da Canada do Inferno e do Rego da Vide. A ter alguma vez reparado nelas, nunca terá feito a destrição mental e cronológica entre estas e as gravuras de cruzeiros ou datas em que certamente atentou, englobando tudo dentro das gravuras “dos antigos”. Um caso análogo mas mais explícito é o de António Seixas. Numa recente revisitação à Canada do Inferno, este antigo moleiro, autor das gravuras da rocha 9 da Canada do Inferno (ver Baptista, 1999a: 20, 186) afirmou claramente, em frente aos picotados paleolíticos da rocha 1, que nunca tinha reparado na sua existência¹¹.

Parece-nos provável que este fosse o quadro geral dos gravadores de tempos recentes perante as gravuras anteriores: desconhecimento da sua existência ou o não reconhecimento da sua especificidade, assim como o seu não aproveitamento em termos estilísticos ou temáticos. Mas, como sempre acontece no tocante à arte do Côa, poderá haver algumas exceções. Em primeiro lugar, na própria colocação das gravuras nos painéis em que, de uma forma geral, ou se evitam os afloramentos onde já se encontram gravuras anteriores ou, quando os painéis coincidem, evita-se tendencialmente a sobreposição. São muitos os exemplos, e não só com gravuras paleolíticas de traço largo, mas também com gravuras filiformes, paleolíticas ou posteriores, normalmente muito patinadas e de difícil visualização. É possível que em muitos casos seja mera coincidência a colocação das gravuras recentes em zonas distintas dos painéis, até porque estes são frequentemente de dimensões apreciáveis e com muito espaço livre, mas a recorrência das situações leva-nos a pensar que haverá também alguma intencionalidade. É o próprio Alcino Tomé

¹⁰ A entrevista a Alcino Tomé surge em García Díez & Luís, 2003. O catálogo das rochas onde se encontram obras feitas por Alcino Tomé inclui as referidas no artigo (rocha 2 da Foz do Côa, e rochas 2, 3, 4 e 5 do Rego da Vide), a que podemos acrescentar a rocha 16 da Canada do Inferno, também submersa como as restantes. Quanto à sereia que Alcino Tomé refere ter feito e estar submersa na Foz do Côa, encontra-se num outro painel da já referida rocha 2 (Baptista & Reis, 2008: 75).

¹¹ A entrevista a António Seixas, ainda inédita, foi feita por Luís Luís, do PAVC, que também o acompanhou numa visita à Canada do Inferno, e a quem agradecemos as informações que acima referimos.

que afirma peremptoriamente que evitava gravar por cima de gravuras anteriores. Parece-nos assim plausível que muitas das pessoas que aqui gravaram em tempos mais recentes tivessem uma atitude geral de respeito por gravuras anteriores¹², independentemente da melhor ou pior interpretação e reconhecimento que sobre estas tivessem, possivelmente porque, tal como Alcino Tomé, as associariam a algo realizado pelos “antigos”¹³.

Dois exemplos típicos encontram-se nas rocha 14 e 16 da Foz do Côa (Baptista & Reis, 2008: 72), ambas com painéis de enormes dimensões, com vários metros de largura e três a quatro metros de altura, quase inteiramente preenchidos com inúmeras gravuras filiformes paleolíticas (na rocha 16 também há algumas poucas gravuras da Idade do Ferro). Em ambos os casos as gravuras recentes são de temática religiosa, e foram colocadas nas extremidades esquerdas dos painéis, em zonas escusas e marginais. Na rocha 14 escolheu-se um pequeno painel separado, evitando-se toda e qualquer sobreposição, e na rocha 16, possivelmente por falta de opções, as gravuras recentes estão no painel principal, não evitando sobrepor-se a um ou outro traço ou motivo paleolítico, mas numa zona onde estes escasseiam.

Ocasionalmente, surgem alguns poucos exemplos da realização aparentemente intencional de gravuras recentes feitas sobre motivos mais antigos. Referimo-nos nomeadamente a algumas cruces, cuja realização parece obedecer à intenção de cristianizar os afloramentos e respectivas gravuras, tendo provavelmente um sentido apotropaico¹⁴. Um exemplo encontra-se na conhecida rocha 1 da Canada do Inferno, tendo este sido realizado por mão desconhecida já após a divulgação pública desta rocha em 1995. Ainda um outro exemplo está na bela figura de cerva da rocha 18 da Bulha, em cima da qual se fizeram algumas cruces, para além de mais alguns traços desconexos (Ver Baptista & Reis, 2009: 177, Fig. 13). E ainda dentro desta mesma lógica podemos citar o exemplo da rocha 6 do Garrido, felizmente, e até ao momento, um exemplo único. Aqui, em altura

¹² Isto aplica-se em geral às gravuras que podemos atribuir a pessoas que, como Alcino Tomé ou António Seixas, contactavam recorrentemente com o vale e os seus afloramentos, sendo moleiros, agricultores ou pastores, mas não se aplica de forma alguma aos *graffiti* recentes, feitos de forma desgarrada e, frequentemente, derisória por passantes ocasionais, como é o caso, entre outros, do conhecido acto de vandalismo feito no painel da rocha 17 da Penascosa (Fernandes, 2003: 29; Fig. 10). Um outro caso lamentável de vandalismo sob a forma de *graffiti* ocorreu muito recentemente, algures durante o ano de 2009, sobre os antropomorfos pré-históricos na rocha 1 dos Namorados, estragando por completo o belo efeito estético do conjunto das figuras picotadas.

¹³ A expressão “antigos”, empregue por Alcino Tomé, deverá significar algo como “antepassados”, pessoas de gerações anteriores mas pertencentes ao mesmo meio social, cultural e físico, ou seja, ao seu mundo. Dessa forma, opõe-se ao conceito tradicional de “mouros”, tão corrente nas mitologias populares, e que no essencial designa “aqueles que precederam os antigos”, isto é, as populações anteriores à fixação do meio rural cristianizado. Aos “mouros” são correntemente atribuídos os sítios arqueológicos no mundo rural, ou seja, os locais onde as pessoas reconhecem algum tipo de intervenção humana antiga, mas que estão dissociados da sua vivência normal.

¹⁴ A ser assim é provável que os seus autores associassem as gravuras anteriores não aos “antigos”, mas sim aos “mouros” (ver nota anterior), uma vez que as cruces poderão de alguma forma servir para “esconjurar” os motivos antigos, e é sabido que na mitologia popular, os “mouros” são considerados pagãos, sendo-lhes frequentemente atribuído poderes maléficos.

desconhecida mas recente, dois ou três pequenos motivos da Idade do Ferro foram quase obliterados pela sobreposição repetida de múltiplos traços paralelos, num aparente gesto iconoclasta. É certo que, mais uma vez, é difícil ter certezas sobre a real intenção do autor destes traços, são muitos os casos em que traços desconexos recentes aparecem em afloramentos, ainda que raramente com esta densidade, e existem outros motivos antigos neste painel que não foram afectados.

A Idade do Ferro seria talvez o período em que a influência das gravuras paleolíticas mais se poderia fazer sentir, tendo em conta a enorme proximidade quantitativa e distributiva da respectivas gravuras ao longo dos sítios, e os relativamente numerosos casos em que se cruzam nos mesmos painéis, particularmente nos sítios situados no entorno da embocadura do Côa com o Douro. Considerando que os gravadores da Idade do Ferro, tal como os paleolíticos, utilizavam predominantemente a técnica filiforme, e que esta implica uma grande proximidade e “intimidade” com o painel no momento da gravação, parece pouco crível que os artistas proto-históricos não conhecessem a existência das gravuras paleolíticas, incluindo as mais desgastadas das gravuras filiformes. Mas também aqui é problemático extrair relações de influência. Não parece haver qualquer relação na temática e nos estilos. Podemos especular sobre o que pensariam sobre estas antigas gravuras, e se de alguma forma as integrariam no seu pensamento histórico, e podemos até especular se não teriam servido de inspiração para a realização de tão grande quantidade de gravuras proto-históricas, na mesma área e nos mesmos locais. Mas dificilmente conseguimos apontar algum tipo de relação entre umas e outras, e as poucas excepções que poderíamos referir são pouco convincentes.

3. Estado actual da prospecção da arte rupestre do Côa

A prospecção da arte rupestre no Côa tem passado, no essencial, por três fases distintas. Em primeiro lugar, é necessário percorrer o terreno e identificar os sítios, procurando cartografar, a larga escala, a dispersão da arte rupestre do Côa, procurando saber onde esta existe e onde não existe, uma informação importante não só do ponto de vista científico, mas também da gestão do terreno.

Esta primeira identificação dos sítios é, regra geral, feita de forma sumária. As etapas seguintes passam por uma intensificação da prospecção em cada sítio. Uma segunda fase seria assim uma prospecção mais intensa, registando algumas das principais rochas e procurando captar as características essenciais do sítio, mas não sendo ainda uma prospecção completa. Por fim, a terceira fase seria a vistoria completa do sítio, afloramento a afloramento, com o objectivo de identificar todos os vestígios passíveis de serem identificados. Nalgumas ocasiões temos dispensado a segunda fase, passando directamente da primeira

para a terceira, como fizemos, por exemplo, no sítio da Bulha. Georeferenciamos e cartografamos as áreas que vamos prospectando, de forma a termos disponível um quadro compreensível do que já está feito e do que falta ainda prospectar, e qual o grau de intensidade da prospecção em cada área.

No Quadro 2 temos a quantificação actual do estado da prospecção em cada sítio. Vemos que a maioria, trinta ao todo, se encontra ainda numa fase preliminar da prospecção, isto é, foram identificados, registaram-se algumas das suas rochas, mas não foi ainda possível aprofundar a prospecção e conhecer melhor as suas características. As fases seguintes da prospecção estão menos bem representadas mas atingiram já um nível apreciável, que nos permite hoje ter um conhecimento já consideravelmente aprofundado da arte do Côa, a diversos níveis. Dos 29 sítios que já ultrapassaram a fase de registo, dezassete estão ainda na segunda fase, com uma prospecção mais aprofundada mas ainda não sistemática. Esta foi já realizada em doze dos sítios. Destes, podemos ainda distinguir entre os sete em que a prospecção foi total, podendo considerar-se encerrada (exceptuando, obviamente, as zonas em que o trabalho de prospecção se revela de momento impossível, como seja nas áreas inundadas pelas águas da albufeira do Pocinho), e os restantes cinco sítios em que a prospecção sistemática abrangeu quase todo o sítio, mas havendo ainda alguns pormenores a terminar, podendo haver ainda uma ou outra rocha por registar (ver Legenda do Quadro 2).

As descobertas dos inúmeros sítios e registos da arte do Côa tem-se dividido por muita gente. Já apresentamos um historial resumido da sua evolução (Baptista & Reis, 2009: 146-154). É imprescindível salientar de novo o papel fundamental desempenhado por dois membros do ex-CNART, João Félix e Manuel Almeida, que entre 1992 e 2004, acumulando com múltiplas outras tarefas, foram os principais actores na prospecção da arte do Côa (cf. Rebanda, 1995: 12, Nota 3; Baptista, 1999a: 43, Nota 4), tendo descoberto e inventariado grande parte dos registos deste período. Mas outras pessoas tiveram também ocasião de descobrir rochas historiadas. Numa primeira fase, Francisco de Sande Lemos, que dirigiu em 1989 os trabalhos muito preliminares do EIA da barragem do Côa (não tivemos acesso ao relatório original deste autor, apenas o artigo que publicou em 1995 sobre estes trabalhos (Lemos, 1995), em que sumaria os achados efectuados). A seguir, Nelson Rebanda, que irá dirigir os trabalhos de índole patrimonial do EIA da barragem do Côa, entre 1991 e 1995, no chamado Plano Arqueológico do Côa (PAC), sendo responsável pela identificação efectiva da arte paleolítica do Côa (no tocante à arte rupestre, os achados durante a vigência do PAC são sumariamente relatados num artigo de 1995 (Rebanda, 1995), em que se faz um primeiro ponto da situação. A partir de 1995, todos os elementos que trabalharam directamente na investigação da arte do Côa, nomeadamente Mário Varela Gomes, António Martinho Baptista e Fernando Barbosa, e todos os membros do que viria a ser o CNART, assim como vários dos elementos do PAVC, tiveram oportunidade

de contribuir para o inventário. As prospecções arqueológicas do PAVC, orientadas para a detecção de outros tipos de sítios, também tiveram o seu papel, nomeadamente por parte da equipa de António Faustino de Carvalho, com prospecção dirigida para a Pré-história Recente, e que descobriram um ou outro registo e, particularmente, as prospecções de Thierry Aubry e Jorge Sampaio, dirigidas para a detecção de sítios de ocupação da Pré-história antiga, e que contribuíram com diversos novos registos. Também nos tempos algo caóticos do ano de 1995, prolongando-se para 1996, a população de Vila Nova de Foz Côa participou igualmente nas descobertas, descobrindo nalguns casos novos sítios e novos registos, destacando-se claramente, entre mais algumas pessoas, o protagonismo e a participação entusiástica e produtiva de José Constâncio, António Nascimento e Adriano Ferreira, sendo o primeiro responsável pelas primeiras descobertas nos sítios de Vale de Cabrões e Vermelhosa, o segundo pela descoberta do sítio da Ribeira de Piscos, e o terceiro pela descoberta do sítio da Penascosa (Rebanda, 1995: 12, Notas 1, 2 e 4; Abreu *et al.*, 2000: 404). A participação de investigadores de fora tem sido reduzida. Há um trabalho levado a cabo em 1996 na Vermelhosa por uma equipa chefiada por Mila Simões de Abreu, apresentado de forma muito sumária (Abreu *et al.*, 2000), e sem que seja indicado concretamente o número total de rochas descobertas na prospecção, adiantando-se no entanto que houve ao todo seis rochas em que se efectuaram levantamentos. Sem ter a ver directamente com investigação de arte rupestre, a escavação do sítio romano do Olival dos Telhões por parte da arqueóloga Susana Cosme originou a descoberta de uma pedra com gravuras da Idade do Ferro (Cosme, 2008). Houve também dois EIA que contribuíram com novos registos, um de 2001, já referido, do abandonado projecto hidroeléctrico do Alto Côa (García Díez, Rodrigues & Maurício, 2001), e outro mais recente, de 2006, das obras de recuperação da estrada entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra (Branco & Alves, 2006).

A partir do início de 2005 assumimos como principal prioridade a condução dos trabalhos de prospecção e inventariação da arte do Côa, e descobrimos directamente grande parte dos novos registos. Outras pessoas, do ex-CNART e do PAVC, tem colaborado connosco nestes trabalhos, e alguns dos novos registos neste período devem-se aos nossos colegas Dalila Correia, Rosa Jardim, Carla Magalhães, Delfina Bazaréu e Luís Luís. No Verão de 2005 tivemos também a curta colaboração de um grupo de estudantes finalistas do curso de Arqueologia da Universidade do Minho, que também tiveram ocasião de contribuir com várias novas rochas no sítio da Foz do Côa. Registe-se ainda o aparecimento da rocha 19 do Fariseu durante a campanha de escavação de 2005. Fora de actividades directas de prospecção, e em circunstâncias diversas, alguns elementos do PAVC tiveram ocasião de descobrir mais algumas rochas, nomeadamente Dalila Correia, Rosa Jardim, André Santos, Fernando Dias, Thierry Aubry e Jorge Sampaio. A rocha do Moinho do Chocho é conhecida da população da aldeia de Santa Comba,

tendo-nos a sua existência sido comunicada por Marcelo Silvestre, do PAVC. Por fim, houve também algumas pessoas de fora a descobrir novos registos e a comunicar essa descoberta ao PAVC. Salientamos particularmente a descoberta da enóloga Teresa Ameztoy, residente em Vila Nova de Foz Côa, do importante sítio do Tudão, e das suas rochas 1 e 2. Também o senhor Manuel António, da aldeia do Orgal, nos mostrou rochas novas nos sítios dos Namorados, Canada do Amendoal e da Ribeira do Picão. O sítio da Faia do Coto foi-nos mostrado pelo senhor Marcos Gualter Quadrado Velho, presidente da Junta de Freguesia de Algodres. Algo inusitada foi a descoberta de uma nova rocha no sítio da Raposeira por Jean Mathiuet, guia na gruta francesa de Arcy-sur-Cure, num passeio ocasional que fez ao longo da abandonada linha de caminho de ferro entre o Pocinho e a foz do Côa. Finalmente, a primeira placa com gravuras da Idade do Ferro do sítio do Paço foi ocasionalmente descoberta à superfície em 2006 pela proprietária do terreno, a senhora Isolina Farto, sendo a segunda placa descoberta pouco depois por Dalila Correia e Rosa Jardim.

3.1. Balanço da prospecção sistemática

A prospecção sistemática, que iniciamos a partir de 2005, revelou grande quantidade de novos vestígios de arte rupestre. Já anteriormente referimos a metodologia que usamos e alguns dos resultados obtidos (Baptista & Reis, 2008: 64-68; 2009: 160-164). Uma vez que já há doze sítios em que este método foi aplicado na totalidade ou quase (há ainda mais uns quantos sítios em que fizemos pequenas manchas localizadas de prospecção sistemática, mas em área insuficiente para os incluirmos neste lote), com uma grande quantidade de novas rochas, será altura para realizar um primeiro balanço deste método, e vermos em que medida vale realmente a pena a sua aplicação. Este balanço afigura-se tanto mais importante porque vários dos sítios são de grandes dimensões, tanto em área como em quantidade de registos como na sua importância científica e patrimonial, e a sua prospecção arqueológica é um bom exemplo das características típicas da prospecção da arte do Côa.

Tendo em conta o avultado dispêndio de tempo e energia necessários para a realização, em condições adequadas, da prospecção sistemática nestes sítios, é legítimo perguntar se haverá grande diferença entre realizar uma prospecção sistemática, rocha a rocha, painel a painel, ou realizar uma prospecção intensa, orientada para as rochas e painéis mais apelativos, em que se poderia eventualmente registar quase tudo o de mais relevante haveria, deixando talvez apenas uma ou outra rocha menos importante de fora.

Uma primeira resposta é dada, eloquentemente, pela listagem seguinte, em que assinalamos a diferença na quantidade de registos antes e depois da prospecção sistemática, nos doze sítios referidos.

Sítio	Antes	Depois
Foz do Côa	17	195
Vale de Moinhos	7	40
Penascosa	26	36
Quinta da Barca	33	61
Vale de José Esteves	23	64
Vale do Forno	25	79
Fariseu	11	18
Moinhos de Cima	10	25
Quinta das Tulhas	2	16
Bulha	1	42
Tudão	2	4
Lapas Cabreiras	1	1
Total	158	581

Vemos assim que o contributo da prospecção sistemática nestes doze sítios é de 423 registos o que, num universo de 947, faz uma percentagem de quase 45%, uma quantidade extremamente significativa, sobretudo tendo em conta que a quantidade de sítios a que se aplica é bastante pequena face ao total. Ou seja, do ponto de vista quantitativo não há dúvidas quanto à pertinência de aplicarmos o método. E do ponto de vista qualitativo, também se passará o mesmo? Para uma resposta temos que olhar não para os sítios em que se passou directamente da fase de registo para a prospecção sistemática (como na Foz do Côa, Bulha ou Quinta das Tulhas), mas sim para aqueles em já havia um conhecimento aprofundado da realidade antes de se fazer a prospecção sistemática, como sucedia nos sítios da Quinta da Barca, Penascosa ou Fariseu. Nestes sítios vemos que já havia grande quantidade de registos conhecidos antes da prospecção sistemática, face ao total conhecido após a realização desta, e verificou-se no final que, como se suspeitava, já se conheciam grande parte das rochas mais importantes. Ainda assim, a sistematização da prospecção trouxe novidades relevantes em todos estes sítios.

Algo que temos abundantemente constatado na prospecção da arte do Côa é que nem sempre a importância científica e patrimonial de uma rocha historiada se reflecte no seu aspecto externo. É verdade que muitas das rochas mais importantes, de várias épocas, se encontram em afloramentos com superfícies condignas a condizer, seja na implantação destacada, no tamanho da superfície, na sua forma apelativa, etc. Mas as excepções são numerosas, sejam as grandes e chamativas superfícies que estão vazias ou tem motivos pouco significativos, sejam as pequenas e discretas superfícies, por vezes quase insignificantes, com conjuntos muito relevantes de motivos. Um exemplo, entre outros, é a rocha 147 da Foz do Côa, com o seu interessante conjunto de equídeos filiformes paleolíticos, e que temos sempre dificuldades em reencontrar por estar quase invisível ao nível do

solo. A não realização de prospecção sistemática nestes sítios, e particularmente nos de maiores dimensões, poderia trazer distorções estatísticas na amostragem dos registos, com uma excessiva representação das grandes superfícies historiadas em detrimento das mais pequenas.

No Fariseu, a prospecção sistemática não trouxe grandes novidades no tocante à distribuição das rochas, e não descobriu novas figuras paleolíticas em picotado ou abrasão, mas revelou quatro novas rochas com figuras filiformes paleolíticas, por vezes bastante ricas, como a rocha 12 (para além de três rochas mais com diversos traços de aspecto antigo mas, pelo menos à primeira vista, aparentemente não figurativos). A última rocha a ser aqui descoberta, a rocha 19, surgiu na escavação arqueológica aqui realizada em finais de 2005 (Aubry & Sampaio, 2008: 11), já depois da prospecção sistemática que realizamos nesse ano.

Na Penascosa, a prospecção sistemática acrescentou dez novas rochas aos 26 registos conhecidos, aumentando significativamente a área de distribuição da arte paleolítica, que passou a estender-se mesmo até ao alto do morro, ao longo de toda a crista rochosa que marca todo o sector esquerdo do sítio. Trouxe um conjunto interessante de novas figuras paleolíticas filiformes, sobretudo as das rochas 28, 30 e 36.

Mas foi na Quinta da Barca que a última prospecção mais novidades trouxe. Começando logo pela descoberta de uma nova zona de distribuição de rochas com gravuras paleolíticas na parte mais superior do sítio, e incluindo duas rochas com figuras picotadas. Mas também pela descoberta de uma grande quantidade de novas rochas, quase todas de cronologia paleolítica, ao longo de toda a área do sítio, algumas de grande relevância, e de que destacaríamos as rochas 41, 45, 47, 56 ou 60, com variados motivos de grande qualidade e que, à semelhança dos sítios anteriores, grandemente enriquecem o panorama figurativo do sítio.

Ou seja, mesmo para os sítios mais intensamente conhecidos a prospecção sistemática traz novidades, e revela-se essencial para um conhecimento pleno de cada sítio. Por outro lado, nalguns casos revelou-se que um ou outro sítio, que se julgava já estarem relativamente bem conhecidos, estavam afinal apenas superficialmente explorados. É particularmente o caso dos sítios do Vale de José Esteves e do Vale do Forno, em que se parte de um número já algo elevado de registos conhecidos, na sua maioria densamente concentrados numa determinada área, a embocadura da ribeira no primeiro caso e a parte superior do vale no segundo. A prospecção sistemática em ambos os casos triplicou a quantidade de registos, alargou enormemente a área de distribuição (para a totalidade do percurso dos vales), descobriu variadas rochas de grande importância, e com muitos dos novos registos a situarem-se mesmo nas zonas onde inicialmente já se conhecia a maior parte dos registos anteriores.

Há alguns raros casos em que a prospecção sistemática não traz novidades. É o que sucedeu nos sítios do Tudão e das Lapas Cabreiras. No primeiro, a prospecção sistemática

não descobriu novas rochas para além das duas já conhecidas, e a descoberta das duas pedras com gravuras paleolíticas em muros não se deve particularmente ao método sistemático, pois este aplicou-se apenas aos afloramentos, e não aos muros. As Lapas Cabreiras são um pequeno conjunto de abrigos, colocados lado a lado na base de um cabeço granítico, e a prospecção sistemática não diferiu grandemente de uma vistoria geral que inevitavelmente seria feita, uma vez identificado o notável painel com pinturas pré-históricas aqui conhecido. Nestes pequenos sítios, a prospecção sistemática é mais ou menos equivalente a uma prospecção intensa, pois rapidamente e sem grande esforço se observam todos os afloramentos existentes.

Num local com as características da região da arte do Côa, a prospecção sistemática revela todo o tipo de vestígios de arte rupestre, dos mais importantes aos mais insignificantes, proporcionando uma visão o mais completa possível da realidade, que de outra forma não é possível obter. Mas não é, naturalmente, um método isento de falhas. E tivemos já ocasião de detectar algumas. Sendo o objectivo descobrir todas as manifestações de arte rupestre passíveis de serem descobertas no espaço sistematicamente prospectado, por vezes acontece que alguma rocha escapa à detecção. Já anteriormente tivemos ocasião de adiantar algumas das várias razões pelas quais tal poderá acontecer (Baptista & Reis, 2009: 164), e os dois casos que agora referimos encaixam bem no panorama. O primeiro foi detectado logo em 2006, alguns meses depois de termos terminado a prospecção da encosta da Foz do Côa, na altura com um total de 186 rochas registadas, e mais dois conjuntos de pedras gravadas em construções recentes (Baptista & Reis, 2008). A rocha 187 apareceu assim casualmente depois, numa área de muito fácil acesso ao lado da ponte ferroviária. As razões porque esta rocha, bem acessível e de gravuras facilmente visíveis, não foi logo descoberta são fáceis de compreender. A primeira é porque em 2005 a área onde se situa estava coberta de um denso silvado, ocultando a rocha de um olhar menos atento, silvado esse que foi cortado por alguém em 2006. E a causa da menor atenção do olhar estava em que não pensamos que naquela zona pudesse haver afloramentos com superfícies intactas, uma vez que corresponde a um caminho aberto em tempos recentes, mesmo ao lado da ponte e provavelmente relacionado com as obras da sua construção. Como tal, não nos demos ao trabalho de lá ir prospectar. Isto mostra bem a capacidade de resistência dos afloramentos desta região, e mostra igualmente que não nos devemos fiar nas primeiras impressões. A segunda falha que detectamos é um pouco menos compreensível, e deve caber na categoria das falhas humanas inexplicáveis mas, provavelmente, inevitáveis, sobretudo num trabalho de tão larga escala como este. Trata-se da rocha 64 do Vale de José Esteves, aparecida já neste ano de 2009, durante os trabalhos de levantamento das gravuras da rocha 19. Encontra-se mesmo ao lado do painel desta grande rocha, e embora não seja visível deste, é muito facilmente acessível e não tem obstáculos em frente que impeçam a visibilidade. A área em que se encontra tinha sido prospectada e, embora o painel esteja recuado e seja pequeno, as suas gravuras, um pequeno conjunto de motivos da Idade do Ferro de

difícil interpretação, são facilmente visíveis. Enfim, é algo que acontece, e é natural que a reavaliação dos sítios já prospectados possa revelar mais casos, ainda que, esperamos, em quantidade reduzida.

Podemos assim concluir que o método da prospecção sistemática é a única forma de, numa região com a densidade, quantidade e dispersão de vestígios rupestres como é esta, proporcionar um conhecimento pleno da realidade, suprimindo as falhas que métodos menos exaustivos inevitavelmente comportam.

4. Questões de conservação

4.1. Muitos muros, poucos traços: agricultura e conservação

Referindo ainda o caso particular das pedras com gravuras paleolíticas encontradas em muros localizados nas mesmas encostas onde se encontram os típicos afloramentos gravados neste período, poderíamos dizer que a identificação dos dois primeiros casos até ao momento conhecidos, na Penascosa logo em 1995, na Foz do Côa em 2005, levantou expectativas de que muitos outros haveria ainda por descobrir. Essa expectativa era tanto maior quanto a quantidade de muros, socacos e outras construções rurais é imensa, indicando uma ocupação do solo de extrema intensidade ao longo de toda a Época Moderna, mesmo nas localizações aparentemente mais improváveis,¹⁵ o que sugeria ter havido uma grande actividade de destruição de afloramentos para arroteamentos agrícolas e extracção de pedra para construção. No entanto, e ao contrário do esperado, pouco mais apareceu (apenas muito recentemente as duas pedras atrás referidas no sítio do Tudão), e não foi seguramente por falta de prospecção. É certo que a prospecção sistemática que temos levado a cabo não inclui a vistoria total de todas as pedras de todos os muros, o que demoraria um tempo excessivo, mas temos visto com regularidade muitas das pedras destas construções, particularmente aquelas com boas superfícies. Muitas das pedras destes muros mostram para o exterior uma superfície em tudo similar às típicas superfícies verticais frontais dos afloramentos, que foram tão intensa e extensivamente utilizadas para a realização de gravuras, e essas superfícies distinguem-se com facilidade de outras superfícies (horizontais ou verticais laterais) que os mesmos afloramentos por vezes também

¹⁵ A necessidade de solo para agricultura de subsistência foi imensa ao longo dos tempos modernos. A maioria dos terrenos, por mais inclinados, rochosos ou pobres que fossem, foram aproveitados de alguma forma, como é notório pelo emparcelamento ainda subsistente.

apresentam, sendo também fácil distinguir entre essas superfícies quando são recentemente partidas e quando são antigas, através do grau de pátina. São abundantes as pedras com esta superfície antiga nestes muros e construções, e a falta generalizada de achados de gravuras de períodos cronológicos antigos nestas pedras só se pode dever, na nossa opinião, à sua diminuta quantidade.

4.2. Pouca destruição humana?

Isto coaduna-se com um outro aspecto que temos constatado na prospecção, e que é a relativa escassez de afloramentos com vestígios de destruição por acção humana. Nos que existem e que conhecemos, os vestígios dessa acção humana de destruição são por demais evidentes¹⁶ mas, de uma forma geral, e com poucas excepções, a quantidade e densidade destes vestígios é reduzida¹⁷. O que levanta uma questão óbvia: de onde vem então toda a imensa quantidade de pedra utilizada em todas aquelas construções, e porque razão não se recorreu mais frequentemente à sua extracção a partir dos inúmeros afloramentos existentes em toda a área de distribuição da arte do Côa?

A resposta a esta questão parece-nos simples, e tem uma grande importância para a aferição do grau de conservação da arte do Côa, pelo menos no respeitante à acção da actividade agrícola nos últimos séculos. Assim, supomos que grande parte da pedra utilizada nestas construções terá sido retirada do chão, onde se teria acumulado ao longo de muitos milénios por acção da fracturação natural dos xistos. Desta forma, os agricultores ganhavam uma tripla vantagem: tinham uma fonte abundante de pedra de fácil obtenção, limpavam o solo para a agricultura, e evitavam o trabalho pesado de desfazer os afloramentos. Estes têm ainda a característica adicional de frequentemente se distribuírem em bandas mais ou menos longas e contínuas, que seguem tendencialmente as curvas de nível das encostas, sendo assim habitualmente aproveitados como suporte para os socacos, poupando uma vez mais trabalho e matéria-prima de construção.

Ouseja, pensamos que este factor será a principal explicação para a escassa quantidade de vestígios de gravuras antigas existentes nas pedras utilizadas nas variadas construções daquelas encostas. Deverá ter havido uma taxa relativamente baixa de destruição de afloramentos rochosos, historiados ou não, ao longo de toda a Época Moderna causada pela

¹⁶ A extracção de pedra, mesmo de pequena escala, deixa sempre algum tipo de cratera no solo e na encosta, e as novas superfícies verticais criadas pela fracturação antrópica das anteriores ganham um ar “fresco e artificial”, que contrasta visivelmente com as antigas superfícies naturais.

¹⁷ Uma dessas excepções é o sítio do Poio, na encosta voltada ao Côa entre a Canada do Inferno e Vale de Videiro, repleto de antigas pedreiras abandonadas, ao lado da actual zona de exploração moderna. Ocupam toda a encosta, tendo possivelmente destruído quase todas as muitas superfícies antigas que ali existiriam e que, com grande probabilidade, teriam gravuras.

agricultura e construção de estruturas diversas, na sua maioria relacionadas com a actividade agrícola, como sejam socos, muros de propriedade, casas e casebres, pombais, moinhos, fontes, poços, muros apiários, toda a imensa parafernália construtiva que marca indelevelmente a paisagem das encostas da região do Côa¹⁸. Aliás, não é sequer certo que as pedras com gravuras antigas encontradas em construções tenham forçosamente a sua origem na destruição por acção humana de afloramentos, essa destruição pode ter causas naturais, e as pedras terem sido recolhidas da superfície do terreno. Provavelmente, é o caso do muro da Penascosa, em que há algumas rochas por cima em que é perfeitamente notório o desaparecimento por fragmentação de várias gravuras, e não se nota nas imediações a existência de afloramentos partidos recentemente por acção humana. Já na Foz do Côa, não só existe um afloramento com a superfície recentemente destruída imediatamente por baixo do murete com as pedras, mas aquele tem também uma coloração similar às pedras com gravuras, pelo que, ao menos neste caso, é provável que estas surjam por uma acção de destruição recente.

4.2.1. A excepção dos sítios pequenos

Como ressalva a este raciocínio, devemos mencionar o achado das duas pedras no Tudão. Na Foz do Côa as duas pedras encontradas no murete devem ser consideradas excepcionais, até porque há efectivamente muito poucos afloramentos destruídos ao longo da encosta, como tivemos amplamente ocasião de verificar na prospecção sistemática que ali efectuamos em 2005, mas o Tudão é um caso um pouco diferente. Se na Foz do Côa a quantidade de afloramentos com painéis verticais ultrapassará largamente o milhar, no Tudão pouco passarão da dezena. Este é um sítio de fácil acesso, aplanado, de encostas baixas, curtas e suaves, e amplamente agricultado e transformado através de numerosas construções. Ao contrário do que tipicamente se passa nas encostas muito rochosas, onde poucos afloramentos apresentam vestígios de destruição humana, no Tudão quase todos os afloramentos da margem direita, onde estão as rochas gravadas, tem evidentes vestígios de destruição, ao que supomos para extracção de pedra, sendo as excepções as duas rochas historiadas, e pouco mais. Assim, também aqui é provável que as duas pedras com gravuras situadas em muros resultem da destruição de rochas historiadas por acção humana. Qual é a diferença então entre um sítio como a Foz do Côa, e um sítio como o Tudão? A diferença é de escala, está na sua dimensão, e na quantidade de afloramentos

¹⁸ Este raciocínio restringe-se à agricultura pré-mecanizada. As plantações mais recentes, particularmente de vinha, são já feitas com máquinas que revolvem profundamente o solo, incluindo a rocha-base e todos os afloramentos que encontram, e a expansão recente da área de vinha nesta região é uma fonte de preocupação no respeitante à conservação da arte rupestre (ver nota seguinte).

que apresentam. Numa encosta como a da Foz do Côa, e falando para tempos pré-mecanização, o labor humano necessário para arrotear e limpar a encosta das suas “excrecências” rochosas é demasiado elevado. Aí, como referimos, é preferível pactuar com a natureza e adaptar a actividade agrícola às circunstâncias¹⁹. Num sítio pequeno e pouco rochoso como o Tudão, poderá já valer a pena, do ponto de vista do agricultor, o trabalho de destruir afloramentos, para limpar terreno e para obter pedra de construção, até porque a disponível no solo, num sítio com estas características, poderá não ser suficiente.

Ou seja, mantemos a nossa opinião que a quantidade de rochas historiadas da arte do Côa destruídas pela agricultura pré-moderna dos últimos séculos deverá ser relativamente pequena face ao total existente. Mas, tendencialmente, e pelas razões acima mencionadas, o grau de destruição poderá aumentar nos sítios mais pequenos face aos de maiores dimensões, entendendo-se aqui como sítios pequenos aqueles que tem poucas rochas historiadas em pequenos e mais ou menos dispersos conjuntos de afloramentos. Nestes sítios, a quantidade original de rochas historiadas já seria pouco elevada, e qualquer destruição, por um qualquer motivo, teria sempre um peso importante, pelo que, proporcionalmente, o grau acrescido de destruição que a agricultura moderna poderá ter trazido a estes sítios assume uma importância bastante grande para a análise e estudo que hoje podemos fazer destes sítios. Ou seja, se no todo quantitativo isto poderá não ter grande relevância, é um factor que pode contribuir decisivamente para a perda de qualidade científica e patrimonial dos pequenos sítios e diminuir a sua importância no conjunto da arte do Côa²⁰.

4.3. O longo efeito do tempo: uma análise dos factores naturais

A agricultura, mecanizada ou não, está longe de ser o único factor de degradação ou destruição de afloramentos, e respectivas gravuras ou pinturas. Já enumeramos em publicação anterior alguns factores da actividade humana, para além da agricultura, passíveis de terem tido efeito negativo na conservação da arte rupestre (Baptista & Reis, 2009: 161-163), como sejam a abertura de estradas e pontes, a abertura da linha de caminho

¹⁹ Note-se que ainda hoje, apesar de tecnologicamente ser possível regularizar por completo uma encosta como a da Foz do Côa, o custo económico de tal operação é proibitivo, e temos constatado que nas plantações de novas vinhas, que é o tipo de agricultura regional que mais profundamente lava e “alisa” as encostas, de uma forma geral se evita as grandes aglomerações rochosas, havendo uma nítida preferência por encostas o mais despidas possível. Isso diminui o risco, mas não o elimina, podendo haver rochas gravadas em zonas de baixa densidade de afloramentos.

²⁰ Como exemplo, e continuando com o Tudão, ao qual atribuímos hoje grande importância, pela conjugação da sua localização inabitual e pela enorme qualidade científica e estética da sua rocha 1. Supondo que esta tinha sido destruída, e que só conhecíamos a rocha 2, pequena e com poucas figuras, seguramente que a importância que atribuíríamos ao sítio diminuiria consideravelmente.

de ferro do Douro, ou a própria e recente construção da ex-barragem do Côa. Estas obras seguramente tiveram efeitos na arte do Côa, e há evidências indirectas que terão causado destruição de rochas historiadas. Mas, uma vez mais, no balanço global, parece-nos pouco provável que tenham originado um impacto dramático nos números, mesmo sendo um elemento não negligenciável na inevitável diminuição quantitativa dos registos da arte do Côa ao longo dos tempos.

Para além dos factores humanos, há também factores naturais a actuar sobre os afloramentos, com efeitos evidentes ao nível da conservação da arte rupestre. Não é nossa intenção detalhar aqui estes factores e todas as múltiplas questões de conservação que levantam, o que tem sido feito num programa de monitorização e conservação dos afloramentos e respectivas superfícies do Parque Arqueológico do Vale do Côa, da responsabilidade de António Pedro Batarda Fernandes (cf. Fernandes, 2004, 2008; 2009; Chauvière *et al.*, 2009; AA. VV., 2008).

De uma forma geral, pensamos que as gravuras dos xistos do Côa se apresentam hoje num estado global de conservação que se pode considerar muito satisfatório, tendo em conta a sua alta quantidade e antiguidade, elevado grau de dispersão em diferentes tipos de implantação, etc. As razões para isto são sumariadas por J. Delgado Rodrigues, geólogo que tem apresentado alguns estudos sobre os xistos do Côa, e que podemos citar: “As gravuras do Vale do Côa estão incisas na talvez única combinação geológica e geomorfológica que poderia permitir a sua permanência, num clima temperado como o da região, por tão longo período de tempo. Essa combinação consiste na associação de rochas xistosas de grão fino, de moderado grau de metamorfismo, e de diáclases de grande regularidade e continuidade. A regularidade das diáclases está associada a uma superfície de rotura que deixou os bordos da diáclase com uma continuidade “perfeita”, que não constituiu por si uma fronteira de fácil penetração dos agentes de degradação. Por sua vez, a grande estabilidade química dos minerais constituintes conferiu a estas rochas a resistência necessária para suportarem as acções dos agentes de alteração, em especial da água, durante todo este tempo de exposição.” (Rodrigues, 2008: 116).

Podemos assim dizer que esta região xistosa conjuga vários factores em simultâneo que ajudam a transformá-la no extraordinário conjunto de arte rupestre que é: uma enorme quantidade e concentração de afloramentos xistosos, distribuídos por uma vasta área, e que no geral mantêm as suas características em diferentes tipos de implantação; essas características são essencialmente a formação de superfícies verticais de excelente qualidade do ponto de vista do gravador de arte rupestre, e que para mais apresenta aspectos próprios que favorecem a longo prazo a preservação dessas gravuras.

No entanto, e como é evidente, esta feliz combinação não impede a existência de factores naturais que, em maior ou menor grau e em escalas temporais mais ou menos elevadas, contribuem para a degradação e destruição das gravuras da arte do Côa. O que pretendemos agora é fazer uma análise à escala geral dos sítios, tendo em particular conta

aqueles que melhor conhecemos pela prospecção sistemática, superfície a superfície, que neles já realizamos, e tomar em consideração, ainda que de forma sumária, o impacto que os diferentes factores naturais de erosão e degradação dos afloramentos terão tido na quantidade de rochas historiadas hoje existentes e também na quantidade dos respectivos motivos que ainda restam. Será uma análise meramente empírica, baseada no nosso conhecimento geral destes sítios e dos seus afloramentos e superfícies, com ou sem gravuras e/ou pinturas. Como tal, está sujeita a forte incerteza e possível erro, que só poderão ser minimizados com análises estatísticas das diversas variáveis em jogo, seja em toda a área em causa ou, mais realisticamente, em zonas escolhidas por amostragem²¹.

4.3.1. Objectivo e âmbito espacial e cronológico da análise

Com excepção das breves considerações que faremos sobre a conservação das pinturas na arte do Côa, em que consideraremos o todo da região, nesta análise vamos-nos restringir, uma vez mais, à área xistosa que congrega a esmagadora maioria dos registos da arte do Côa. Iremos considerar essencialmente três distintos factores naturais que causam degradação dos afloramentos e respectivas superfícies, e como tal afectando também a conservação dos motivos neles gravados ou pintados. O primeiro é a degradação das superfícies verticais. O segundo é a lascagem dessas mesmas superfícies. E o terceiro é a fissuração e fracturação, não só das superfícies, mas dos próprios afloramentos que lhes servem de suporte.

No tocante às gravuras, e para efeitos de exemplificação, iremos também restringir a nossa análise às gravuras paleolíticas, excluindo todas as outras mais recentes. Com efeito, o nosso objectivo aqui não é demonstrar a existência ou não de factores naturais de degradação e destruição dos afloramentos rochosos e respectivas figuras, gravadas ou pintadas: tomamos como dado adquirido que esses factores existem, e que são passíveis de afectar todos os afloramentos e todos os motivos de todas as épocas. Também não é o nosso objectivo quantificar em absoluto esses factores e o seu grau de afectação para cada período cronológico, o que seria de grande interesse e utilidade, mas para o que não temos dados. O nosso objectivo é tentar perceber, de uma forma muito geral, o grau de alcance

²¹ Esta análise estatística passaria por quantificar, nas zonas escolhidas, os afloramentos e superfícies existentes, com ou sem gravuras, e as suas diferentes características a vários níveis, incluindo as diferentes patologias que afectam cada uma, e a extensão e a forma da sua afectação dos motivos existentes. Poderia também estender-se aos factores de degradação de origem humana, com o que poderíamos melhor confirmar ou desmentir a análise que previamente fizemos. A dificuldade na concretização de um estudo desta natureza está na dimensão da área e da arte do Côa, nas enormes quantidades de afloramentos e superfícies existentes, historiados e não historiados, o que implica que a amostragem, para além de dever reflectir a diversidade dos sítios e das diferentes dispersões rochosas, deverá também ser bastante ampla em área e nos afloramentos analisados, caso contrário não terá validade.

das destruições causadas ao longo dos tempos por estes factores, isto é, *grosso modo*, qual a proporção das destruições face ao que hoje ainda existe. Isto parece-nos da maior importância para avaliar o grau de validade de algumas das afirmações e hipóteses científicas que são colocadas sobre este conjunto artístico.

Exemplificando, e pegando de momento só na arte paleolítica, temos hoje uma realidade objectiva que é a existência de 457 diferentes registos, na sua quase totalidade correspondentes a afloramentos rochosos historiados, ainda *in situ*. Este é um número extremamente elevado. No entanto, suponhamos agora que nos era possível conhecer o número original de afloramentos historiados paleolíticos, e que podíamos comparar esse número com a quantidade actual. Dependendo da percentagem de sobrevivência, teríamos que admitir que a validade das teorias hoje colocadas dependeria em muito dessa percentagem. Ou seja, não é de forma alguma o mesmo fazer teoria sobre uma percentagem de sobrevivência de 10 a 30 %, por exemplo (que poderíamos considerar uma taxa de sobrevivência mínima), ou de 40 a 60% (uma taxa de sobrevivência mediana), ou de 70 a 90% (que poderíamos considerar uma taxa de sobrevivência excelente)²². Assim, se imaginarmos que o número original de rochas gravadas paleolíticas seria de 600 ou 700, então 457 é uma amostragem estatística muito boa, e as considerações teóricas que impliquem uma abordagem à realidade global poderão ter uma validade perfeitamente aceitável (se teriam ou não qualidade é uma outra questão). Mas se o número original de rochas fosse 6000 ou 7000, por exemplo, então o número de 457 é muito baixo, e considerações de carácter geral teriam que ser vistas com muito cuidado, e a sua validade seria sempre dúbia (à semelhança das amostragens usadas nas sondagens eleitorais, por exemplo, teríamos de tentar perceber se esta reduzida amostragem reflectiria adequadamente a realidade original ou se, pelo contrário, estaria sujeita a factores de distorção face a essa realidade).

O nosso objectivo é assim ver se conseguimos arranjar argumentos para colocar o grau de destruição da arte do Côa por factores naturais dentro de uma destas taxas de sobrevivência: mínima, mediana ou excelente. E é por isto que achamos que podemos restringir a análise às gravuras paleolíticas, que são aquelas em que os factores de destruição natural mais tempo tiveram para actuar. Quanto aos restantes períodos cronológicos, a Pré-história Recente tem uma amostragem muito reduzida e torna-se difícil, sem mais dados, fazer considerações sobre este assunto. Quanto às gravuras da Idade do Ferro e de Época Histórica, e mesmo na ausência de dados quantitativos precisos, estão expostas aos elementos há relativamente pouco tempo, e não temos hesitações em considerar que a sua taxa de sobrevivência é excelente. São raros os exemplos de gravuras destes períodos

²² Assim, no tocante aos efeitos destrutivos da agricultura moderna, e tendo em conta a análise que realizamos atrás, não hesitaríamos em colocar a taxa de sobrevivência neste factor como sendo excelente.

irremediavelmente afectadas por causas naturais, na maioria dos casos os conjuntos de gravuras dentro dos painéis estão intactos e são totalmente legíveis. Há bastantes casos em que algum tipo de degradação dos traços dificulta a leitura dos motivos por vezes acentuadamente, mas são raros os casos em que esses motivos estejam totalmente desaparecidos ou irremediavelmente mutilados²³. Já as gravuras paleolíticas estão expostas há muitos milhares de anos, tempo suficiente para os factores naturais de degradação se fazerem sentir, acrescidos pela sismicidade natural da região, e pela muito superior variabilidade climática a que estiveram sujeitas.

4.3.2. O caso das pinturas

Mas antes de começarmos com os problemas das gravuras paleolíticas, deitemos um breve olhar às poucas pinturas existentes. Temos presentemente inventariadas quinze rochas com pinturas²⁴. Com excepção da rocha 6 da Faia, em que se juntam pinturas pós-glaciares a gravuras e possíveis pinturas paleolíticas (Baptista, 1999a: 154-155), todas as restantes são da Pré-história Recente. Tem-se frequentemente colocado a hipótese de ter havido mais pinturas paleolíticas, seja em painéis próprios seja a acompanhar as numerosas gravuras paleolíticas (cf. Baptista, 1999a: 24; 1999b: 220-221), e que teriam desaparecido com a exposição aos elementos dos painéis verticais da região. Tal parece perfeitamente plausível, sobretudo tendo em conta a associação frequente entre pintura e gravura nas grutas com arte paleolítica. Tem que se ter em conta, no entanto, que embora relativamente raros face aos restantes, existem na região variados painéis verticais de xisto protegidos por palas ou abrigos, que por vezes foram aproveitados para realizar pinturas pós-glaciares, como vimos, e é de colocar a questão porque razão não encontramos aí um único vestígio de pintura paleolítica? Porque, para além da Faia, não houve efectivamente mais pintura paleolítica no Côa? Porque esse tipo de painéis protegidos não

²³ Há outro factor que actua sobre as superfícies e respectivas gravuras, que poderíamos considerar uma variante da degradação superficial, e que é a formação de algum tipo de película de concreção sobre a superfície (cf. Llera *et al*, 2008: 67, fig. 14). Não tem normalmente como efeito a destruição ou alteração química da superfície original, forma sim uma nova superfície que tende a ocultar a anterior, e com ela as gravuras que lá possam existir, particularmente as filiformes, mais facilmente ocultáveis. Em regra, este parece ser um factor de actuação limitada, tanto na quantidade de painéis em que existe como, dentro de cada painel, na área que afecta, embora possa interferir consideravelmente na leitura de determinados motivos. Por exemplo, a cabeça de um pequeno auroque na rocha 16 do Vale de José Esteves estava oculta por uma destas concreções, e o desenho e a interpretação completa desta figura (incluindo a determinação da espécie) só foi possível após a sua cuidadosa e demorada remoção, o que se fez usando uma solução de sumo de limão diluída em água, com a qual se enfraqueceu a película, removendo-a depois com um pequeno estilete feito de cana de bambu, com o que foi possível tornar a figura visível sem minimamente afectar a integridade dos traços (informação pessoal de Fernando Barbosa, a quem agradecemos).

²⁴ Rochas 1 a 6 da Faia, 3 de Vale de Figueira, 1 da Ribeirinha, 2 de Vale de Videiro, 4, 14 e 18 da Ribeira de Piscos, 1 de São Gabriel, 1 das Lapas Cabreiras e rocha 1 da Mioteira.

eram procurados pelos artistas paleolíticos²⁵? Ou, mesmo sendo feitas nessas condições mais protegidas, a sua excessiva longevidade face às pinturas pós-glaciares provocou o seu desaparecimento? Não temos ainda uma resposta satisfatória para estas questões. Tem-se igualmente sugerido que alguns motivos paleolíticos, tal como os da Faia, e particularmente os motivos em picotado ou abrasão, poderiam ser pintados por cima, dando-se amiúde o exemplo dos enormes auroques da rocha 13 da Ribeira de Piscos, cuja melhor visibilidade ocorre na margem oposta do Côa, ou que alguns destes motivos em picotado ou abrasão apenas parcialmente gravados poderiam ser terminados com pintura (cf. Baptista, 2008b: 72). No tocante a esta última hipótese, certamente que tal não é impossível ou implausível, mas também sabemos que na arte filiforme paleolítica do Côa surgem com frequência motivos zoomórficos que estão deliberadamente incompletos, e duvidamos que estes motivos com esta técnica fossem complementarmente pintados, sobretudo tendo em conta que a grande maioria deles são de muito pequena dimensão (para uma opinião em sentido contrário, ver Zilhão, 1997: 22-23). Tudo indica que faz parte das características da arte paleolítica do Côa incluir, com alguma frequência, motivos incompletos, por razões que desconhecemos mas que acrescem à fascinante complexidade formal desta arte.

Uma característica comum à maioria destas pinturas é estarem colocadas sob pequenas palas ou abrigos naturais, ou em superfícies que pela sua configuração oferecem algum tipo de protecção às pinturas (Fernandes, 2004: 17). É o caso das pinturas da Ribeirinha, Vale de Figueira, Lapas Cabreiras, das rochas 4 e 18 da Ribeira de Piscos, ou das rochas 3, 5 e parte da rocha 6 da Faia. Mas, por vezes, a pala existente é muito pouco pronunciada, será mesmo mais correcto considerar que o painel pintado está num plano apenas ligeiramente mais recuado em relação aos painéis de cima. É o caso da rocha 2 de Vale de Videiro, da rocha 14 da Ribeira de Piscos, das rochas 2 e 4 da Faia, ou da parte lateral da rocha 1 da Faia. Nestes casos, a protecção oferecida pela pala é reduzida, o que pode ajudar a explicar o mau estado de conservação de muitas destas pinturas, particularmente se comparadas com as anteriores, e que leva a colocar a hipótese de muitos mais afloramentos poderem ter sido pintados em condições similares, mas tendo as respectivas pinturas desaparecido por completo.

Esta hipótese é reforçada pelos interessantes casos do painel da parte frontal da rocha 1 da Faia, e dos painéis da rocha 1 de São Gabriel e da rocha 1 da Miotreira. Nestas três

²⁵ Efectivamente, pode-se dizer que os artistas paleolíticos do Côa tinham uma nítida preferência por painéis em pleno ar livre, e parecem ter procurado evitar gravar em superfícies protegidas por palas ou abrigos, apesar de estas existirem, ainda que em pequena quantidade. A pequena pala da rocha 6 da Faia é uma excepção, tal como parece ser a própria existência de arte paleolítica neste canhão granítico. A rocha 16 do Vale de José Esteves poderá eventualmente ser outra excepção, mas a sua conhecida e pronunciada pala parece resultar da queda de um grande bloco rochoso vindo de cima, e não sabemos se já lá estava quando os artistas paleolíticos ali gravaram. Há mais um ou outro exemplo, mas são muito raros.

situações não existe pala nem abrigo, o painel pintado é tendencialmente vertical e está em pleno ar livre. Essa é provavelmente a explicação principal para as péssimas condições de preservação das pinturas da Mioteira, reduzidas a pequenas manchas quase imperceptíveis, e onde é muito problemático distinguir motivos. Um caso curioso é o da pintura de São Gabriel. O painel ostenta um único motivo de grandes dimensões pintado a vermelho, uma figura reticulada que, mesmo estando muito apagada, é ainda razoavelmente perceptível. Olhando com atenção para a zona pintada do painel, dá-nos a impressão (que não temos a certeza absoluta de estar correcta) de já não haver restos de pigmento sobre a superfície, e que a visibilidade do motivo se deve à impregnação interna da superfície pela tinta utilizada. A ser assim, trata-se de um caso interessante de sobrevivência de um motivo que doutra forma estaria condenado a desaparecer. Este painel de São Gabriel, e ao contrário do da Mioteira, que é rigorosamente vertical, partilha com o da Faia uma característica que deverá ter ajudado à sobrevivência dos motivos pintados: está ligeiramente inclinado para a frente. Ainda assim, torna-se difícil perceber o excelente grau de preservação e visibilidade dos conhecidos bovídeos pintados da rocha 1 da Faia, que são provavelmente os motivos pintados mais bem conservados em todo o sítio da Faia. Outros factores podem estar aqui em jogo, incluindo a dimensão dos motivos, a quantidade de pigmento utilizado, ou as características próprias da superfície em que se encontram²⁶.

Mas, para a realização de prospecção arqueológica, a existência de pinturas nestes painéis diz-nos que não devemos ter ideias pré-concebidas sobre que tipo de superfície pode ou não ter pinturas. À partida, qualquer superfície rochosa com qualquer grau de inclinação e qualquer grau de protecção contra os elementos é candidata a ter, ou ter tido, pinturas. E olhando em particular para a superfície da rocha da Mioteira, podemos também dizer que qualquer tipo de superfície, independentemente do seu grau de rugosidade, é igualmente candidata a ter pinturas. Efectivamente, de uma forma geral as superfícies com pinturas são, nesta região, tendencialmente lisas e pouco rugosas, e se isso é natural nos xistos, onde grande parte das superfícies são assim, já é menos natural nos granitos, onde a rugosidade predomina claramente face ao alisado das superfícies. As superfícies pintadas na zona granítica, na Faia, na Ribeirinha e nas Lapas Cabreiras, são boas superfícies, mais lisas que o comum dos granitos em redor, e parecem ter sido escolhidas também por causa disso. Mas a rocha da Mioteira tem uma superfície muito rugosa e irregular, típica na zona e onde, à partida, nunca apostaríamos na existência de deste tipo de vestígios.

²⁶ Note-se que, para além dos dois bovídeos, existem noutros painéis desta rocha mais motivos pintados, todos de pequenas dimensões, e que estão muito apagados e degradados.

4.3.3. Degradação das superfícies de xisto

Por degradação das superfícies entendemos uma acção de alteração progressiva das características da superfície, que poderá ter várias causas, e que, se houver motivos gravados ou pintados, os irá igualmente afectar, mas em que a superfície propriamente dita sobre a qual a mão do artista realizou a sua acção (ou, nos casos em que esta não existe, poderia ter realizado a sua acção) mantém-se *in situ*, ou seja, não desaparece, apenas se altera. Isto contrasta com a lascagem, que se pode considerar uma variante da fracturação, e que é um fenómeno que veremos a seguir, em que há uma brusca alteração física da superfície original, que provoca o desaparecimento, total ou parcial, dos seus elementos historiados.

Há uma grande variedade nas características das superfícies verticais de xisto da região da arte do Côa. Não dominando o tema, não iremos detalhar essas características mas, globalmente, pode-se dizer que, do ponto de vista da aptidão para receber gravuras, variam desde as superfícies extremamente lisas, brandas e regulares, até às superfícies rugosas, duras, irregulares e repletas de excrescências rochosas de diferentes tipos. Naturalmente, a típica superfície escolhida para ter gravuras está próximo do primeiro tipo, ainda que nem todas tenham aquela qualidade óptima. Citando de novo Delgado Rodrigues, “Os xistos são o tipo litológico predominante na região (...). São rochas de grão fino, muito compactas, podendo apresentar intercalações de finas camadas de granulometria ligeiramente mais grosseira. Em regra, as gravuras estão incisadas sobre superfícies de diáclases muito planas, com grande continuidade, e dentro de uma mesma área, com preferência por superfícies sub-paralelas entre si pertencendo a uma mesma família de diáclases.” (Rodrigues, 2008: 114).

Já vimos atrás a opinião deste autor sobre a boa capacidade de resistência temporal dos xistos do Côa mas, no tocante especificamente às superfícies, inserimos ainda uma nova citação: “Ao nível das superfícies gravadas, importa salientar a boa conservação da generalidade dos traços, o que, dada a idade atribuída a estas gravuras, atesta claramente a grande resistência destes materiais xistosos aos fenómenos de degradação química. A degradação que mais directamente afecta as superfícies gravadas acontece por processos de natureza física (...).” (Rodrigues, 2008: 115). Estes comentários estão de acordo com as medições feitas à idade da primeira exposição ao sol de algumas das superfícies verticais da arte do Côa, e que deram resultados de grande antiguidade para essa primeira exposição, e também com uma ampla taxa de variação, entre 16.000 e 136.000 anos B.P. (Phillips *et al.*, 1997). Se superfícies expostas aos elementos durante tantas dezenas de milhares de anos conseguem chegar aos nossos dias mantendo a textura ideal para a realização de gravuras, é porque de facto a estabilidade e resistência destes xistos é extremamente elevada. E tudo isto está também de acordo com a nossa própria observação das superfícies e respectivos motivos ao longo de toda a área da arte do Côa. De uma forma geral, os factores de degradação superficial são pouco frequentes, quando existem

raramente atacam a generalidade da superfície, e os seus efeitos sobre as gravuras paleolíticas são pouco graves, quase nunca destruindo motivos em grande escala, impedindo a sua leitura e interpretação.

São poucas as excepções de que nos conseguimos recordar. Talvez a mais notória seja a da conhecida rocha 16 do Vale de José Esteves (Baptista, 2008a, 2008b). A extremidade esquerda do painel está fortemente degradada, e a grande densidade de motivos na zona contígua e os traços desconexos e motivos mutilados que ainda se conseguem perceber dentro da zona afectada deixam perceber que alguns motivos paleolíticos se terão irremediavelmente perdido, o que é tanto mais lamentável quanto esta zona do painel congrega um raro e notável conjunto de signos geométricos, pouco frequentes na arte paleolítica do Côa. Também as rochas 13 e 33 da Quinta da Barca são exemplos, ainda que por razões distintas da rocha anterior.

No entanto, como referimos atrás, a variabilidade da qualidade para gravação das superfícies verticais na região é grande. E uma questão que nos podemos colocar é onde está a origem dessa variabilidade. Será que as superfícies que hoje consideramos como sendo pouco apropriadas para gravação sempre foram assim, ou evoluíram para esse estado? Poderíamos imaginar, por exemplo que, por alguma razão, poderia haver resistências diferentes à degradação por parte de superfícies com determinadas características distintas. Se assim fosse, e se as superfícies que hoje consideramos como sendo pouco ou nada apropriadas para serem gravadas, tivessem evoluído para esse estado a partir de superfícies de qualidade boa ou razoável, então seria possível que muitas gravuras paleolíticas se tivessem perdido. Seria algo estranho que, estando as superfícies expostas há dezenas de milhar de anos, e podendo muitas ultrapassar largamente a centena de milhar de anos, que essa degradação tenha preferencialmente ocorrido após serem utilizadas pelos gravadores paleolíticos, mas poderíamos também estar enganados quanto à nossa apreciação que os artistas paleolíticos tinham uma clara preferência por superfícies que hoje consideramos de boa qualidade. E se esse factor fosse irrelevante, e todo o tipo de superfícies tivessem sido escolhidas? Se a degradação ocorresse de forma diferencial, poderia acontecer estarmos hoje reduzidos às gravuras realizadas apenas em boas e resistentes superfícies.

A questão de escala é aqui importante. Ao longo dos diferentes sítios, de uma forma geral, as superfícies de pior qualidade superam, por vezes amplamente, as de boa qualidade. Um exemplo simples de como essa potencial perda poderá afectar drasticamente a pertinência das observações científicas está nas rochas paleolíticas que hoje nos surgem isoladas. São já numerosos os exemplares nesta situação²⁷, rochas

²⁷ Como exemplo, a rocha 29 da Ribeira de Piscos, pequeno painel com uma grande figura zoomórfica paleolítica em traço filiforme simples, intacta, e mais alguns poucos traços aparentemente desconexos. Está na margem

sozinhas ou aos pares, longe das grandes aglomerações, com implantações por vezes sugestivas. Essa sugestão perde-se se chegássemos à conclusão que originalmente não estavam isoladas.

Pensamos que a prospecção sistemática que já realizamos em vários dos sítios rupestres da arte do Côa nos ajuda a responder a esta questão, uma vez que procuramos observar metodicamente todas as superfícies existentes, independentemente da sua qualidade. E em relação ao exemplo das rochas isoladas, podemos dizer que frequentemente se associam a afloramentos de má superfície, mas normalmente existem também mais superfícies de boa qualidade nas imediações, em tudo similares às superfícies que foram escolhidas para serem gravadas. Parece-nos estatisticamente muito improvável que em todos estes vários locais onde aparecem rochas isoladas tivesse ocorrido uma degradação generalizada e total das muitas superfícies em tempos gravadas, deixando apenas a rocha ou rochas conhecidas mais ou menos intactas e que, das restantes superfícies de boa qualidade, mais nenhuma apresentasse vestígios de gravuras. Por outro lado, já vimos que os efeitos da degradação das superfícies é negligenciável no universo das superfícies gravadas conhecidas, o que significa que, de uma forma geral, a composição inicial existente em cada painel se encontra mais ou menos intacta, pelo menos no tocante a este factor em particular. Ora, uma vez mais, isto parece-nos estatisticamente muito improvável, para não dizer impossível. Por um lado teríamos as superfícies de boa qualidade com as suas gravuras intactas e, por outro lado, as superfícies de má qualidade com as suas gravuras inteiramente destruídas. De facto, a prospecção sistemática não revela a existência de toda a gama de situações intermédias²⁸, as quais, do ponto de vista estatístico, deveriam existir e ser proporcionalmente similares aos dois extremos da questão. Assim, a não existência destas gamas intermédias confirma-nos que as superfícies de má qualidade, na sua maioria, já se deverão ter formado com essas características e que, de uma forma geral, terão sido efectivamente evitadas pelos artistas paleolíticos. Assim sendo, e como já vimos que a típica superfície gravada da arte do Côa é resistente, pensamos que ajudamos a mostrar que a taxa de sobrevivência da arte paleolítica do Côa aos factores de degradação superficial poderá andar dentro do grau do excelente.

esquerda da ribeira, a grande distância a montante do grupo conhecido de rochas paleolíticas junto à foz, e imediatamente a jusante da confluência de uma outra grande ribeira com a de Piscos. Mas muito interessante é a sua localização no início de um vasto conjunto de afloramentos, que se desenvolve para jusante da rocha ao longo da margem, e que está repleto de superfícies verticais de qualidade variável, e onde, após prospecção, nada mais encontramos.

²⁸ Ou seja, para além das composições intactas, ou quase, que usualmente detectamos, e das composições inteiramente destruídas de cuja existência só poderíamos suspeitar, deveríamos também encontrar, em quantidades similares, as composições apenas um pouco afectadas, as medianamente afectadas, as muito afectadas, e as quase inteiramente afectadas, em que já só restaria um traço ou outro.

4.3.4. Lascagem das superfícies de xisto

Por lascagem entendemos a quebra e queda, em formato de placas, de partes ou de toda a superfície de um determinado painel, originando uma nova superfície por detrás, mas em que uma parte ou a totalidade da superfície original desaparece, e com ela todos os seus elementos historiados. Interessa-nos aqui particularmente os painéis verticais dos xistos do Côa. A espessura dessas placas pode variar, desde poucos milímetros até alguns centímetros, e no caso de alguns motivos em picotado ou abrasão, de traço mais fundo, pode até acontecer que a lascagem não implique a sua destruição total, e que subsistam ainda os vestígios inferiores de traços na nova superfície formada por baixo da anterior. Um exemplo conhecido é o do sector esquerdo da rocha 3 da Penascosa. Mas, regra geral, a lascagem implica o desaparecimento total dos vestígios de gravuras que tenham existido na zona afectada. Também na Penascosa, um exemplo conhecido dos visitantes das gravuras do Côa é o da gravura de um peixe na rocha 5, em que uma pequena parte da figura desapareceu por este efeito (Fernandes, 2004: 112, fig. 6).

Ao contrário da degradação superficial, a lascagem parece ser um fenómeno muito espalhado, de tal forma que nos parecem ser minoritários os painéis verticais não afectados por este fenómeno. Por vezes, a afectação de motivos gravados pode ser elevada. A título de exemplo, e para além do caso já mencionado da rocha 3 da Penascosa, em que grande parte do painel esquerdo desapareceu por este efeito, podemos referir o caso da rocha 21 da Quinta da Barca, em que numa grande zona lascada desapareceram partes substanciais de duas figuras paleolíticas picotadas, ou a rocha 170 da Foz do Côa, em que um raro e muito original conjunto de várias figuras de cavalos filiformes em traço múltiplo²⁹, sobrepostos uns aos outros, ficou reduzido ao agrupamento das respectivas cabeças, tendo o resto desaparecido quase por completo.

No entanto, o grau de afectação é, em geral, diminuto. Na maioria dos casos reduz-se a um ou outro pequeno buraco, que pode ou não afectar gravuras, mas que raramente impede uma leitura global de um motivo ou conjunto de motivos. Olhando para o quadro geral dos painéis verticais de xisto, historiados ou não, vemos que são em quantidade muito baixa aqueles em que a maioria do painel foi afectada por este fenómeno. Mesmo a mencionada rocha 3 da Penascosa apenas é extensamente afectada no seu painel esquerdo, o mais pequeno dos três diferentes painéis historiados desta rocha, e nos outros dois exemplos mencionados, a rocha 21 da Quinta da Barca e a rocha 170 da Foz do Côa, a área afectada é pequena face ao total do painel. É frequente que a lascagem

²⁹ O universo das muito numerosas figuras paleolíticas filiformes de traço múltiplo da arte do Côa é enormemente dominado pelas figuras de cervídeos, seguidos, em menor escala, dos caprinos. Quer auroques quer cavalos são raros neste estilo, o que torna esta perda ainda mais lamentável.

afecte preferencialmente a parte superior dos painéis, mas muito raramente existe uma grande área afectada contínua, normalmente subsistem alguns fragmentos do painel original ainda agarrados à rocha no meio de zonas lascadas e, nestes painéis, é possível ver se existem ou não restos de gravura. De uma forma geral, nesse tipo de casos não encontramos vestígios de gravuras, o que nos leva a concluir que não foram utilizados para o efeito. Como exemplo, podemos ver duas rochas na Foz do Côa, a rocha 20 e a rocha 53, a primeira com gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro, a segunda apenas com gravuras da Idade do Ferro. Em ambos os casos as composições gravadas encontram-se na parte inferior do painel, estando a parte superior fortemente lascada, ainda que deixando alguns fragmentos de painel, mais numerosos na rocha 20 que na rocha 53. Nas duas situações não encontramos gravuras nestes fragmentos, e a composição inferior está aparentemente intacta, não se notando a existência de traços truncados. Ou seja, tudo indica que estas superfícies já estariam mais ou menos como estão agora na altura em que foram gravadas. E dentro do universo de todas as rochas historiadas conhecidas no Côa, ou mesmo restringindo-nos às paleolíticas, não conseguimos de momento recordar-nos de nenhuma em que a lascagem tenha aparentemente afectado o grosso da composição gravada, tornando-a pouco reconhecível³⁰, embora admitamos que possa haver alguma de que não nos recordemos.

Vendo bem, isto não é surpreendente. Como vimos, no conjunto das superfícies verticais, o processo de lascagem tem uma amplitude pouco elevada. Também já sabemos que estas superfícies estão expostas desde há dezenas de milhares de anos, podendo chegar à centena de milhar. Isto significa que o processo de lascagem é muito lento, não tendo ainda chegado a uma fase em que afecte o grosso das superfícies. Diz-nos também, se partirmos do princípio que é um fenómeno que está constantemente a ocorrer, a um ritmo provavelmente mais ou menos constante, que estatisticamente grande parte das zonas lascadas já existiam na altura em que os afloramentos são gravados, uma vez que a gravação humana de afloramentos ocorre numa fase muito posterior à da formação das superfícies. É certo que não parece de forma alguma improvável que possa haver uma maior aceleração deste processo à medida que as superfícies envelhecem mas, ainda assim, o anterior argumento estatístico continua a ser razoável. Isto explica bem porque razão muitas composições gravadas parecem evitar zonas menos apropriadas dos painéis, seja por lascagem, degradação, ou outros motivos, uma vez que em muitos dos casos esse estado menos apropriado já existia na altura da gravação do painel. Naturalmente, uma vez que a lascagem vai ocorrendo continuamente, não só já afectou vestígios gravados, como essa afectação irá paulatinamente aumentar com o tempo. Mas, e era aqui que queríamos chegar, de momento a taxa de afectação dos motivos gravados não parece ser

³⁰ Mesmo no exemplo atrás mencionado da rocha 170 da Foz do Côa, a parte principal das figuras dos cavalos, as suas cabeças, continuam intactas, e há outros motivos para baixo que não foram de todo afectados.

grande, ainda que deva ser um pouco superior à da degradação superficial, e pensamos que a taxa de sobrevivência das gravuras paleolíticas ao fenómeno da lascagem andarà igualmente pelo grau do excelente.

4.3.5. Fracturação dos afloramentos de xisto

É bastante evidente, para quem quer que conheça os afloramentos xistosos da região do Côa, que a sua fracturação em blocos é o fenómeno erosivo natural mais amplamente espalhado, constituindo a mais grave ameaça à conservação dos motivos rupestres da arte do Côa. Essa ameaça estende-se a todos os motivos de todas as épocas mas, de momento, afecta sobretudo as gravuras paleolíticas, tendo uma expressão reduzida nas gravuras e pinturas dos períodos mais recentes. As causas desta fracturação estão nas próprias características intrínsecas dos xistos, com a sua tendência natural para a fractura (Fernandes, 2004: 12), e na evolução dinâmica da paisagem e das encostas onde estes xistos irrompem superficialmente.

Como é natural, as encostas onde se encontram estes afloramentos procuram encontrar um equilíbrio natural, o qual passa pelo acumular de todo o material móvel no fundo da encosta e pela progressiva eliminação das irregularidades superficiais. Assim, à natural tendência do xisto em se auto-fracturar junta-se toda a enorme pressão exercida pelas encostas no sentido de os desmantelar, a que acresce ainda a sismicidade da região (Fernandes, 2004: 13-15). Assim, em última análise, e numa muito longa escala temporal, o destino último dos afloramentos da região da arte do Côa é o desmantelamento total (cf. Fernandes, 2008: 105). Aliás, na maioria dos casos, este fenómeno deverá ultrapassar os fenómenos anteriores de degradação e lascagem de superfícies. Parece-nos mais provável que um determinado conjunto de gravuras, sobretudo os de maiores dimensões, desapareça primeiro por acção da fracturação do que por outros factores, mesmo que estes possam, em determinada altura, ter uma escala de afectação superior.

Não existe um modo uniforme de fracturação nestes xistos, as fissuras e fracturas surgem horizontais, verticais ou oblíquas, podem ser fracturas direitas ou com múltiplos graus de “tortuosidade”, podem ou não seguir a linha de fracturação das diáclases verticais dos xistos. As variantes são muitas, e é frequente coexistirem no mesmo afloramento e, dentro do panorama geral de “auto-fracturação/pressão das encostas”, os factores de origem das diversas fracturas podem também divergir. Há, no entanto, um modo peculiar de fracturação que assume uma importância particular no contexto dos xistos do Côa e das suas gravuras, e que é o chamado “toppling” (cf. Fernandes, 2004: 15). Quando os afloramentos formam superfícies verticais, estas normalmente têm uma orientação paralela à da encosta da qual irrompem, e a coesão do conjunto rochoso tende a diminuir da parte inferior para a parte superior do afloramento, o que será tanto mais notório quanto

mais alto for. Com a pressão exercida pela encosta, há uma tendência para a parte superior ir fracturando horizontalmente, com os blocos a avançarem sucessivamente sobre os situados por baixo, formando uma espécie de escadaria invertida. Como veremos, este é um factor particularmente gravoso para a conservação das gravuras situadas nas partes superiores dos painéis.

Do ponto de vista estatístico, há uma diferença entre este factor e os dois anteriores que analisamos, a qual está no facto de encontrarmos com maior abundância os vários graus de afectação de gravuras, desde as pouco ou nada afectadas até às quase totalmente afectadas, sendo assim de presumir que tenha havido rochas historiadas que tenham desaparecido por completo, em quantidade talvez não negligenciável, ao contrário do que tínhamos visto nos dois outros factores. A título de exemplo, na rocha 9 da Penascosa existe apenas um conjunto de dois pequenos traços picotados paralelos que formam o que parece ser a cauda de um caprino paleolítico, tendo todo o resto desaparecido, e na rocha 159 da Foz do Côa todo o painel está intensamente fracturado, com a nítida falta de variados blocos, e as suas gravuras filiformes paleolíticas encontram-se reduzidas a um pequeno bloco, estando interrompidas e, nalguns casos, irreconhecíveis, pela fracturação.

Ainda assim, também não pensamos que, para este factor, o grau de afectação geral das gravuras paleolíticas seja desastroso. É certo que encontramos exemplos de todos os graus de afectação, mas é claro que as composições pouco ou nada afectadas são em número muito superior, e que as composições profundamente afectadas são relativamente poucas. A diferença está talvez na quantidade de composições medianamente afectadas, que se encontram com alguma abundância. Mas mesmo aqui surge um factor estatístico diferencial entre a afectação das gravuras paleolíticas em traço picotado ou em abrasão, e as gravuras paleolíticas em traço filiforme. Como veremos, há uma enorme diferença entre a quantidade de rochas que têm gravuras filiformes face às rochas com gravuras de traço largo, as primeiras predominam esmagadoramente face às segundas, em quantidade relativamente reduzida³¹. No entanto, é notória a diferença entre a quantidade de composições afectadas por fracturação entre um e outro tipo, é muito superior a quantidade de gravuras de traço largo afectadas por fracturação, não só percentualmente dentro do respectivo quadro de rochas mas, possivelmente, mesmo em termos absolutos, embora nos falte uma quantificação mais precisa, como já referimos. Assim, parece haver uma peculiar selecção destrutiva diferencial entre gravuras do mesmo período, o Paleolítico Superior, mas feitas com técnicas distintas.

Uma primeira tentativa de explicação deste aparentemente bizarro fenómeno poderia passar por dizer que o próprio acto de picotar ou abrasionar a superfície de um

³¹ Há menos de uma centena de rochas com gravuras em traço largo, e são perto de quatro centenas as que têm gravuras filiformes havendo, naturalmente, diversos casos em que coexistem.

afloramento constituiria um factor adicional de fragilização do mesmo, contribuindo para a sua fracturação e sendo decisivo como factor de diferenciação face às rochas com gravuras paleolíticas filiformes. Não temos conhecimentos de geologia para ajuizar aprofundadamente da maior ou menor validade desta hipótese. No entanto, e de forma meramente empírica, não nos parece de todo que seja uma boa explicação, dificilmente os afloramentos se deixarão afectar desta forma, ainda que não eliminemos a hipótese de pontualmente, e particularmente em pequenas zonas marginais das superfícies perto das grandes linhas de fractura, o acto de picotar ou abrasionar possa contribuir para a fracturação de pequenas partes do afloramento ou, talvez com maior probabilidade, para a lascagem de partes da superfície.

No entanto, se à primeira vista parece difícil avaliar as causas deste fenómeno, o conhecimento mais aprofundado que hoje já se tem da arte paleolítica da Còa permite-nos facilmente avançar com duas possíveis explicações: a primeira relaciona-se com as diferenças cronológicas entre as gravuras paleolíticas de traço largo e as filiformes, diferenças essas que, num período temporal, tão longo como o Paleolítico Superior, são relevantes para o fenómeno em causa; e a segunda tem a ver com as diferenças de posicionamento nos painéis rochosos entre estes dois tipos de gravuras.

Como já tem sido várias vezes avançado (cf. Baptista, 2001: 249-250; 2008a; 2008b: 170-172; Baptista, Santos & Correia, 2006: 158-159), há razões para crer que as gravuras de traço largo são mais antigas que as gravuras filiformes. Evidentemente, isto é em traços gerais, existem gravuras de traço largo pertencentes às fases paleolíticas mais tardias, e desde os princípios do estudo da arte do Còa que se sabe que pelo menos algumas das primeiras gravuras aqui executadas são em traço filiforme (cf. Baptista & Gomes, 1995: 374; Baptista, 1999a: 25; 1999b: 224-225; para uma caracterização da evolução das ideias sobre estilos e cronologias da arte do Còa, cf. Zilhão, 2003; Aubry & García Diez, 2009: 361-373). Mas a maioria dos motivos paleolíticos em traço largo são estilisticamente similares uns aos outros, e distinguem-se da maioria dos motivos filiformes, e a análise e comparações estilísticas permitem afirmar que os primeiros são tendencialmente mais antigos que os segundos. Entre os muitos aspectos que ajudam a corroborar esta visão estão os resultados da escavação arqueológica do sítio do Fariseu. Por um lado, as muitas placas de xisto gravadas que aqui apareceram tem motivos filiformes estilisticamente idênticos a muitos dos que aparecem nas paredes verticais de xisto ao longo do vale, e como as placas surgem em camadas datadas do Magdalenense final, confirmam que as figuras filiformes da arte do Còa pertencem tendencialmente às fases finais do Paleolítico Superior. Por outro lado, é bem sabido que a conhecida rocha 1 do Fariseu, que ostenta pouco menos que uma centena de motivos gravados, maioritariamente em traço largo, estava parcialmente coberta por sedimentos datados do Paleolítico Superior. A conjugação da análise e datação destes sedimentos com a comparação entre a pátina e desgaste dos traços dos motivos que estavam cobertos com sedimentos paleolíticos com

os que o não estavam, permite concluir que estas gravuras terão sido feitas num espaço de tempo relativamente curto, e que esse período será anterior a 18 400 BP. Tendo em conta as similitudes estilísticas da maioria das gravuras de traço largo do Côa, assim como a sua relativa homogeneidade contextual e distributiva, nos painéis e na paisagem, há razões para crer que este raciocínio para a rocha 1 se estenda à generalidade das gravuras de traço largo.

Ou seja, resumindo, as gravuras de traço largo deverão ter sido realizadas numa fase inicial do Paleolítico Superior, que deverá ser o Gravettense, possivelmente estendendo-se para o Solutrense, mas provavelmente não tendo sido realizadas ao longo de um período muito longo. As gravuras filiformes pertencerão maioritariamente ao Magdalenense mas, ao contrário das anteriores, deverão também ter sido realizadas ao longo de todo o Paleolítico Superior no vale do Côa, e a sua seriação cronológica é ainda um dos grandes desafios da investigação. Voltando agora ao tema da fracturação, e aceitando que uma maioria das gravuras filiformes serão magdalenenses, podemos assim dizer que, de uma forma geral, há alguns milhares de anos de intervalo entre a realização de umas e de outras. Este intervalo poderá ser suficiente para introduzir diferenças assinaláveis na fracturação dos afloramentos com um e doutro tipo de gravuras.

Tão ou mais importante que a diferença cronológica entre gravuras filiformes e de traço largo poderá ser a notória diferença nos critérios de colocação nos painéis que existe entre os dois tipos³². Desde cedo que se tem realçado a tendência dos artistas paleolíticos de efectuarem as suas obras nas partes mais elevadas dos painéis (cf. Baptista & Gomes, 1995: 373; Baptista, 1999a: 34). Mas esta é uma característica que quase se restringe às gravuras de traço largo. Na grande maioria dos painéis, estas gravuras situam-se no terço superior, *grosso modo* da altura dos olhos para cima. E se em muitos dos casos se situam ao alcance manual da maioria das pessoas, são ainda relativamente abundantes as situações em que as gravuras estão a alturas muito elevadas e fora do alcance, e a sua realização implicou necessariamente a utilização de algum tipo de esquema tecnológico (cordas, andaimes, escadas...). Raros são os painéis em que as gravuras de traço largo se encontrem perto da base do painel, como é o caso da rocha 3 da Canada do Inferno, e nalguns casos em que isso aparentemente acontece temos que ter em conta a existência de sedimentos que ocultam a parte inferior do painel, como no caso bem conhecido da rocha 4 da Penascosa (Baptista & Gomes, 1997: 336). E há ainda as situações das rochas em que as gravuras se distribuem pela generalidade do espaço operativo do painel, incluindo a sua parte elevada³³.

³² Para uma curta análise dos critérios de colocação das gravuras de diferentes períodos nos painéis no sítio da Foz do Côa, ver Baptista & Reis, 2008: 70-71.

³³ Algumas estão entre as mais importantes de toda a arte do Côa, sendo os exemplos mais conhecidos a rocha 3 da Penascosa, ou as rochas 1 do Fariseu e da Quinta da Barca. Estão gravadas de alto a baixo, num denso palimpsesto

Pelo contrário, no que toca às gravuras filiformes, poucos são os painéis que replicam esta situação. De uma forma geral, as gravuras filiformes encontram-se no que poderíamos designar o “espaço operativo prático” do painel, nem muito altas nem muito baixas, distribuindo-se pelas zonas que oferecem maior facilidade para a gravação³⁴. Para as gravuras filiformes da primeira fase de gravação do Côa, há situações em que repetem os mesmos códigos de implantação das gravuras de traço largo que se lhes sobrepõem, ocupando assim as mesmas posições, incluindo as zonas elevadas dos painéis, como acontece na rocha 1 da Canada do Inferno. Mas as excepções à regra que expusemos acima não são muitas. Há algumas poucas situações em que as gravuras se encontram em zonas baixas do painel, junto ao solo e em posição difícil para o gravador e para o observador, sendo exemplos as rochas 67 e 147 da Foz do Côa. E há também algumas situações em que se escolhe deliberadamente a parte mais elevada do painel para gravar, em detrimento de zonas mais baixas e acessíveis, como na rocha 23 da Quinta da Barca, um exemplo extremo que lembra as situações das gravuras picotadas das rochas 6, 16 e 17 da Canada do Inferno que já referimos³⁵, ou na rocha 3 da Canada do Arrobão, em que as gravuras paleolíticas estão na parte mais alta, ainda que não inacessível, do painel. E claro, há algumas rochas, também em quantidade muito reduzida, em que os painéis apresentam uma densa quantidade de gravuras ao longo de toda a sua área operativa, à semelhança de algumas das principais rochas com gravuras de traço largo. A rocha 10 da Penascosa é um bom exemplo, com um painel não muito alto mas densamente preenchido, de lado a lado e de alto para baixo, desde a altura dos olhos até quase à linha do solo. Em sentido contrário encontram-se três notáveis rochas da Foz do Côa, a rocha 103, com um dos mais densos conjuntos de filiformes de toda a arte do Côa, os mais altos dos quais já em posição de difícil acesso, mas sobretudo as rochas 14 e 16, com painéis de enormes dimensões e grande altura completamente preenchidos desde o meio para cima, com muitos motivos fora de alcance. Mas estas são as excepções, o normal é as gravuras filiformes ocuparem os espaços intermédios dos painéis.

de figuras sobrepostas, e é notório o efeito da fracturação nas partes superiores e laterais dos painéis, que provocou uma evidente perda de motivos face ao hoje existente.

³⁴ Naturalmente, a altura em relação ao solo não terá sido a única das condicionantes, as quais variam de painel para painel, e outros factores terão entrado em jogo, como a variação da qualidade do painel, as acessibilidades às diferentes partes do afloramento, tendo em conta a maior ou menor largura ou inclinação da plataforma em frente, etc., para não falar de factores extra-práticos e que resultem de escolhas culturais, muito difíceis de discernir mas que deverão ter existido, como a cor, a forma ou a tridimensionalidade de certas zonas do painel (como por exemplo a convexidade da rocha a sugerir volume, que surge em certos motivos como os dois cavalos da rocha 1 de Piscos ou o peixe da rocha 5 da Penascosa, ver Baptista & Gomes, 1997: 307, 342) estando certamente na base de muitas escolhas na posição de motivos que aos nossos olhos se afiguram indecifráveis e, em alguns casos, mesmo aparentemente bizarras.

³⁵ Nesta rocha 23 da Quinta da Barca, o principal conjunto de gravuras encontra-se na parte superior do painel, entre 3 a 4 metros acima do solo, mas existe também um conjunto menor de filiformes paleolíticos (e um antropomorfo picotado pré-histórico) na parte baixa do painel, à altura dos olhos.

Assim, e resumindo, há uma nítida tendência para as gravuras de traço largo ocuparem o terço superior dos painéis, estando assim perto das zonas periféricas e mais frágeis. Pelo contrário, as gravuras filiformes tendem a ocupar o meio e o terço inferior dos painéis, afastando-se assim normalmente das zonas periféricas. Como é evidente, os efeitos da fracturação dos afloramentos serão muito distintos num e noutro tipo, tendo em conta que a fracturação normalmente se inicia pelas zonas periféricas do afloramento, dos lados e ao alto. Ou seja, as gravuras de traço largo estão muito mais sujeitas à fracturação que as gravuras filiformes e este facto, aliando-se ao seu maior tempo de exposição, explica bem porque razão se verifica esta tão grande afectação diferencial. A rocha 24 da Ribeira de Piscos ilustra perfeitamente este efeito. Esta rocha tem um painel comprido e relativamente alto, com pouco mais de dois metros de altura, Na sua parte mais elevada encontra-se o resto de um único motivo picotado, aparentemente um bovídeo, e que se perdeu quase por completo devido à fracturação da parte superior da rocha. Não sabemos se haveria mais figuras picotadas nesta parte superior, mas tal parece provável. A parte restante do painel encontra-se densamente preenchida com figuras filiformes, das quais algumas, situadas na parte superior ou lateral, podem estar pontualmente afectadas por fracturação, mas a grande maioria encontra-se intacta (Baptista, 2008a).

Para terminar este capítulo, diríamos então que a fracturação dos afloramentos terá tido um efeito mais gravoso sobre a conservação das gravuras paleolíticas que os outros dois factores que atrás analisamos, a degradação e lascagem dos painéis, mas que esse efeito tem uma importante variação consoante se trata de gravuras de traço largo ou gravuras filiformes. Para as primeiras, estimaríamos que a taxa de afectação poderá ser meramente mediana, e que a quantidade de rochas muito ou totalmente afectadas será relativamente grande, ainda que inferior às rochas medianamente ou pouco afectadas. Quanto às gravuras filiformes, a sua taxa de afectação andarà ainda dentro do excelente, à semelhança do que estimamos para os casos da degradação e da lascagem, ainda que deva ser um pouco mais gravosa.

4.3.6. Apreciação final

Desta forma, concluímos que, tanto por factores humanos como por factores naturais, a taxa global de destruição de gravuras, de todas as épocas, não deverá ser excessivamente grande, e que o que hoje ainda existe é uma percentagem muito significativa do total que já existiu. As gravuras paleolíticas terão sido bastante mais atingidas pelos diversos factores de destruição que as de épocas mais recentes, as quais se podem considerar em geral muito pouco afectadas. Dentro das gravuras paleolíticas, as de traço largo terão sido mais destruídas que as filiformes, pelas razões que acima analisamos. No tocante às pinturas, muito mais frágeis e perecíveis que as gravuras, pode-se dizer que, caso tenham existido

pinturas paleolíticas, o facto de não as encontrarmos hoje aponta para uma taxa de destruição na ordem dos 100%, com a única excepção reconhecida da rocha 6 da Faia. Mas a dúvida mantém-se se de facto terão existido essas pinturas, sendo assim a rocha da Faia uma sobrevivente excepcional, ou se não existiram de todo, mantendo as pinturas desta rocha o seu carácter de exemplo único de excepção. Quanto a pinturas de épocas posteriores, é difícil aferir se terão desaparecido muitas ou não pois, ao contrário das gravuras, o seu grau de exposição inicial aos elementos é fundamental para a sua posterior conservação, e quando essa exposição inicial se revela inapropriada do ponto de vista da conservação, então o normal será essas pinturas desaparecerem por inteiro, sem deixar rasto, impossibilitando uma aproximação estatística do género que experimentamos para as gravuras. As excepções de que demos conta são insuficientes deste ponto de vista, embora alertem para a possibilidade da taxa de destruição de pinturas poder ser elevada.

Certamente que o cariz meramente empírico do raciocínio que está por detrás desta conclusão merece reservas, e que no futuro se deverá tentar obter dados estatísticos que melhor suportem ou rejeitem. É também evidente que a conjugação de todos os factores de destruição que atrás referimos ou analisamos leva a resultados globais mais expressivos que os obtidos pela análise separada de cada um mas, ainda assim, mantemos a nossa opinião que a taxa de conservação das gravuras da arte do Côa é globalmente excelente. Desta forma, o conjunto hoje existente é bem representativo da realidade, não sendo por isso um factor impeditivo da validade de estudos à escala geral do conjunto rupestre.

5. Aspectos gerais da distribuição dos sítios de arte rupestre

5.1. Aspectos geomorfológicos

Como vimos, são actualmente conhecidos 59 diferentes sítios com algum tipo de gravuras e/ou pinturas distribuídos ao longo da área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, ou nas suas imediações. As suas características variam bastante, e alguns fogem ao padrão que caracteriza a arte do Côa. Por exemplo, há dois sítios, Tambores e Fumo, que têm apenas rochas com covinhas³⁶. Cinco sítios apresentam unicamente motivos

³⁶ As covinhas, um tema tão frequente e por vezes dominante na arte rupestre de outras regiões, são uma raridade no Côa.

picotados de Época Moderna: Moinho da Barbuda, Moinho do Chocho, Picão da Lapa, Faia do Coto e Rua dos Namorados, sendo este último claramente o mais interessante. Na área granítica, os sítios com pinturas pré-históricas formam um grupo à parte, com a Ribeirinha, Mioteira e Lapas Cabreiras a apresentarem cada um a sua única rocha com pinturas, a Faia a juntar duas rochas com picotados paleolíticos a várias rochas com pinturas pré-históricas, a que podemos acrescentar, nos quartzitos do Monte São Gabriel, o sítio homónimo que junta uma rocha com pinturas a outra rocha com covinhas. E podemos referir ainda os sítios do Olival dos Telhões e do Paço os quais, pese embora as suas tipicíssimas gravuras da Idade do Ferro, perfeitamente enquadradas no que é conhecido da arte do Côa desta época, divergem do padrão de assentamento das gravuras deste período, aparecendo em pedras soltas dentro de sítios arqueológicos de época romana, e não em afloramentos historiados nas encostas ao longo do Côa ou do Douro. Ou seja, temos 14 sítios que se podem considerar pouco típicos, face ao padrão definido pelos restantes 45 sítios.

A Figura 1 mostra a distribuição de todos os sítios, sem discriminar cronologias. A numeração dos sítios é feita de acordo com a utilizada nos Quadros 1 e 2. Utilizamos como base cartográfica uma adaptação, muito simplificada, da já de si denominada “Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa” (Ribeiro & Silva, 2000), onde sintetizamos a divisão do território nos seus três principais tipos de afloramentos: xistos, granitos e quartzitos. Estas diferentes geologias dividem-se em diferentes tipos e formações que, para não complicar, não discriminamos no mapa.

É notório que os dois grandes rios da região definem os eixos de distribuição dos sítios com arte rupestre: em primeiro lugar o Côa, marcando um eixo Norte-Sul, em que os sítios aí existentes se distribuem por uma extensão que já atinge os 34 quilómetros (as medições são feitas seguindo o percurso dos rios, não em linha recta); por outro lado, o rio Douro, que podemos separar em dois trechos distintos, de um e doutro lado da embocadura do Côa. O primeiro para jusante, numa extensão de sete quilómetros até ao sítio do Vale Escuro, e que segue uma direcção Sul-Norte sequencial ao Côa. O outro para montante, com uma orientação Oeste-Leste, numa extensão de onze quilómetros até ao sítio de Vale d’Arcos.

É também claro que as principais áreas de concentração de sítios são ambos os trechos do Douro acima referidos, com maior incidência nas zonas mais próximas da foz do Côa, e ainda o troço final do Côa, que podemos medir até ao conjunto de sítios formado pela Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira das Cortes, Ribeira da Volta e Foz da Ribeirinha, numa extensão de onze quilómetros desde a foz até este último sítio. Esta área é verdadeiramente a zona fulcral da arte do Côa, onde se concentram quase todos os 45 sítios acima referidos e, significativamente, de onde estão ausentes boa parte dos restantes 14 sítios.

Geologicamente, toda esta última área é formada por xistos, exceptuando a formação quartzítica do topo do Monte de São Gabriel, e é este factor que explica a enorme

concentração de arte rupestre, na sua esmagadora maioria formada por gravuras. Aqui, nas encostas mais ou menos inclinadas sobre as margens do Côa, do Douro ou sobre os respectivos afluentes, formam-se sucessivas bancadas de afloramentos rochosos xistosos, que quase sempre formam superfícies tendencialmente verticais (episodicamente surgem também superfícies tendencialmente horizontais, sobretudo nas margens das linhas de água, como no Vale da Casa, mas que também podem aparecer nas zonas planálticas e ao longo das encostas, havendo alguns raros exemplos em que foram utilizadas para fazer gravuras, cf. Baptista & Reis, 2009: 158-159). Estas superfícies, em imensas quantidades, tem texturas e graus de dureza bastante variáveis mas, de uma forma geral, são aproximadamente lisas e pouco duras. Temos assim uma conjugação entre a existência de inúmeros afloramentos rochosos e a excelente qualidade das suas superfícies verticais, ideais para a realização de gravuras. Ainda está por fazer um estudo estatístico dos afloramentos e respectivas superfícies ao longo das encostas, que permita fazer análises ao nível de implantações, quantidades, dimensões e tipos de superfícies, entre outros aspectos, comparando entre aquelas que foram efectivamente historiadas e as restantes que não o foram, e que são em quantidade muito superior. O número total, nesta região, de afloramentos com superfícies minimamente aptas para serem gravadas andar-se-á seguramente na ordem das dezenas de milhar, por estimativa (grosseira) nossa.

Esta rara conjugação faz com que esta região seja um local extremamente privilegiado para a realização de arte rupestre. Que há uma declarada preferência pela escolha destas superfícies verticais de xisto para a realização de gravuras torna-se evidente se compararmos a área ocupada pelos três tipos de rochas e a respectiva frequência de rochas historiadas. Tomando como base de referência a área representada na Figura 1, que é equivalente a 1007,40 km², os xistos ocupam 585,49 km², 58,1% do total. Os granitos ocupam 362,28 km², 36,0% do total, enquanto os quartzitos se reduzem a 59,63 km², 5,9% do total, com a formação de São Gabriel a reduzir-se a apenas 1,35 km², uns meros 0,1% do total. Esta exiguidade dos quartzitos está conforme com a quantidade de sítios e rochas historiadas que aí conhecemos, apenas um sítio, precisamente o de São Gabriel³⁷, com duas rochas, ou seja, 1,7% dos sítios e 0,2% dos registos. Já no tocante aos xistos e granitos, a relação é menos conforme. Nos granitos regista-se a existência de dez sítios, ainda assim 17% do total, mas apenas com 18 registos, uns meros 1,9% do total. Nos xistos temos os restantes, ou seja, 48 sítios, 81,3% do total, com 927 dos 947 registos, uns expressivos 97,9% do total.

³⁷ É necessário referir aqui os sítios do Alto da Cotovia, onde já surgem alguns afloramentos quartzíticos da serra da Marofa, e os sítios da Ribeira das Fornas e Vale d'Arcos, cuja parte superior está dentro do grande maciço quartzítico da serra de Poiães, que se prolonga ao longo do Douro, de Moncorvo a Freixo de Espada-à-Cinta. No entanto, pelo menos de momento, todos os registos inventariados nestes três sítios são em xisto.

5.1.1. Granitos: diversidade e escassez

Já anteriormente referimos algumas diferenças entre os vários tipos de xisto e de granitos (Baptista & Reis, 2009: 154-159), que podemos agora detalhar um pouco mais. Na área da Figura 1 encontram-se não menos que catorze tipos diferentes de granitos (Ribeiro & Silva, 2000), mas apenas quatro destes apresentam rochas historiadas. O sítio dos Tambores fica na transição entre granitos e xistos, e uma das suas duas rochas encontra-se na área granítica, do tipo designado Granito de Amêdo-Tomadias. Para Sul da Faia encontra-se um outro tipo de granito, designado de Granito de Santa Comba-Algodres, cuja mancha de dispersão abrange dois sítios, cada um com uma rocha pintada, a Mioteira e as Lapas Cabreiras. O chamado Granito da Ribeira de Massueime-Galegos encontra-se em algumas manchas, uma das quais localizada na ribeira que lhe dá o nome, e onde encontramos o sítio do Moinho do Chocho. Outra mancha importante fica no Côa, nomeadamente na zona da Faia, e abrange seis das sete rochas aqui inventariadas, com exclusão apenas da rocha 7, a mais meridional e que tem uma única figura paleolítica picotada, um auroque. Esta última rocha fica já dentro da área ocupada por um outro tipo de granito, muito perto da linha de transição, o chamado Granito da Mêda-Escalhão. Este tipo particular de granito é o mais abundante na área em causa, dispersando-se por numerosas manchas, algumas de grande dimensão, e abrange o maior número de sítios, concretamente os sítios do Fumo, Ribeirinha, Moinho da Barbuda, Picão da Lapa e Faia do Coto, para além da referida rocha 7 da Faia.

Estes dados parecem indicar que as diferenças geológicas entre estes diferentes tipos não deverão ter grande influência no respeitante à distribuição da arte rupestre na zona granítica.³⁸ Encontramos tanto pinturas como gravuras nos diferentes tipos de afloramentos. Na Faia, embora a maioria das rochas fique num só tipo particular de granito, existe uma outra num outro tipo diferente. De uma forma geral, as gravuras mais recentes preferem blocos graníticos de formas mais ou menos arredondadas, quase sempre nas imediações de algum tipo de estrutura, geralmente moinhos, enquanto que as gravuras ou pinturas pré-históricas, paleolíticas ou pós-glaciares, se situam em geral em superfícies verticais relativamente lisas, de boa qualidade (com a excepção já referida da Mioteira), as quais, como já pudemos verificar no terreno, se encontram indiferenciadamente nos diferentes tipos de granitos. No caso da Faia e zona a montante desta, sabemos que existem painéis verticais de superfícies alisadas de características muito similares, incluindo todos os que são efectivamente historiados, nos três tipos diferentes de granito que aí surgem ao longo do Côa (Granitos da Ribeira de Massueime-Galegos; Santa Comba-Algodres e

³⁸ Corrigimos desta forma uma opinião nossa em sentido contrário (Baptista & Reis, 2009: 156), expressa numa altura em que conhecíamos muito insuficientemente a zona granítica do vale do Côa.

Mêda-Escalhão), desde a Faia até reaparecerem os xistos. Ou seja, a escolha dos painéis em épocas mais remotas parece ser influenciada sobretudo pelos processos de formação de superfícies verticais, os quais, ao que supomos, se ficarão em grande medida a dever à actividade tectónica e sismicidade da região, ainda e sempre activa neste aspecto.

5.1.2. Xistos: diversidade e abundância

Se os diferentes tipos de granitos aparecem em manchas dispersas de forma algo caótica, já os diferentes tipos de xistos aparecem distribuídos de forma mais ordenada, em bandas sucessivas, de dimensões muito diferentes. Existem algumas manchas dispersas, de forma geral pequenas e pouco relevantes. Este modo de distribuição territorial influi notoriamente na distribuição da arte rupestre, desde logo quantitativamente, havendo alguma proporcionalidade entre a dimensão das manchas dos diferentes xistos e a quantidade de rochas historiadas que lá se encontram, mas não sendo ainda inteiramente claro se essa influência é também de ordem qualitativa, isto é, se havia preferências por determinados tipos de xisto para fazer gravuras.

Como vimos, na área representada na Figura 1 os xistos ocupam um total de 585,49 km². Aqui encontramos ao todo cinco tipos diferentes de xisto, designados pelos geólogos por “Formações”: Formação da Desejosa, Formação do Pinhão, Formação do Rio Pinhão, Formação da Excomungada e Formação da Ervedosa (Ribeiro & Silva, 2000). Num texto anterior já referimos sumariamente algumas destas Formações (Baptista & Reis, 2009: 157-158). Foi em tempos afirmado que, com excepção da Faia, a distribuição das gravuras rupestres de todas as épocas se fazia exclusivamente no interior da mancha da Formação da Desejosa (Zilhão, 1997b: 19). Mesmo na altura isto era um lapso, pois já se conheciam os sítios da Penascosa e Quinta da Barca, ambos situados na Formação do Pinhão, como já foi entretanto referido (Baptista, Santos & Correia, 2006: 159), mas hoje temos mais dados e uma situação um pouco mais complexa.

A Formação da Ervedosa resume-se a uma pequena mancha de apenas 0,58 km², menos de 0,1% do total dos xistos, e não parece ter qualquer relevância no tocante à arte rupestre (embora não tenha sido ainda prospectada). A Formação da Desejosa, situada ao longo do Douro e do troço final do Côa é, de longe, a mais representativa, ocupando um total de 242,62 km², 41,4% do total. A Formação da Excomungada vem a seguir, com uma área de 171,17 km², 29,2% do total. As Formações do Pinhão e do Rio Pinhão são contíguas e tem dimensões similares, a primeira ocupando 79,69 km², 13,6% do total, a segunda ocupando 91,43 km², 15,6% do total.

Estas formações xistosas, para além de algumas manchas dispersas de pequenas dimensões, surgem sobretudo em grandes bandas, orientadas sensivelmente de Leste para Oeste, compridas e de largura variável. Muita da área que ocupam situa-se nas zonas

planálticas laterais aos grandes rios, particularmente o Côa, e onde são poucos os afloramentos superficiais, e menos ainda os que tem superfícies minimamente adequadas para a realização de pinturas ou gravuras. Estas formam-se nas encostas de declives acentuados, directamente sobre o Côa ou o Douro, ou então sobre os seus afluentes. Ou seja, não é tanto a área total ocupada pelas diferentes formações que é relevante, mas sim a área que ocupam nas zonas declivosas, que é consideravelmente mais restrita. Não temos medições correctas dessas áreas, mas podemos fazer a sua substituição por uma outra medida, que dará uma imagem razoavelmente acertada das proporções relativas das diferentes formações, e que é a medida do comprimento das suas intersecções nos dois principais rios, o Côa e o Douro. Sempre usando a Figura 1 como referência, temos que o Douro se prolonga aqui por um total de 47,180 km, enquanto o Côa segue por 41,890 km. Os terrenos graníticos surgem ao longo de 23,690 km em ambos os rios, 10,080 km no Douro e 13,610 km no Côa. Os xistos ocupam um total de 65,380 km nos dois rios, 37,100 km no Douro e 28,280 km no Côa.

Dentro dos xistos, podemos agora discriminar as cinco diferentes formações geológicas, e a respectiva quantidade de sítios e rochas historiadas. A Formação da Ervedosa restringe-se a 1,750 km no Douro, numa zona afastada da distribuição principal dos sítios com rochas historiadas, e onde nada se conhece. A Formação da Excomungada ocupa 8,680 km no Côa, a Sul e montante dos granitos da Faia, uma extensão que se pode considerar substancial. Aqui conhecemos dois sítios, Quinta da Moreirola e Alto da Cotovia, mas esta é uma zona muito insuficientemente prospectada, e é bem provável que possam vir a aparecer mais sítios e mais rochas, particularmente se tivermos em conta a excelente qualidade das superfícies das rochas presentemente conhecidas.

A Formação do Rio Pinhão ocupa um total de 8,590 km ao longo do Côa, havendo algumas manchas que desconhecemos na extremidade Sul da área em causa. O troço principal situa-se entre a Formação do Pinhão e o princípio dos granitos, e estende-se por 2,670 km. Aqui conhecemos um único sítio, a Ribeira da Volta, com quatro rochas historiadas, a que poderíamos acrescentar a casa da Quinta da Barca, com as suas paredes repletas de gravuras modernas, embora estas não tenham relevância para o caso. Na extremidade Leste do planalto das Chãs surge ainda o sítio dos Tambores, na transição dos granitos para xistos, pertencendo estes à Formação do Rio Pinhão. Das duas rochas com covinhas inventariadas neste sítio, uma é de granito e outra de xisto. Como se trata de uma laje horizontal solta, ostentando apenas algumas covinhas, de superfície e características muito diferentes das típicas superfícies verticais, também não é importante para aferir da distribuição das rochas em função do tipo de xisto.

A Formação do Pinhão estende-se por 6,550 km, dos quais 4,870 km ficam no Douro, numa zona afastada da distribuição principal dos sítios com rochas historiadas, e onde de momento nada está identificado. Os restantes 1,680 km ficam no Côa, uma estreita faixa entre a Formação do Rio Pinhão a Sul e a Formação da Desejosa a Norte. Aqui

concentram-se quatro sítios, Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira das Cortes e Foz da Ribeirinha, com um total de 128 rochas historiadas. Por fim, a Formação da Desejosa, de longe a mais importante, que se estende por toda a zona terminal do Côa e por quase toda a área dos dois troços do Douro para ambos os lados da embocadura do Côa, num total de 39,810 km, dos quais 9,330 km no Côa e 30,480 km no Douro. É nesta formação geológica que está o grosso da arte do Côa, num total de 41 sítios e 785 registos.

Com estes números, e o conhecimento que temos do terreno, podemos então colocar a questão: terão os artistas rupestres do Côa tido alguma preferência por algum destes tipos de xisto em particular? Com alguma prudência, responderíamos que provavelmente não. A preponderância na escolha de superfícies dentro da Formação da Desejosa corresponde naturalmente ao avassalador domínio territorial que esta formação geológica detém face às restantes mas, como vimos, todas as quatro principais formações xistosas têm rochas historiadas no seu interior, de características mais ou menos similares entre si. Naturalmente, foi uma circunstância feliz para o futuro da arte rupestre do vale do Côa que as superfícies verticais dos afloramentos xistosos da Formação da Desejosa sejam, em muitos casos, de tão boa qualidade, mas é também nesta formação que se encontra a mais ampla variabilidade nas características destas superfícies e, do ponto de vista de um gravador rupestre, é nesta formação que se encontram as melhores superfícies, mas possivelmente também as piores. A Formação do Pinhão tem em regra boas superfícies, com uma variabilidade de características relativamente pequena. As suas superfícies foram intensamente gravadas, registamos já 128 painéis historiados, e nos sítios da Ribeira das Cortes e Foz da Ribeirinha falta seguramente descobrir mais.

Tal como na Formação da Desejosa, há em regra uma clara procura das melhores superfícies em detrimento das menos apropriadas, mas há excepções interessantes. Por exemplo, na Quinta da Barca, as figuras picotadas paleolíticas das rochas 13, 29 e 33 encontram-se em superfícies grandemente degradadas, uma deterioração muito superior à das restantes superfícies historiadas deste sítio. Essa degradação terá seguramente prosseguido após a gravação das superfícies mas, em princípio, parece muito possível que estas superfícies já assim estivessem na altura em que foram escolhidas para a realização das figuras que ostentam. A confirmar-se, isto indica que pelo menos nestes casos a localização ou outras características destes painéis terão sido critérios mais importantes do que a respectiva qualidade da superfície, até porque estas três rochas se encontram desacompanhadas de outros painéis graváveis³⁹, ao contrário do que sucede com a maioria das outras rochas deste sítio com gravuras picotadas paleolíticas, e isto é certamente um

³⁹ Concretamente, a rocha 13 está isolada, a rocha 33 tem alguns pequenos painéis “pouco apetecíveis” ao lado, enquanto a rocha 29 está ao lado da rocha 28. O painel desta última, no entanto, já está “ocupado” com a sua própria figura paleolítica picotada.

aspecto a favorecer a tese recentemente avançada da localização planeada e mutuamente relacionada das figuras paleolíticas mais antigas, gravadas em picotado e/ou abrasão (Baptista, Santos & Correia, 2006; 2008; 2009).

No respeitante aos xistos das Formações do Rio Pinhão e da Excomungada, não conhecemos ainda suficientemente bem as suas características para saber se os poucos sítios e as poucas rochas que aí se localizam são a excepção, ou se haverá uma quantidade similar às das outras duas formações. Podemos salientar a excelente qualidade dos painéis do sítio do Alto da Cotovia, na Formação da Excomungada, ao nível do melhor que conhecemos, e que deixa adivinhar a existência de mais rochas historiadas neste sítio. No caso da Formação do Rio Pinhão, as quatro rochas que conhecemos na Ribeira da Volta são apenas razoáveis, e a prospecção que fizemos em parte da restante área do sítio foi infrutífera, apesar da grande quantidade de afloramentos e respectivas superfícies verticais, em regra de qualidade inferior, ainda que com suficientes excepções para poder haver mais rochas historiadas. É, no entanto, a par da Formação da Excomungada, a área menos prospectada na região, pelo que mais novidades poderão futuramente surgir.

5.1.3. Tipologia dos sítios rupestres

Desde 2006, com a apresentação do último ponto da situação, a prospecção não trouxe novas tipologias de sítios, mas podemos actualizar a quantificação dentro das então inventariadas (Baptista & Reis, 2009). Nos quartzitos temos um único sítio, São Gabriel, o qual é também o único que se pode considerar sítio de montanha, localizando-se na encosta elevada do Monte de São Gabriel⁴⁰. Os dez sítios graníticos dividem-se por quatro localizações diferentes. O Moinho da Barbuda é o único que se encontra numa linha de água planáltica, com um vale pouco escavado face aos terrenos circundantes. Nas encostas ou nas margens do Côa encontram-se três sítios, Faia, Picão da Lapa e Faia do Coto. Nas encostas ou margens de linhas de água afluentes do Côa temos dois sítios, Ribeirinha e Moinho do Chocho. E há quatro sítios que partilham uma localização curiosa, o rebordo elevado do planalto em face ao vale profundo subjacente: o sítio dos Tambores⁴¹ sobre o vale tectónico da Veiga, o sítio do Fumo sobre o princípio do grande encaixe do vale da

⁴⁰ Tendo o Monte de São Gabriel uma altura máxima de 652 m, e estando as duas rochas deste sítio entre os 530 e 540 m, dificilmente podemos considerar que se trata de uma grande montanha, mas a designação justifica-se considerando o enorme destaque que este grande monte isolado ganha face aos planaltos circundantes, cuja altitude ronda os 400 m.

⁴¹ Como vimos, este é um sítio misto, entre granitos e xistos, mas grande parte do sítio arqueológico pré-histórico situa-se nos granitos, e o ambiente é claramente o do planalto granítico em que se insere.

ribeira da Ribeirinha, e os sítios das Lapas Cabreiras e da Mioteira, ambos no rebordo planáltico sobre o vale do Côa. Por fim, os 45 sítios xistosos⁴² dividem-se em cinco grandes tipos distintos de implantação, que por vezes se podem misturar e combinar:

Tipo 1 – Encostas sobre o Côa ou o Douro.

Tipo 2 – Ribeiras longas e profundamente encaixadas, afluentes do Côa ou do Douro, e respectivos subafluentes.

Tipo 3 – Linhas de escorrência de águas pluviais, curtas e abertas nas encostas terminais sobre o Côa ou Douro, encaixadas e sem subafluentes.

Tipo 4 – Linhas de água escassamente encaixadas, localizadas em zona planáltica.

Tipo 5 – Terraços fluviais.

O Tipo 5 está representado por três sítios, um no Douro e dois no Côa, e todos eles são mistos. Assim, o Vale da Casa é um grande terraço fluvial no Douro, que surge no término de uma linha de água profundamente encaixada (Tipo 2). Já no Côa, o sítio do Fariseu é similar, mas aqui a linha de água tem uma preponderância paisagística e topográfica muito menor, o que não impede algumas das rochas historiadas de estarem localizadas dentro desta linha de água e não no terraço, como as restantes. Por fim, também no Côa, a Quinta da Barca é, em termos topográficos, talvez o mais complexo de todos os sítios da arte do Côa, juntando um terraço fluvial (Tipo 5) e respectivas encostas sobre o Côa, o vale de uma ribeira (Tipo 2), e uma encosta elevada sobre o terraço fluvial (Tipo 1), distribuindo-se as suas muitas rochas historiadas, quase todas do Paleolítico Superior, por todas estas diversas implantações. Há ainda mais três outros sítios associados a terraços fluviais, mas nesses casos a distribuição dos afloramentos é dominada por outras situações topográficas, normalmente estão fora e por cima dos terraços, pelo que incluímos estes sítios noutras tipologias⁴³.

O Tipo 4 está, até ao momento, representado por um único sítio, o Tudão, em pleno planalto não longe de Vila Nova de Foz Côa. Não é de surpreender esta escassez, uma vez que no planalto as linhas de água têm vales pouco escavados e, portanto, também pouco propícios ao aparecimento por erosão dos afloramentos xistosos e respectivos painéis verticais. As tentativas recentes de encontrar novos sítios com esta implantação tem sido

⁴² Consideramos 45 sítios e não 48, pois excluímos os sítios da Rua dos Namorados, Paço e Olival dos Telhões, com pedras soltas gravadas e não afloramentos historiados.

⁴³ Trata-se da Canada do Inferno, em que um terraço hoje submerso se desenvolve no final da linha de água, por baixo das rochas conhecidas; a Penascosa, com um grande terraço que se inicia na base da encosta onde se situam as rochas gravadas; e as Olgas da Ervamoira, em que o terraço está ao lado da zona onde existem as rochas gravadas. Embora na Penascosa haja algumas rochas na base da encosta e na orla do terraço, o mesmo acontecendo com uma única rocha das Olgas da Ervamoira, em nenhum destes casos conhecemos rochas dentro do terraço, ainda que não seja impossível que possam vir a aparecer no futuro.

infrutíferas, mas as possibilidades ainda estão longe de se terem esgotado. Esta linha de água pode considerar-se a parte inicial da ribeira de Vale de Cabrões, que no seu troço final encaixa profundamente, e onde existe um dos mais importantes e numerosos conjuntos de gravuras de toda a arte do Côa. O Tudão localiza-se perto da nascente desta ribeira, a grande distância das restantes gravuras de Vale de Cabrões, pelo que faz sentido ser inventariado separadamente, e os dois sítios, tomados em conjunto, mostram-nos uma ribeira, a qual no contexto da região tem alguma dimensão e imponência, quase inteiramente preenchida com gravuras, tanto paleolíticas como proto-históricas, em toda a extensão do seu percurso, da nascente à foz.

Os restantes 41 sítios distribuem-se pelas restantes tipologias. Os Tipos 2 e 3 são similares, trata-se em ambos os casos de linhas de água muito encaixadas que afluem aos rios principais, o Côa ou o Douro. A principal diferença, que se reflecte na distribuição das rochas gravadas, tem a ver com a extensão da linha de água e a existência ou não de subafluentes, os quais podem também ter o seu próprio conjunto de afloramentos e respectivas gravuras. O Tipo 2 são ribeiras com alguma extensão, de vale profundo, frequentemente com vários subafluentes, e cuja parte inicial normalmente corre ainda em área planáltica, com caudal próprio, podendo ou não secar por completo nos Verões longos, quentes e secos que caracterizam a região. O Tipo 3 são linhas de escorrência de água que se abrem nas encostas terminais sobre o Côa ou o Douro, mais ou menos profundamente encaixadas, sem subafluentes ou sendo estes mínimos e irrelevantes, e também sem caudal próprio, estando quase sempre secos, dependendo totalmente das chuvas para apresentarem corrente de água⁴⁴.

Na maioria dos casos, estas linhas de água, ou pelo menos os seus troços finais, são tendencialmente perpendiculares aos rios principais. As excepções são, em regra, pouco relevantes. Por exemplo, os vales da Ribeira de Urros, Ribeira do Picão e Ribeira da Cabreira são oblíquos ao Douro, sem que isso se traduza nalguma diferença substancial na distribuição dos seus afloramentos e rochas historiadas. Mais interessante é o caso de Vale de Cabrões, em que o troço com mais afloramentos e mais intensamente gravado corre paralelamente ao Douro, por detrás da encosta do sítio da Bulha, só no final inflectindo perpendicularmente para desaguar. Mas também aqui não é visível que esta diferença se traduza em algo de particularmente especial neste sítio.

Os sítios de Tipo 1 são encostas, normalmente sobre o Côa ou o Douro. Regra geral, são delimitadas em baixo pelo rio, em cima pela orla do planalto ou pelo topo de alguma

⁴⁴ A Canada da Moreira é o único deste tipo de sítios que é um subafluente de uma outra ribeira, a ribeira do Picão, a qual também tem gravuras. Normalmente, ter-se-ia inventariado os dois sítios como um só, mas a distribuição das respectivas rochas é consideravelmente apartada, a descoberta da Canada da Moreira antecede largamente a da Ribeira do Picão e, pelo menos para já, o seu conjunto de rochas historiadas é também muito mais abundante e importante.

elevação (como na Penascosa), e dos lados pela abertura de linhas de água, como na Foz do Côa, delimitada a montante pelo Vale do Forno e a jusante pelo próprio Douro. Diga-se que frequentemente apresentam no seu interior algum tipo de linha de escorrência de água, sobretudo as de maiores dimensões⁴⁵, estando a distinção no grau de encaixe que apresentam e na relevância que tem na distribuição dos afloramentos. No Tipo 1, as linhas de água tem normalmente um encaixe mínimo e pouca ou nenhuma relevância na distribuição das rochas com gravuras, enquanto que nos Tipos 2 e 3 os afloramentos se distribuem em função da linha de água e, normalmente, com as superfícies verticais orientadas para esta. Finalmente, e quantificando, o Tipo 3 está representado por oito sítios⁴⁶, o Tipo 2, o mais abundante, por dezoito sítios⁴⁷, e o Tipo 1 por quinze sítios⁴⁸.

5.1.4. Dispersão de afloramentos

Concentrando-nos agora na área xistosa onde, como vimos, se encontra o essencial da arte do Côa, uma das principais características da distribuição dos afloramentos rochosos ao longo das encostas é a sua irregularidade. Não há um padrão definido para a sua dispersão, vão aparecendo e desaparecendo, com acentuada variabilidade nos graus de concentração, sem que se defina uma qualquer lógica perceptível. Os afloramentos com painéis verticais surgem um pouco por toda a parte, em todos os tipos de implantação, desde o interior ou a orla dos planaltos até ao fundo dos vales, com todas as relações possíveis com os variados cursos de água ao longo dos quais se distribuem, desde que haja um qualquer declive suficiente para a erosão fazer o seu papel e originar o seu aparecimento à superfície. Não há também uma regra muito palpável em função do grau de declive das encostas, de uma forma geral pode-se dizer que há uma tendência para o aumento do número de afloramentos em função do declive, mas existem encostas muito inclinadas completamente despidas de afloramentos, e zonas pouco declivosas com abundantes e excelentes painéis.

⁴⁵ Uma vez mais a Foz do Côa serve de exemplo, distinguindo-se uma sequência de várias linhas de escorrência de água, das quais só a localizada mais a montante assume uma maior profundidade e se distingue na paisagem, ainda que não o suficiente para a isolarmos como sítio à parte.

⁴⁶ No Douro, de jusante para montante, os sítios do Vale Escuro, Raposeira, Vermelhana, Canada das Corraliças e Canada da Moreira; no Côa, são os sítios do Meijapão, Rego da Vide e Canada do Inferno.

⁴⁷ No Douro, sempre de jusante para montante, Vale de Cabrões, Vale de José Esteves, Ribeira de Urros, Ribeira do Picão, Ribeira da Cabreira, Vale de João Esquerdo, Canada da Meca, Ribeira das Fornas e Vale d'Arcos. No Côa, os sítios do Vale de Forno, Vale de Moinhos, Canada do Amendoad, Namorados, Vale de Videiro, Ribeira de Piscos, Ribeira das Cortes, Ribeira da Volta e Foz da Ribeirinha.

⁴⁸ No Douro, os sítios do Cachão, Azenha, Porto Velho, Bulha, Garrido e Canada do Arrobo. No Côa, os sítios da Foz do Côa, Quinta das Tulhas, Broeira, Moinhos de Cima, Vale de Figueira, Olgas da Ervamoira, Penascosa, Alto da Cotovia e Quinta da Moreirola.

As rochas historiadas, com a excepção das poucas rochas da Pré-história Recente (estas parecem seguir um padrão de distribuição muito próprio e distinto, de que falaremos adiante), seguem esta distribuição aparentemente caótica: onde há afloramentos com painéis verticais devemos à partida esperar a existência de gravuras, sejam elas paleolíticas, proto-históricas ou modernas, independentemente da sua posição topográfica nas encostas face às margens das linhas de água sobre as quais se encontram. Mas, também neste aspecto a regra não é absoluta: são vários os exemplos de importantes concentrações de afloramentos em que uma primeira prospecção não encontrou gravuras, como é o caso de toda a ribeira de Canivães, a montante do Vale da Casa, do Alto das Piçarras sobre a ribeira de Aguiar, ou a parte superior da Canada da Meca, com um impressionante conjunto de afloramentos muito mais apelativo e sugestivo que a parte final da canada onde efectivamente viemos a encontrar algumas gravuras. Não sabemos o porquê destas escolhas e ausências, mas uma primeira explicação poderá estar na qualidade das superfícies. Em todos os exemplos acima apontados, a generalidade das superfícies verticais apresentam superfícies pouco apropriadas para a gravação, embora haja excepções, e por vezes até algumas excelentes superfícies, mas estas são sempre muito minoritárias face às restantes. No entanto, pensamos que nalguns destes casos uma nova prospecção será importante para tirar dúvidas, até porque existem situações em que encontramos rochas historiadas no meio de grupos de afloramentos em que as superfícies de menor qualidade predominam largamente, como é por exemplo o caso do sítio do Porto Velho, entre outros.

Como vimos, ao longo das encostas os afloramentos vão aparecendo e desaparecendo, e zonas de maciça concentração rochosa podem dar lugar a áreas totalmente despidas. Genericamente, podemos distinguir quatro graus diferentes na concentração de afloramentos xistosos:

Grau 0 – Áreas totalmente vazias de afloramentos xistosos.

Grau 1 – Áreas com fraca ou mediana concentração de afloramentos xistosos, que surgem dispersos, isolados ou em pequenos grupos.

Grau 2 – Áreas com elevada concentração de afloramentos xistosos, que aparecem concentrados mas não totalmente compactados, podendo distinguir-se pequenos vazios ou afloramentos isolados.

Grau 3 – Áreas com concentração maciça e compacta de afloramentos xistosos, sem vazios de permeio.

Como é óbvio, não existe nenhum sítio que seja composto exclusivamente por áreas de Grau 0, mas estas áreas existem em praticamente todos os sítios. Em regra, os sítios são compostos por uma combinação de áreas de diferentes graus, e podemos fazer a sua divisão tipológica da seguinte forma:

Tipo A – Sítios compostos por áreas de Grau 0 e Grau 1.

Tipo B – Sítios dominados por área ou áreas de Grau 2, com o resto composto por áreas de Grau 1 e Grau 0.

Tipo C – Sítios dominados por área ou áreas de Grau 3, com o resto composto por áreas de Grau 2, Grau 1 e Grau 0.

Sem dúvida que os sítios com maior quantidade de rochas historiadas são de Tipo B ou C, mas existem alguns até de Tipo C, como a Canada do Arrovão, Canada do Amendoal, Ribeira da Volta ou a Ribeira das Furnas, que tem um número reduzido de rochas gravadas, pelo menos para já, e nalguns casos parece-nos pouco provável que venham a ter grande quantidade, mesmo depois de totalmente prospectados. Há também a tendência para os sítios mais importantes, não só em quantidade de gravuras, mas sobretudo na sua qualidade e interesse científico, serem igualmente de Tipo B ou C, mas também aqui as excepções são relevantes, como os sítios do Fariseu, Vermelhana ou Tudão, todos de Tipo A.

Note-se que o facto de um sítio ser considerado de Tipo C ou B não significa necessariamente que as suas rochas historiadas estejam maioritariamente nas suas zonas de Grau 3 ou Grau 2, ainda que tal aconteça na maioria dos casos. Mas, por exemplo, a parte superior da Canada da Meca é um impressionante maciço rochoso repleto de superfícies verticais, algumas das quais com boas condições para serem gravadas, mas nada encontramos aí, e é na parte inferior desta ribeira, numa área de Grau 1, que se localizam as três rochas gravadas presentemente conhecidas neste sítio. Igualmente, nos dois sítios confinantes de Vale de Videiro e Vale de Figueira, que partilham a encosta de Grau 3 do chamado Monte Teixugo, todas as rochas historiadas conhecidas ficam junto à água, na periferia do maciço rochoso, ainda que neste caso nos falte prospectar este imenso e difícil maciço rochoso. Também na Ribeira de Piscos, a imensa crista rochosa na parte superior da encosta tem apenas uma rocha moderna, e a maioria das suas rochas fica por baixo, numa área de Grau 2.

Procedendo agora à quantificação, e tendo em conta que num ou outro caso a melhor observação e conhecimento futuro de algum dos sítios poderá alterar a classificação agora dada, os 45 sítios xistosos dividem-se da seguinte forma: o Tipo A é representado por 17 sítios⁴⁹, o Tipo B por 15 sítios⁵⁰, e o Tipo C por 13 sítios⁵¹.

⁴⁹ No Douro, de jusante para montante, Vale Escuro, Raposeira, Porto Velho, Tudão, Vermelhana, Garrido, Ribeira do Picão e Vale d'Arcos. No Côa, na mesma orientação, Broeira, Meijapão, Rego da Vide, Namorados, Fariseu, Olgas da Ervamoira, Ribeira das Cortes, Foz da Ribeirinha e Quinta da Moreirola.

⁵⁰ No Douro, os sítios do Cachão, Azenha, Vale da Casa, Bulha, Ribeira de Urros, Canada das Corraliças, Canada da Moreira, Ribeira da Cabreira e Vale de João Esquerdo. No Côa, Quinta das Tulhas, Vale de Moinhos, Canada do Inferno, Penascosa, Quinta da Barca e Alto da Cotovia

⁵¹ No Douro, Vale de Cabrões, Vale de José Esteves, Canada do Arrovão, Canada da Meca e Ribeira das Furnas. No Côa, a Foz do Côa, Vale do Forno, Moinhos de Cima, Canada do Amendoal, Vale de Figueira, Vale de Videiro, Ribeira de Piscos e Ribeira da Volta.

5.1.4.1. As diferenças entre as margens

Dizíamos que não há um padrão definido para a dispersão dos afloramentos rochosos ao longo da área xistosa da arte do Côa. Em geral é verdade, mas há uma excepção importante: olhando numa escala abrangente, vemos que existe um factor relativamente padronizado na organização desta dispersão, que funciona em toda a área em causa. Esse factor, de origem estritamente natural, e para o qual não temos explicação, tem a ver com a notória diferença na quantidade de afloramentos e também na qualidade das respectivas superfícies verticais, entre as duas margens das diversas linhas de água que sulcam este território. A uma escala maior, vemos essa diferença entre as margens esquerda e direita dos rios Côa e Douro e, a menor escala, vemos essa mesma diferença entre ambas as margens das numerosas linhas de água afluentes destes dois rios, sejam elas verdadeiras ribeiras ou meras linhas de escorrência de água.

5.1.4.1.1. Diferenças no Côa

Vejam os em primeiro lugar o que se passa nos dois principais rios. No Côa, contabilizamos nove sítios na margem direita⁵², contra quinze na margem esquerda⁵³. Há uma evidente maior densidade de sítios ao longo da margem esquerda face à margem oposta, onde os sítios surgem mais espaçadamente mas, sobretudo, os sítios da margem esquerda são tendencialmente maiores e mais importantes, com mais afloramentos disponíveis e mais rochas efectivamente historiadas que os sítios da margem direita. Isto torna-se mais óbvio fazendo comparações pontuais. Na embocadura do Côa com o Douro, o sítio da Foz do Côa, na margem esquerda, é esmagadoramente maior, em quantidade de afloramentos e de rochas gravadas, que o sítio oposto da Quinta das Tulhas⁵⁴. O mesmo se passa se compararmos a encosta da margem esquerda dos Moinhos de Cima, repleta de afloramentos e rochas historiadas, com a encosta fronteira da Broeira, que tem menor densidade de afloramentos e muito menos rochas historiadas. As cinco grandes linhas de água da margem esquerda, Vale do Forno, Vale de Moinhos, Canada do Inferno, Ribeira de Piscos e Ribeira das Cortes, não tem concorrência na margem direita, com Meijapão, Namorados e Foz da Ribeirinha a apresentarem poucos afloramentos e poucas rochas historiadas, e apenas a Canada do Amendoal a surgir como um sítio com grande potencial. Esta linha de água tem um impressionante conjunto de afloramentos na parte central,

⁵² De jusante para montante, Quinta das Tulhas, Broeira, Meijapão, Canada do Amendoal, Namorados, São Gabriel, Penascosa, Foz da Ribeirinha, Quinta da Moreirola.

⁵³ Foz do Côa, Vale do Forno, Moinhos de Cima, Vale de Moinhos, Rego da Vide, Canada do Inferno, Vale de Videiro, Vale de Figueira, Fariseu, Ribeira de Piscos, Olgas da Ervamoira, Ribeira das Cortes, Quinta da Barca, Ribeira da Volta, Alto da Cotovia.

⁵⁴ Também é verdade que neste último sítio os afloramentos se iniciam a cota bastante baixa, e que conhecemos fotografias antigas que mostram que a concentração de afloramentos na zona actualmente submersa da Quinta das Tulhas poderá ser similar ou mesmo superior à da Foz do Côa.

e as sete rochas que presentemente são conhecidas são poucas face ao número real que acreditamos existir, mas ainda assim duvidamos que este sítio iguale ou ultrapasse em número de rochas o sítio fronteiro da Canada do Inferno. Na realidade, actualmente, na margem direita apenas a Penascosa rivaliza em importância com os principais sítios da margem esquerda (Foz do Côa, Vale do Forno, Vale de Moinhos, Canada do Inferno, Fariseu, Ribeira de Piscos, Ribeira das Cortes e Quinta da Barca), e apenas ultrapassa em rochas historiadas o sítio do Fariseu⁵⁵. Por fim, mesmo para lá do grande conjunto de sítios, a montante dos granitos, os dois sítios recentemente inventariados do Alto da Cotovia e da Quinta da Moreirola parecem, também eles, repetir este padrão. Embora com a prudência necessária devida ao facto de ainda os conhecermos de forma muito insuficiente, sabemos que o Alto da Cotovia, na margem esquerda, é uma grande encosta repleta de alto a baixo com numerosos afloramentos, face à pequena concentração de afloramentos, todos junto ao rio, da Quinta da Moreirola, e estamos seguros que isto se reflectirá na quantidade de rochas historiadas de cada um.

5.1.4.1.2. Diferenças no Douro

No Douro passa-se algo similar, embora possivelmente com menos expressão que no Côa. Olhando para os números, seríamos tentados a pensar que a situação seria ainda mais flagrante, uma vez que conhecemos actualmente seis sítios na margem direita do Douro⁵⁶, contra dezasseis na margem esquerda⁵⁷. No entanto, enquanto que ambas as margens do Côa tem níveis de prospecção similares, a margem direita do Douro está muito insuficientemente prospectada, em contraste com a margem esquerda, onde consideramos que em todo o troço entre a aldeia do Pocinho e a foz da Ribeira de Aguiar já haverá poucos sítios por identificar. Ainda assim, olhando para o sector entre o sítio do Vale Escuro e a embocadura do Côa, temos na margem esquerda dez sítios, contra apenas um na margem oposta, e neste sector poucos mais deverão aparecer. Há um claro contraste entre a profusão de vales e encostas repletas de afloramentos e rochas gravadas na margem esquerda, e os poucos vales e encostas quase despidas da margem direita. Já no sector a montante da embocadura do Côa a questão é diferente, pois aí temos sete sítios na margem esquerda contra cinco na margem direita, mas aqui é bem provável que mais venham futuramente a ser identificados. Por outro lado, de uma forma geral os sítios da margem esquerda parecem ser nesta zona mais pequenos e menos importantes,

⁵⁵ Rigorosamente falando, também a Ribeira de Piscos e a Ribeira das Cortes tem de momento menos rochas inventariadas que a Penascosa, mas aqueles sítios ainda tem muito que prospectar, ao contrário da Penascosa, já totalmente vista.

⁵⁶ Azenha, Ribeira de Urros, Canada das Corraliças, Vale de João Esquerdo, Ribeira das Fornas e Vale d'Arcos.

⁵⁷ Vale Escuro, Cachão, Raposeira, Vale da Casa, Porto Velho, Tudão, Vale de Cabrões, Bulha, Vermelha, Vale de José Esteves, Garrido, Ribeira do Picão; Canada da Moreira, Ribeira da Cabreira, Canada do Arroão e Canada da Meca.

havendo bom potencial na margem direita para o aparecimento de sítios importantes e com muitas rochas.

Note-se que esta superioridade das margens esquerdas do Douro e do Côa face às suas margens direitas não implica, de forma alguma, a não existência de rochas de enorme qualidade e importância nas margens direitas. Como exemplo, temos na margem direita do Douro as rochas 1 e 3 da Azenha, a rocha 1 da Ribeira de Urros, as rochas 1 e 7 do Vale de João Esquerdo, ou a rocha 1 da Ribeira das Furnas. No Côa, temos as rochas 1, 2, 5 e 6 da Quinta das Tulhas, a rocha 1 da Broeira, a rocha 1 do Meijapão, e ainda grande parte das rochas da Penascosa. Tanto no Paleolítico Superior como na Idade do Ferro, estas rochas têm gravuras que estão ao nível do melhor que há na arte do Côa, mas a sua quantidade é muito inferior às das rochas similares das margens opostas.

5.1.4.1.3. Diferenças nos pequenos vales

Uma diferença similar existe também a menor escala, entre ambas as margens das linhas de água afluentes do Côa e do Douro, sendo para o caso indiferente se são do Tipo 2 ou do Tipo 3. A este nível, o padrão que detectamos é o seguinte: na margem esquerda do Côa e também do Douro, os afloramentos existentes nas encostas das linhas de água concentram-se quase todos nas suas margens esquerdas, e os poucos afloramentos existentes nas margens direitas tem quase todos superfície verticais de muito má qualidade, impróprias para a realização de gravuras. O padrão mantém-se na margem direita do Côa e do Douro, mas agora ao contrário, com a preferência a ser dada às margens direitas das linhas de água. Isto é evidente, pois numa e noutra margem do Côa e do Douro os afloramentos mantêm os alinhamentos e a mesma orientação das suas superfícies verticais, o que muda é a designação convencional das suas margens.

Este é o factor que explica porque razão a esmagadora maioria das rochas gravadas existentes nos sítios em vale se encontra numa das margens, estando a outra vazia ou quase. Assim, na margem direita do Douro a única rocha até ao presente identificada nos sítios da Canada das Corraliças, Ribeira das Furnas e Vale d'Arcos encontra-se sempre na margem direita, confirmando assim o padrão, ainda que nestes casos o número de rochas seja ainda demasiado pequeno para fazer estatística fiável. Mas todas as nove rochas do Vale de João Esquerdo estão na margem direita, e apenas duas das oito rochas da Ribeira de Urros se encontram na margem esquerda. Mais importante ainda, em todos estes sítios é evidente a superior concentração rochosa nas margens direitas, assim como a melhor qualidade das suas superfícies verticais.

O padrão continua em muitos outros sítios, sendo tanto mais evidente quantas mais forem as rochas gravadas. Assim, na margem direita do Côa, todas as rochas dos sítios do Meijapão e Foz da Ribeirinha estão na margem direita das respectivas ribeiras. E embora tenhamos considerado o sítio da Broeira como sendo de Tipo 1, ou seja, uma encosta, cinco das suas treze rochas conhecidas encontram-se na embocadura de uma pequena

linha de água com o Côa, no sector central do sítio, e orientam-se em função da linha de água. Destas cinco rochas, três estão na margem direita, mais uma vez mantendo o padrão, ainda que por pouco.

Na margem oposta, todas as 79 rochas do Vale do Forno estão na sua margem esquerda, e só três das 24 rochas da Ribeira das Cortes surgem na sua margem direita. Em Vale de Moinhos, só seis das 40 rochas estão na margem direita⁵⁸. A Ribeira de Piscos e a Canada do Inferno poderiam parecer excepções parciais a esta regra, havendo um conjunto relativamente grande de rochas no sector direito de ambos os sítios, ainda que sempre em menor quantidade. No entanto, as rochas que aparecem “do lado contrário” estão, nos dois sítios, já no sector terminal, e orientam-se em função do Côa, e não da linha de água. Olhando para as que se orientam em função da ribeira, vemos que na Canada do Inferno todas estão na margem esquerda, e em Piscos apenas duas são excepção. No Douro, o padrão continua. Todas as doze rochas da Vermelhosa e todas as 58 rochas de Vale de Cabrões estão na margem esquerda. No Vale de José Esteves, apenas duas das 64 rochas estão na margem direita.

Diga-se que, de uma forma geral, as poucas rochas existentes nas “outras margens” destes vales são de qualidade inferior. As excepções de monta são a rocha 1 da Broeira e, muito especialmente, a extraordinária rocha 16 do Vale de José Esteves, localizada na margem direita junto a deste curso de água, e recentemente publicada (Baptista, 2008a; 2008b). A razão para isto não parece ser um qualquer tabu contra fazer-se gravuras nestas margens, uma vez que elas existem e, pontualmente, podem até ser de grande importância. Se não existem mais é porque os afloramentos são poucos, e a maioria dos que existem são impróprios para gravação. Por exemplo, da pouco mais que meia dúzia de afloramentos com painéis verticais existentes na zona onde se encontra a rocha 16 do Vale de José Esteves, quase só esta tem uma superfície adequada e, sendo neste caso de qualidade superior, tão boa ou melhor que as existentes na margem oposta, foi escolhida para se gravar o melhor conjunto de figuras paleolíticas de todo o sítio. É também verdade que, tendo conhecimento deste padrão, temos privilegiado a prospecção nas margens favoráveis em detrimento das outras. Por exemplo, em Vale de Cabrões e no Vale do Forno ou, em menor medida, no Vale de José Esteves, existem conjuntos de afloramentos nas margens direitas que ainda não foram vistos, mas não cremos que a sua prospecção futura venha alterar significativamente os dados da questão.

⁵⁸ Em Vale de Moinhos, a rocha 24, com gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro, é a única rocha neste tipo de sítios cuja localização não se pode atribuir a uma das margens. A rocha encontra-se no meio do leito da ribeira, com o painel gravado voltado a jusante e a água, quando corre, passa-lhe de ambos os lados.

5.1.4.1.4. Excepções, ou talvez não

Olhando para a distribuição dos afloramentos e rochas historiadas em todos os sítios com estas características, poderíamos admitir a existência de três excepções ao padrão: o Vale Escuro, a Canada do Amendoal e o Tudão. Mas fazendo uma análise mais aprofundada vemos que, na verdade, nenhum destes sítios constituirá realmente uma excepção. O Vale Escuro é o mais setentrional de todos os sítios da arte do Còa, ficando na margem esquerda do Douro, perto da aldeia do Pocinho. Actualmente conhecemos três rochas gravadas, duas das quais ficam na margem direita e a outra na margem esquerda. Por outro lado, a quantidade de afloramentos existentes na margem direita é bastante grande, dispersando-se de ao longo de todo o vale e de cima para baixo da encosta, enquanto que na margem esquerda os afloramentos são poucos e dispersam-se unicamente ao longo da margem da ribeira. No entanto, sendo certo que a maior quantidade de afloramentos na margem direita contraria a regra, sabemos já, por termos prospectado quase toda a encosta desta margem, que não há ali mais rochas por identificar e que a qualidade das superfícies verticais deixa muito a desejar, incluindo a da rocha 1. Pelo contrário, ainda não prospectamos a margem esquerda, mas sabemos da existência de um bom conjunto de afloramentos na parte superior do vale, sendo muito provável que aí apareçam mais rochas historiadas, sobretudo se a qualidade das suas superfícies for similar à da excelente superfície da rocha 3, a única localizada deste lado.

O sítio da Canada do Amendoal, localizado na margem direita do Còa quase em frente à Canada do Inferno, é inusual por apresentar um denso e impressionante conjunto rochoso em ambas as margens, na parte central deste pequeno mas bem encaixado curso de água. Existem boas superfícies de um e doutro lado, e nesta zona localizam-se seis rochas gravadas, três de cada lado, havendo mais uma ainda na margem esquerda na parte inferior da ribeira. Assim, de momento, podemos considerar a Canada do Amendoal uma excepção, uma vez que existem muitos e bons afloramentos em ambas as margens e há até mais uma rocha gravada na margem esquerda que na margem direita. No entanto, mesmo sem termos ainda prospectado adequadamente o sítio, pensamos que a margem direita tem uma leve vantagem sobre a esquerda, tanto na quantidade como na qualidade dos seus afloramentos e superfícies verticais e, fazendo uma previsão, arriscaríamos dizer que grande parte das seguramente muitas rochas que ainda aqui falta descobrir irão aparecer na margem direita.

Por fim, o Tudão, localizado no planalto ao lado de Vila Nova de Foz Còa, do lado esquerdo do Douro. Aqui, as prospecções futuras não deverão alterar em quase nada o panorama já conhecido. Há poucos afloramentos em ambas as margens, um pouco mais na direita que na esquerda, e a diferença nas qualidades das respectivas superfícies verticais é abissal, excelentes superfícies na margem direita, e péssimas superfícies na margem esquerda. As duas rochas gravadas conhecidas ficam ambas na margem direita, e cremos que não haverá rochas por identificar na outra margem. Assim, tudo parece indicar que

este sítio do Tudão é uma verdadeira excepção ao padrão distributivo acima indicado. No entanto, se olharmos para um mapa, percebemos facilmente a razão desta aparente anomalia. Como já dissemos, o sítio do Tudão localiza-se na parte nascente da ribeira de Vale de Cabrões. Neste troço inicial, a ribeira segue de Norte para Sul, inflectindo pouco depois para Leste, em direcção ao Douro. A certa altura, este mesmo curso de água inflecte de forma súbita e começa a encaixar abruptamente, originando o sítio que veio precisamente a ser designado de Vale de Cabrões. Aqui, a ribeira segue de início de Sul para Norte, precisamente o oposto do que sucedia no Tudão, para finalmente inflectir de novo para Leste e desaguar no Douro. Quase todas as rochas gravadas em Vale de Cabrões se situam neste troço Sul-Norte, na margem esquerda, com os painéis orientados a Leste, ou seja, voltados em direcção ao Douro. Assim, tanto o alinhamento de fracturação dos afloramentos como a orientação dos painéis é exactamente igual ao que se passa no Tudão. Desta forma, este sítio também não constitui uma excepção à regra, a única coisa que tem de diferente é a orientação do curso de água naquela zona e, assim, é também diferente a designação que convencionalmente damos às suas margens.

5.1.5. Distribuição das rochas gravadas

Vejamos em termos gerais como as características dos sítios e da distribuição dos seus afloramentos influencia a distribuição das rochas historiadas. Em primeiro lugar, o mais importante é reter que, com a aparente excepção das rochas da Pré-história Recente e que veremos mais à frente, não há “tabus topográficos” no que toca à localização das rochas historiadas dos outros três períodos. Desde que haja afloramentos com superfícies adequadas, podemos esperar a existência de gravuras paleolíticas, proto-históricas ou modernas. O interessante será futuramente analisar, dentro desta liberdade distributiva, as características próprias de cada período, e tentar perceber porque razão se encontram gravuras em determinados sítios e, também, porque razão não se encontram em outros sítios, mesmo quando estes têm afloramentos e superfícies adequadas.

Normalmente, as rochas historiadas podem encontrar-se a qualquer cota e em qualquer lado. Já vimos um bom exemplo disso na Quinta da Barca. No sítio da Penascosa, em frente, temos outro exemplo dessa realidade. Nesta encosta sobre um terraço do Côa, temos no essencial dois grupos distintos de afloramentos: a montante, um grupo denso mas baixo, na parte menos elevada da encosta, e a jusante uma espécie de “crista” rochosa que segue a toda a altura da encosta, desde o princípio do terraço até ao topo do monte. As rochas gravadas seguem fielmente esta distribuição, embora haja algumas subtilidades quando analisamos a distribuição por diferentes cronologias. Mas o melhor exemplo da densa distribuição de rochas nas diversas cronologias numa encosta está no sítio da Foz do Côa. Os 195 registos presentemente conhecidos neste extraordinário sítio encontram-se

de alto para baixo e de um extremo ao outro, embora tendencialmente aumentem com a proximidade à embocadura. Tal não impede que haja algumas zonas vazias de registos, o que por vezes se deve à ausência de afloramentos mas, noutros casos, estes “ocos” existem mesmo em zonas onde há afloramentos e onde estes apresentam superfícies verticais com possibilidades de serem gravadas. Na Foz do Côa, como noutros sítios com situações similares, estes são exemplos de como a distribuição de gravuras parece obedecer a factores complexos, em que as razões que determinam as escolhas ou não dos painéis a gravar deverão ser diversas, devendo evoluir diacronicamente, como é natural, mas sendo quase seguramente também variadas dentro de um mesmo momento.

Nas linhas de água, a distribuição das rochas historiadas é similar, as rochas gravadas seguem a distribuição dos afloramentos disponíveis, de cima para baixo das encostas, e da parte inferior à parte superior do vale, mas podendo nalguns casos assumir uma complexidade acrescida com os pequenos afluentes laterais, que podem ter uma distribuição própria de rochas gravadas, por vezes importante. Tal será o caso da Canada da Moreira, em que presentemente conhecemos catorze rochas gravadas e que, como já vimos, é um pequeno afluente da ribeira do Picão. Um outro exemplo surge na vizinha Ribeira da Cabreira, em que um afluente profundamente encaixado na parte superior da ribeira deverá ter uma quantidade importante de rochas gravadas, segundo parece indicar uma primeira prospecção preliminar. Em menor escala, podemos ver isso em sítios como Vale de Moinhos ou a Ribeira de Piscos, com algumas rochas a sair fora dos grupos principais. De uma forma geral, no entanto, os afluentes laterais tem pouca importância na distribuição das rochas gravadas, e estas seguem ao longo do vale, aparecendo ora isoladas ora em grupos mais ou menos grandes e densos. Tal é o caso dos sítios da Canada do Inferno, Vale de José Esteves ou Vale do Forno, tendo os dois últimos sítios a curiosidade de mostrarem uma distribuição aproximadamente simétrica uma da outra. Ambos têm um grande e denso grupo principal de rochas gravadas, que se dilui progressivamente ao longo do vale, em grupos mais pequenos ou rochas isoladas, mas enquanto que no Vale de José Esteves esse grupo está junto à foz da ribeira, no Vale do Forno está na parte superior do vale.

Este último exemplo mostra que não se pode falar numa apetência especial por gravar mais junto às embocaduras das linhas de água, não havendo assim, pelo menos do ponto de vista quantitativo, evidências de um simbolismo especial neste tipo de implantação em particular, à partida tão óbvio e sugestivo. Assim, se sítios como a Canada do Inferno, Vale da Casa, Ribeira de Piscos, Vale de José Esteves ou Ribeira de Urros, entre outros, apresentam a maioria das suas rochas historiadas na área da respectiva embocadura, em contrapartida sítios como o Vale do Forno, Vale de Cabrões, Ribeira das Cortes, Meijapão, Canada do Amendoal ou Foz da Ribeirinha, entre outros, têm a maioria das suas rochas longe da embocadura. Mostra-nos no entanto que os sítios de arte rupestre localizados em linhas de água afluentes do Côa ou do Douro têm, em geral, uma distribuição similar das suas rochas, que se caracteriza pela existência de um grupo maior e relativamente

denso de rochas, cuja localização normalmente depende da maior congregação de afloramentos que o sítio apresentar, espalhando-se esse grupo paulatinamente ao longo do vale, em grupos mais pequenos ou rochas isoladas.

Esta característica tende a ser tanto mais evidente quanto maior for o sítio, diluindo-se um pouco nos sítios com poucas rochas. As futuras prospecções em sítios ainda pouco conhecidos deverão clarear melhor este aspecto, e permitir ver se de facto é uma característica dominante neste tipo de sítios. Na Ribeira das Cortes, onde para já conhecemos 24 rochas e que tem potencial para bastantes mais, não parece haver um grupo dominante dentro da distribuição conhecida, mas falta-nos ainda prospectar a zona com maior concentração de afloramentos. Também sítios como a Foz da Ribeirinha ou a Ribeira do Picão, onde não esperamos que haja grande quantidade de rochas, não parecem seguir este padrão, embora também aqui a prospecção seja ainda insuficiente. Por outro lado, sítios como a Vermelhosa, Meijapão ou o Tudão caracterizam-se por terem uma única concentração de rochas, que não parece espalhar-se por todo o vale, ainda que, e particularmente nos dois primeiros casos, mais prospecção fora das zonas actualmente conhecidas seja igualmente necessária.

É difícil dizer se esta característica se estende aos sítios localizados em encostas sobre o Douro ou o Côa, em parte porque são menos, mas também porque na maioria são ainda pouco conhecidos. De uma forma geral, não deverá ser muito diferente, as rochas distribuem-se em grupos mais ou menos densos, havendo geralmente um ou outro que se destaca face aos restantes, e surgindo também em regra um lote de rochas dispersas e isoladas. Assim, nalguns casos o padrão parece ser muito similar ao existente nas linhas de água, com o domínio claro de um grupo de rochas face aos restantes. É o que sucede, por exemplo, nos sítios dos Moinhos de Cima ou da Bulha, por exemplo. Mas noutros casos esse domínio de um só grupo não parece existir. Na Foz do Côa ou na Penascosa é difícil distinguir um só grupo dominante, e vários dos sítios, como a Canada do Arroba ou a Azenha, estão ainda insuficientemente prospectados. No entanto, também este é um aspecto que parece depender essencialmente da disponibilidade de afloramentos, devendo os trabalhos futuros permitir uma melhor análise destes aspectos.

6. Evolução nas descobertas e caracterização geral da arte do Côa

Podemos ver agora de forma breve como tem evoluído a descoberta de novos sítios e novos registos, quais as tendências mais recentes, e como se caracteriza a distribuição dos registos ao longo das diferentes fases de gravação da arte do Côa. Com a revelação pública da sua descoberta, em 1994/1995, as descobertas sucederam-se a ritmo acelerado, e

no final de 1995 conheciam-se já 23 sítios diferentes (ver Quadro 1). Nestes incluíam-se já quase todos os sítios que hoje reconhecemos como sendo os de maior dimensão e de maior importância dentro do conjunto, como sejam a Canada do Inferno, Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira de Piscos, Foz do Côa, Vale de José Esteves, Vale de Cabrões, Vale do Forno ou Vale de Moinhos, entre outros. A partir de 1996, novos sítios continuam a ser regularmente descobertos, com uma grande aceleração a partir de 2006, mas na maioria são pequenos ou médios sítios (o que não significa, obviamente, que tenham uma importância científica e patrimonial necessariamente menor). Apenas a Ribeira das Cortes, identificada em 2003, ou a Bulha em 2005, ainda podem ser considerados dentro do grupo dos grandes sítios, ainda que haja alguns outros que são ainda insuficientemente conhecidos. Ou seja, e como é normal, nos primeiros tempos a prospecção orientou-se sobretudo para os sítios maiores, mais óbvios e mais fáceis de descobrir, estando agora paulatinamente a descobrir os restantes, cada vez se aproximando um pouco mais do completar do quadro da distribuição total da arte rupestre do Côa.

6.1. A Pré-história Recente

Muito pouco tem aparecido recentemente deste período, em consonância com a relativa escassez de registos e motivos desta época na arte do Côa. Grande parte do que actualmente se conhece foi identificado logo na fase inicial da investigação. Nos últimos tempos há a registar o aparecimento de uma ou outra rocha com covinhas, mais alguns motivos no sítio dos Namorados a juntar à rocha 1 e, sobretudo, a grande descoberta em 2008 do abrigo pintado das Lapas Cabreiras.

Podemos salientar dois aspectos da arte deste período. Por um lado, sendo de longe aquela que menos registos e motivos apresenta no âmbito da arte do Côa é, ao mesmo tempo, a que tem maior diversidade nas suas formas e características, contrapondo-se à forte coerência e unidade da arte dos restantes períodos. Revela assim uma acentuada evolução cronológica e a possível coexistência de diferentes origens e tendências. Assim, dentro da designação geral de arte esquemática, podemos distinguir algumas tendências distintas. Nas pinturas, os motivos esquemáticos mais numerosos e mais típicos são similares a tantos outros encontrados ao longo da Península, com relevo para as figuras antropomórficas (Baptista, 1999a: 157, 160-161), mas algumas das figuras da Faia sugerem ligações com a arte levantina (Baptista, 1999a: 158-159; o antropomorfo filiforme da rocha 17 da Penascosa (Baptista, 1999a: 112-113) tem algumas semelhanças formais com estas figuras da Faia, e poderá talvez integrar-se neste grupo de figuras com possíveis ligações ou origens na arte levantina), como já foi aliás sugerido e adiantado por alguns autores (cf. Carvalho, 1999: 65-66; Alves, 2003: 356-360; Collado Giraldo, 2006: 373-374; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann & Alcolea González, 2009: 276-277).

Nas gravuras, a diversidade é maior. São escassos os equivalentes às típicas figuras esquemáticas pintadas, salvo talvez os antropomorfos da rocha 23 da Quinta da Barca e da rocha 4 da Ribeira de Piscos (Baptista, 1999a: 161, 166), e os restantes antropomorfos conhecidos, nomeadamente os dos Namorados e do Vale da Casa (Baptista, 1983; Baptista, 1999a: 162-165), integrando na mesma a tradição esquemática, são de tipos diferentes e cronologias possivelmente posteriores. Um grupo à parte é constituído por algumas figuras de animais picotados, que se encontram nomeadamente na Quinta da Barca (rocha 7 e, eventualmente, rocha 18), Canada do Inferno (rochas 3, 4, 5, 32, 33 e 36; cf. Baptista & Gomes, 1997: 221-222, 250-251, 252-253; Luís, 2009c: 135), Vale de Figueira (rocha 1) ou Vale de Cabrões (Baptista, 1999a: 138-139) que parecem dever algo à iconografia e simbolismos paleolíticos ainda que, pela técnica e esquematismo, pertençam já provavelmente a um período pós-paleolítico. Dois outros grupos completamente distintos são formados pelas rochas com covinhas e pelas rochas com as gravuras lineares conhecidas tradicionalmente como “unhadas do diabo”. A sua atribuição cronológica é sempre problemática, mas grande parte das covinhas associam-se, mais ou menos directamente, a sítios de habitat pré-históricos, e pelo menos três das rochas com unhadas (rochas 1 e 3 de Vale de Figueira e rocha 27 do Vale da Casa) têm uma grande proximidade a pinturas ou gravuras pré-históricas.

O outro aspecto que torna a arte da Pré-história Recente do Côa diferente da dos restantes períodos é as características da sua implantação e distribuição. Esta é relativamente restrita, não se espalha um pouco por toda a parte como acontece com os restantes registos de outras épocas. Com poucas excepções, a tendência é para as rochas estarem nas imediações das linhas de água, sejam o Côa, o Douro, ou as pequenas linhas de águas suas afluentes. A excepção mais notória é as das rochas com covinhas, um dos grupos à parte que vimos anteriormente, que se encontram sobretudo em zonas elevadas, nos rebordos dos planaltos ou a meia encosta. O grupo das unhadas do diabo, como é aliás timbre deste tipo de gravuras, distribuem-se todas muito perto das linhas de água, sem excepção conhecida até ao momento. Dentro do grupo das gravuras, independentemente da sua tipologia, praticamente todas estão num nível muito baixo, com a única excepção do já referido antropomorfo da rocha 17 da Penascosa, que está aproximadamente a meio da encosta do morro da Penascosa. Por fim, dentro do grupo das pinturas, a excepções poderão eventualmente configurar uma situação interessante. Tanto no xisto (as rochas com pinturas da Ribeira de Piscos, Vale de Videiro e Vale de Figueira) como no granito (as rochas da Faia e da Ribeirinha) a maioria surge quase ao nível do curso de água subjacente. Mas as excepções são sugestivas, porque quer a rocha da Moteira quer a rocha das Lapas Cabreiras se encontram muito elevadas, na borda do planalto sobre o Côa, dominando um vasto horizonte, e a rocha 1 de São Gabriel, na encosta superior deste monte, tem uma implantação que se pode considerar similar. Ou seja, e até ao momento, a implantação das pinturas obedece a dois parâmetros distintos mas complementares, a parte mais inferior

e a parte mais superior das encostas. Neste momento, do ponto de vista da prospecção arqueológica, falta saber se esta é uma tendência real, ou se se deve à falta de prospecção nas partes intermédias das encostas. Nas zonas xistosas diríamos que não, uma vez que muitas encostas já foram prospectadas na totalidade, se bem que ainda falte fazer essa prospecção nas zonas onde precisamente surgem essas pinturas, Ribeira de Piscos e Vale de Figueira. Mas, nos granitos tal é possível, pois aqui a prospecção a meia encosta oferece grandes dificuldades, e poucas tem sido as tentativas efectuadas, ainda que estas se tenham revelado infrutíferas.

Podemos referir uma última questão, que é a existência de dois grupos distributivos de pinturas, bem definidos e separados um do outro. O primeiro com as várias rochas pintadas da Ribeira de Piscos, perto das rochas pintadas de Vale de Figueira e Vale de Videiro, dentro da zona de xisto. O segundo, na zona granítica, com maior amplitude, incluindo as rochas da Faia, da Mioteira e das Lapas Cabreiras, a que se juntam mais duas rochas com pinturas referidas no EIA do Alto Còa (García Diez, Rodrigues & Maurício, 2001), situadas um pouco a montante do que se definiu como sendo o sítio da Faia, mas dentro da mesma área, e que ainda não tivemos ocasião de ir ver e registar. As rochas da Ribeirinha e São Gabriel estão isoladas, pelo menos de momento, e não permitem ainda configurar a existência de “grupos”. Como vimos, se no primeiro grupo todas as rochas com pinturas estão junto a linhas de água, no segundo surgem as duas situações distintas, rochas à borda de água e rochas na borda do planalto. Por outro lado, este segundo grupo é constituído exclusivamente por motivos pintados, enquanto que no primeiro grupo há associação a alguns escassos motivos gravados, curiosamente em duas rochas que também tem pinturas, um antropomorfo picotado na rocha 4 da Ribeira de Piscos, e um conjunto de “unhadas do diabo” na rocha 3 de Vale de Figueira. No tocante às gravuras, se ao longo do Còa é difícil distinguir grupos concretos, os motivos existentes vão-se dispersando sem uma concentração evidente, podemos falar em dois grupos distintos em outros tantos sítios. Nos Namorados, com pelo menos três rochas, duas das quais exibindo motivos similares, antropomorfos com capacetes de cornos, e uma terceira rocha com uma pequena representação de um ofídio, única na região e que deverá ser síncrona das restantes. No Vale da Casa, com um conjunto relativamente avultado de rochas com gravuras pré-históricas, na sua maioria no terraço inferior actualmente submerso, mas também com mais duas rochas na parte intermédia do vale. E as rochas submersas do Vale da Casa servem para lembrar que, na zona xistosa, a influência da albufeira da barragem do Pocinho pode estar a distorcer significativamente os dados da distribuição dos registos da Pré-história Recente, talvez de forma proporcionalmente superior à distorção causada para outros períodos uma vez que, como vimos, há uma clara tendência para os motivos desta época se concentrem perto da borda de água.

6.2. A Época Histórica

Da Época Histórica muito se tem identificado nos tempos mais recentes, confirmando que as gravuras deste período têm uma distribuição similar às gravuras paleolíticas e proto-históricas ou seja, encontram-se um pouco por toda a parte.

As descobertas recentes têm mostrado a existência de uma curiosa dicotomia, a nível da implantação, da técnica de execução e das temáticas representadas, entre as gravuras associadas a moinhos e as restantes. De facto, a maioria das rochas com gravuras mais recentes que se conheciam numa fase inicial da investigação situavam-se essencialmente no fundo dos vales, associadas aos muitos moinhos existentes, e consistiam quase sempre em motivos picotados (García Diez & Luís, 2003: 216; Luís, 2009c: 143). Mas, com o conhecimento que hoje temos, o panorama tornou-se bastante mais abrangente. Por um lado, temos as gravuras essencialmente picotadas associadas a moinhos, de temática sobretudo religiosa, frequentemente juntas a datas também picotadas. A data mais antiga gravada no Côa, do ano de 1600, insere-se neste grupo, estando na rocha 24 da Canada do Inferno (a qual é, sem dúvida, uma das extraordinárias manifestações da arte rupestre moderna, cf. Baptista & Gomes, 1997: 241-244, 287). As mais recentes são já dos anos 40 e 50 do século XX, e o moleiro Alcino Tomé é um dos seus melhores e mais conhecidos autores (Garcia Diez e Luís, 2003), mas, nesta altura, se por um lado alguns motivos continuam claramente tradições anteriores (por exemplo, Alcino Tomé picotou algumas custódias em tudo similares a outras datáveis dos séculos XVIII e XIX), a variabilidade dos temas aumenta grandemente, predominando agora o gosto particular dos seus autores (cf. Baptista & Gomes, 1997: 299-302, 304; Baptista, 1999a: 183-186; Baptista & Reis, 2008; 75).

Pelo contrário, a prospecção demonstra que as gravuras filiformes de Época Histórica não têm restrições na implantação, encontrando-se de alto a baixo das encostas, de cima abaixo dos vales, associando-se por vezes a diversos tipos de construções modernas, moinhos incluídos. São muito mais abundantes que as anteriores, tanto em número de registos como em quantidade de motivos (mesmo excluindo desta análise os *graffiti* contemporâneos, que também são quase sempre filiformes). A sua temática é muito mais variada, mas tende a repetir-se, com alguns temas dominantes. A sua qualidade e grau de elaboração são também muito diversos, havendo casos de composições narrativas e associações de motivos de apreciável destreza e complexidade.

Não se deve exagerar, no entanto, o significado desta dicotomia. Ela poderá ter a ver com o papel especial que as estruturas de moinhos detém no seio de uma comunidade rural, sendo talvez por isso mais elaboradas as gravuras que decoram o seu entorno, e a dedicação particular à temática religiosa pode eventualmente reflectir esta importância superior dos moinhos mas, à partida, não apontaríamos para uma diferença muito substancial entre o carácter social e funcional destas gravuras face às restantes, as quais, aliás,

também por vezes estão nas imediações de moinhos. O estrato social dos autores de um e outro tipo deverá ser o mesmo, e a sua cultura e mentalidade também. É possível que o trabalho específico nos moinhos permitisse algum tempo de ócio forçado, necessariamente passado no próprio moinho, quase sempre situados em lugares remotos e isolados, e permitisse um maior empenho na gravação, que seria talvez mais difícil de obter para os restantes membros da comunidade (na entrevista feita a Alcino Tomé, este destaca que fazia as gravuras nos momentos de lazer que dispunha após o trabalho, quando ficava longas horas sem companhia, cf. Garcia Diez e Luís, 2003: 211).

Não devemos valorizar excessivamente nem menosprezar o papel social destas gravuras na sociedade rural que as produziu. Concordamos que as gravuras feitas já em pleno século XX, mesmo que possam reflectir e seguir uma tradição anterior, são produto sobretudo da iniciativa individual dos seus autores, assumindo um cariz muito individualista, sem uma função muito definida na sociedade rural que as produz (Luís e García Diez, 2008; Luís, 2009c: 145). Mas não será correcto focarmos excessivamente as obras dos moleiros que assinaram os seus nomes, como Alcino Tomé ou António Seixas. Aliás, também nas gravuras filiformes as assinaturas individuais pertencem maioritariamente ao século XX. Estes gravadores representam não só o final do longo ciclo de gravação da arte do Còa, iniciado nos alvares do Paleolítico Superior, mas também o final do ciclo de gravação de Época Histórica (se excluirmos o revivalismo recente dos *graffiti*). Ao longo de todo este último ciclo, que arranca pelo menos do início do século XVII, as temáticas são variadas mas repetidas, e o individualismo que se nota no século XX não tem paralelo nos séculos anteriores. Isto sugere que estas gravuras poderão ter cumprido um papel concreto na vida e no imaginário das comunidades rurais da região, sendo bem possível que houvesse algum tipo de regras, não escritas, que determinassem o que se poderia ou não gravar nas paredes rochosas da região, regras essas que, em meados do século XX, com as grandes mudanças que se começam a produzir nestas sociedades rurais, vão deixando de fazer sentido. Voltando ainda às gravuras picotadas associadas aos moinhos, a omnipresença da temática religiosa, com a obsessiva repetição de alguns temas (as custódias, por exemplo), e o alto grau de elaboração evidenciada em certos motivos, parecem indicar que estas gravuras teriam de facto tido um papel cultural e social relevante (por exemplo, a elaborada inscrição picotada em honra do Santíssimo Sacramento da rocha 24 da Canada do Inferno, datável do século XVIII, é idêntica a várias outras encontradas em padieiras de porta em casas em Vila Nova de Foz Côa). No entanto, se bem que assumam assim alguma importância social e cultural, esta arte rupestre não deixará de ser um elemento relativamente acessório e lateral dentro dos meios de expressão desta sociedade rural do Antigo Regime.

As diferentes temáticas dispersam-se ao longo da região, não havendo concentrações particulares de temas em determinados sítios. Dentro das principais, distinguiríamos a representação de uma arma em particular, a besta. É do conhecimento geral que a besta é uma arma de origem medieval, mas é também sabido que o seu uso se prolonga para os

inícios da Época Moderna, mantendo-se em uso durante o século XVI, particularmente numa área rural e remota como esta. Naturalmente, levanta-se a questão de saber se estas representações de bestas datam ainda da Idade Média (mesmo que do seu final), ou se pertencem já ao princípio da Época Moderna. A comprovar-se o primeiro caso, isso abriria novas perspectivas sobre a diacronia dos motivos históricos, que poderiam remontar a épocas mais antigas do que hoje se suspeita. Na nossa opinião, no entanto, parece-nos mais provável a segunda alternativa, dada a ausência de outros motivos que, à primeira vista, se possam adscrever claramente ao mundo medieval. As representações de bestas surgem neste momento com uma ampla distribuição em diversos sítios e diversas rochas, de que podemos mencionar os casos da rocha 26 do Vale da Casa, rocha 1 do Vale do Forno, rochas 1 e 8 da Broeira, rochas 9 e 188 da Foz do Côa, rocha 4 da Ribeira de Urros ou rocha 1 da Ribeira da Cabreira, entre outras. Por vezes surgem em associação com outros motivos, embora a sua contemporaneidade seja difícil de assegurar, sendo as três situações mais interessantes as que ocorrem na rocha 4 da Ribeira de Urros, na rocha 1 da Ribeira da Cabreira e na rocha 99 da Foz do Côa (ainda que, nos dois últimos casos, a identificação das figuras em causa como sendo “bestas” seja menos evidente que no primeiro). Na primeira, variadas figuras de bestas associam-se a mais alguns poucos motivos, incluindo dois antropomorfos, num conjunto aparentemente muito homogéneo. Na segunda há um complexo conjunto de figuras, de provável longa diacronia, incluindo três possíveis figuras de bestas. Por fim, na rocha 99 da Foz do Côa, várias figuras de bestas associam-se a um antropomorfo e duas ou três pequenas figuras de barcos. Estes são muito esquematicamente desenhados, mas são veleiros, aparentemente de grande dimensão. Aqui, há uma diferença assinalável entre o tipo de traço da besta e o dos barcos mas, curiosamente, o traço dos barcos parece mais desgastado e mais antigo que o das bestas. Estes casos, particularmente os dois últimos, poderão sugerir alguma relação com a expansão ocidental, e portuguesa em particular, dos séculos XV/XVI (ou posterior), com a associação de bestas a veleiros oceânicos, e à defesa da cruz. Juntam-se assim a mais alguns poucos motivos que, embora possivelmente posteriores, também parecem relacionar-se com a expansão portuguesa, nomeadamente os já conhecidos guerreiros da rocha 17 da Ribeira de Piscos, com um traje de influência oriental, um armado com duas espadas (Baptista, 1999a: 182), outro empunhando uma pistola, e ainda a estranha personagem da rocha 142 da Foz do Côa, também de aparência oriental, com uma cruz ao peito (Baptista & Reis, 2008: 76).

Pouco frequentes são as personalidades armadas, embora existam em mais que um sítio, como os já referidos guerreiros da rocha 17 da Ribeira de Piscos, o soldado do século XIX armado de espingarda com baioneta da rocha 23 da Bulha ou, possivelmente, o grande e complexo antropomorfo da rocha 3 da Canada do Amendoal, que parece segurar duas espadas por cima da cabeça. A temática religiosa é omnipresente, com cruciformes, custódias, inscrições, etc. Datas e assinaturas são muito frequentes, havendo algumas raras

inscrições de outro tipo. Possíveis jogos, na forma de reticulados, são também numerosos. Um tema comum é as muitas representações de barcos, na maioria datáveis dos séculos XIX e XX, de alguma estranheza porque na maioria são veleiros, de tipo inexistente na região. É possível que se trate de representações feitas por antigos marinheiros voltados ao interior, talvez do barco onde serviram. A temática doméstica, sobretudo com representações de casais, e quase sempre associada a estruturas agrícolas, começa também a ser frequente, e é seguramente das mais interessantes e importantes. São particularmente interessantes os casos da rocha 51 do Vale de José Esteves, rocha 53 de Vale de Cabrões, ou das rochas 31, 56 e 69 do Vale do Forno. É normal estas representações associarem-se a figuras de aves, sobretudo galináceos, e que nos parecem ser talvez um símbolo de bem-estar e da abundância na vida doméstica e/ou conjugal. Curiosamente, salientam-se, pela quase ausência, as representações da vida quotidiana, laboral em particular. Se a religião e a família, entre outros temas, parecem ser temas importantes para esta população, a representação da sua vida diária não o é, o que se afigura interessante e merecerá alguma reflexão.

Por fim, não surpreendentemente, nota-se em muitas situações uma associação mais ou menos directa entre a implantação das gravuras modernas e o contexto populacional do qual surgem, em dois níveis distintos. Por um lado, a associação com estruturas no terreno, essencialmente de cariz agrícola, sejam os moinhos, o caso mais óbvio, mas também casas rurais, pequenos casebres agrícolas, ou conjuntos mais ou menos densos de estruturas diversas (para além dos exemplos anteriores, podem-se juntar pombais, minas de água, canais de rega, muros de propriedade, fornos, etc.), de que há exemplos notórios em Vale de Cabrões, Vale do Forno, Vale de José Esteves, Foz do Côa ou Quinta da Barca, entre outros. Por outro lado, a uma escala mais ampla, parece haver uma relação geral entre a localização destas gravuras e o povoamento regional, nomeadamente com a própria Vila Nova de Foz Côa, que parece ser o principal “foco difusor”, e também com as aldeias de Orgal, Muxagata e Castelo Melhor, para citar os casos mais evidentes. As gravuras de Época Histórica do Côa são, pela sua quantidade, qualidade e diversidade, um caso raro e significativo da expressão social e cultural por parte de uma sociedade rural do Antigo Regime, em grande medida iliterata. São um importante documento histórico pois, de certa forma, podem ser consideradas um auto-retrato por parte dessa população, incompleto sem dúvida, e carente de interpretações, mas em que podemos, ao menos, vislumbrar alguns dos assuntos que dominavam a mentalidade de então.

6.3. A Idade do Ferro

A Idade do Ferro é o período cuja quantidade de registos proporcionalmente mais tem crescido nos últimos anos. A prospecção recente confirma em pleno a impressão inicial que se tinha da centralidade da zona de confluência entre o Côa e o Douro na distribuição

das gravuras deste período. Todos os sítios de maiores dimensões se encontram aqui, com a própria Foz do Côa a dominar por larga margem, e a tendência é os sítios diminuírem em quantidade de registos à medida que se afastam desta zona (mas não necessariamente na sua qualidade ou importância, como o demonstram perfeitamente os sítios da Canada do Arrobão, Ribeira das Furnas ou Ribeira da Volta).

Havendo uma certa similitude na distribuição, em traços gerais, das gravuras paleolíticas e das gravuras da Idade do Ferro, desenha-se já uma certa tendência para uma pequena divergência na distribuição a larga escala entre os dois períodos. No Paleolítico Superior, a distribuição ao longo do Côa mantém sempre um carácter algo dominante face ao Douro, mesmo na fase mais posterior quando a zona de encontro dos rios se torna o epicentro da distribuição. Na Idade do Ferro, essa é também a zona fulcral da distribuição mas, embora os dados da prospecção tenham ainda que ser mais aprofundados, há uma tendência para as gravuras ao longo do Douro, tanto quantitativa como qualitativamente, serem algo superiores às do Côa.

Tem sido salientado que os dados arqueológicos apontam para que, na área da região da arte do Côa, tanto o Côa como o Douro poderem ter sido fronteiras étnicas durante a Idade do Ferro (cf. Luís, 2009a, 2009b). Este será um dado apelativo e cheio de implicações para a interpretação da arte deste período. Não entrando agora na exploração deste aspecto, salientaríamos apenas um factor. Se o Côa e o Douro nesta região são, efectivamente, fronteiras, então as gravuras existentes existem com abundância de ambos os lados, mantendo as suas características gerais, sendo difícil, pelo menos de momento, discernir alguma diferenciação que pudesse ter uma origem “étnica” na distribuição destas gravuras. É verdade que em termos quantitativos a margem esquerda do Côa predomina claramente face à direita (o mesmo sucede com a margem esquerda do Douro face à sua oposta, mas aqui é possível que as prospecções futuras possam alterar os dados da questão). Mas esse é um aspecto que parece ter a ver sobretudo com a disponibilidade de afloramentos. Assim, e pelo menos no que toca à realização das gravuras e das funções e simbolismos a elas associados, estas fronteiras parecem ser um ponto de encontro e união, e não um ponto de desencontro e discórdia (Luís, 2009a: 438). Se era uma zona “neutral”, local de convergência e conferenciação, santuário sagrado e/ou terreno político, será algo a investigar.

Duas revelações recentes com alguma importância, que surgem algo ocasionalmente e não se devem à prospecção arqueológica, foram os achados nos sítios do Paço e Olival dos Telhões. São pedras soltas com típicas gravuras da Idade do Ferro, encontradas no interior de sítios arqueológicos de época romana. Em ambos os casos estão fragmentadas, e não é possível ter a certeza se são pedras partidas e removidas de um afloramento *in situ* que seria o seu contexto original ou, pelo contrário, se são placas ou lajes, cujo contexto seria o próprio sítio arqueológico. Será muito provavelmente o caso das pedras do Paço, pouco espessas e com aspecto “lajiforme”. Seria importante investigar este sítio

arqueológico, para tentar averiguar melhor o seu contexto e cronologia, que poderão vir a dar pistas importantes sobre a fase final da arte proto-histórica, e como se relaciona e articula com a romanização. Quanto à pedra do Olival dos Telhões (Cosme, 2008), pensamos neste caso que é mais provável ter feito parte de um afloramento. Tal é consistente com a maior grossura da pedra, e também com o facto de ter sido encontrada nos derrubes de uma estrutura tendo, presumivelmente, integrado as paredes dessa estrutura em posição secundária face ao seu contexto original. Esta construção tem uma cronologia atribuída pela arqueóloga que a escavou nos séculos III/IV d. C., o que poderá indicar que nesta altura a arte da Idade do Ferro já teria perdido a sua relevância e função na sociedade de então.

Em relação ao que se conhecia nos primeiros tempos, podemos dizer que as prospecções recentes não trouxeram grandes novidades ao nível dos motivos que vão aparecendo, as temáticas vão-se repetindo. Tem sim aumentado enormemente o número de sítios e registos com gravuras deste período, assim como a quantidade e a diversidade estilística de todos os diferentes tipos de motivos que são conhecidos. Uma das maiores novidades será o imenso conjunto de gravuras, em quatro rochas, do sítio há pouco descoberto da Ribeira da Volta. É um conjunto com alguma originalidade no contexto da arte do Còa, não tanto no tipo de motivos, que em geral repetem os já conhecidos, mas nos seus estilos. Por outro lado, tem a mais ampla concentração de armas num só painel de todos os registos conhecidos no Còa, na rocha 3, todas do mesmo tipo, aparentemente punhais, se bem que não se possa excluir a hipótese de serem pontas de lança sem cabo. A estes juntam-se alguns motivos, esses sim inéditos no contexto da arte do Còa, de forma algo similar a uma foice, mas que poderão ser talvez variantes tipológicas de armas tipo falcata ou faca afalcata. Tanto estes últimos como os possíveis punhais tem os seus mais próximos paralelos na rocha de Molelinhos, em Tondela (Cunha, 1991), ainda que as semelhanças não sejam totais e o paralelismo tenha que ser visto com cautela.

Do ponto de vista técnico, confirma-se a quase exclusividade do traço filiforme na execução das gravuras deste período, ainda que haja uma grande variabilidade nas suas características. O mais comum é o normal traço bem inciso, mas são normais os motivos em que o traço não chega propriamente a sulcar a superfície, a qual é simplesmente “arranhada”, criando um efeito cromático divergente com a restante superfície, como na raspagem. Há casos também, não muito frequentes mas importantes, em que podemos falar de uma “abrasão filiforme”, em que um sulco é passado e repassado mais do que uma vez, utilizando o mesmo instrumento de ponta fina que faz os típicos traços filiformes. O resultado final não é completamente idêntico ao da típica abrasão que vemos, por exemplo, em muitos motivos paleolíticos, criando traços mais finos que estes, mas a intenção e o efeito final é o mesmo, o evidenciar do traço. Como exemplos temos algumas das armas nas rochas 6 e 10 do Vale da Casa (Baptista, 1983), parte dos motivos da placa do Paço, ou algumas das maiores figuras existentes na rocha 19 do Vale de José Esteves. É também na

Idade do Ferro que a variabilidade do desgaste dos traços é mais acentuada, por vezes dentro do mesmo motivo, inviabilizando a utilização da pátina como indicador cronológico seguro. Desde os motivos de aparência muito fresca (por exemplo, um pequeno grupo de antropomorfos na rocha 3 da Vermelhosa) aos de traços extremamente gastos e patinados (outro exemplo, na mesma rocha 3 da Vermelhosa, a conhecida cena de combate dos guerreiros e motivos associados), surge toda a gama de desgaste possível. Neste caso da rocha da Vermelhosa, como em tantos outros, mesmo sendo provável alguma diferença temporal entre os dois grupos de motivos, esta não será suficiente para provocar tamanha diferença nos traços; esta deverá explicar-se melhor por uma conjugação entre variações nas características da superfície da rocha e do seu grau de exposição aos elementos, e prováveis diferenças na aplicação do instrumento na superfície, seja no tipo e matéria prima do instrumento, seja na técnica específica do gravador. Note-se que, embora em menor escala, casos similares surgem também com gravuras indubitavelmente modernas, de que a rocha 31 do Vale do Forno é um exemplo. Há também casos parecidos em algumas gravuras paleolíticas, como numa ou outra figura da rocha 92 da Foz do Côa, ou outra na rocha 25 da Bulha, entre outras, mas nas gravuras deste período o efeito do tempo é já predominante e as gravuras muito patinadas são quase exclusivas. Estes factores não impedem completamente a utilização da pátina para a atribuição da cronologia a determinados motivos, é um indicador que pode e deve ser utilizado, mas com prudência, e nunca como único argumento.

Ao nível das temáticas, salientaríamos, um pouco ao arrepio do que os dados iniciais pareciam apontar, a raridade das cenas de combate entre guerreiros. A exibição de armas e de guerreiros armados, a pé ou a cavalo, é frequente, embora sejam também muitas as figuras antropomórficas que não exibem e não se associam a armas, mas cenas de combate propriamente ditas contam-se, até ao momento, pelos dedos de uma mão: a muito conhecida cena na Vermelhosa; uma possível cena na rocha 153 da Foz do Côa, envolvendo um cavaleiro e um outro guerreiro, este em posição deitada e de braços para o ar (Baptista & Reis, 2008: 83), e duas evidentes cenas de combate envolvendo várias figuras, algumas das quais em posição invertida, na rocha 6 da Quinta das Tulhas e na rocha 38 da Bulha. Há ainda mais uma eventual cena na rocha 3 da Broeira, envolvendo três bizarras figuras humanas, uma das quais aparece também deitada e de braços levantados, mas a ausência de armas não permite classificar claramente o conjunto como um combate. As cenas de caça são também raras, ainda que haja casos em que a representação de cavaleiros armados associados a animais, sobretudo cervídeos, ou a associação directa de cervídeos a canídeos, como na rocha 3 da Azenha, possa evocar cenas de caça, mesmo que o elemento de acção possa não ser sempre muito evidente. Um bom exemplo é o da rocha 1 da Ribeira das Furnas, que junta cavaleiro, canídeo e cervídeos, mas sem que o artista tenha imprimido ilusão de movimento ao conjunto. As melhores cenas de caça na arte do Côa encontram-se na rocha 23 do Vale da Casa (Baptista, 1983: 63-64; 1999: 180-181),

na rocha 177 da Foz do Côa (Baptista & Reis, 2008: 83), ou duas na rocha 35 da Bulha, estas com aspectos originais.

As figuras antropomórficas estão longe de ser os motivos mais abundantes da arte da Idade do Ferro. Numa primeira contagem sumária, inventariamos 141 figuras antropomórficas de diversos tipos, em 25 sítios (num universo de 35) e 62 registos (num total de 320 registos). Estão quase todos em rochas *in situ*, mas surgem também quatro figuras antropomórficas numa das placas do Paço. Esta contagem pecará por defeito, pois muitas das rochas não estão ainda devidamente esmiuçadas, e um trabalho rigoroso deverá seguramente determinar a existência de novas figuras. A título de exemplo, das três figuras humanas existentes no sector direito do painel da rocha 1 da Ribeira de Urros, todas muito apagadas e de muito difícil visualização, duas só foram detectadas e interpretadas por ocasião da realização do desenho daquela superfície. Mas, seja como for, estes números deverão exprimir já razoavelmente a realidade. Muito mais abundantes são as figuras zoomórficas e as geométricas. No entanto, na maioria dos casos, as figuras antropomórficas parecem ser os motivos dominantes nas composições, e aqueles em torno dos quais se organiza esta arte da Idade do Ferro, seja dentro de um determinado painel, seja na distribuição espacial das várias rochas em muitos dos diferentes sítios (ainda que haja alguns, como a Penascosa, em que não detectamos sequer a existência destas figuras). Já anteriormente observamos (Baptista & Reis, 2008: 73) que nalgumas situações parece haver grupos concentrados de rochas com motivos da Idade do Ferro, que são geralmente dominados por uma rocha principal (aquela onde se concentram mais motivos ou surgem cenas ou motivos claramente mais importantes), e quase sempre esta rocha principal apresenta antropomorfos, o que não sucede necessariamente nas restantes.

Os antropomorfos são motivos de grande variedade estilística e tipológica. As figuras de guerreiros (a cavalo ou a pé) dominam, mas estão longe de ser exclusivas. Os chamados orantes surgem com alguma frequência, figuras desarmadas com os braços abertos e ao alto, e há outros casos de figuras humanas em diversas posturas e não associadas a armas, pelo menos directamente. Ainda no caso daquelas figuras a que, por conveniência, designamos de “orantes”, convém explicitar que esta designação não implica necessariamente uma interpretação. Se nalguns casos, como por exemplo o antropomorfo da rocha 42 da Foz do Côa, poderá ser plausível uma interpretação deste género, isto é, que a figura esteja representada numa postura de cariz religioso (em oração?), convém ter em mente que muitos dos guerreiros e cavaleiros estão representados numa postura similar, com os braços abertos e ao alto, com a diferença que empunham armas.

Há alguns raros casos de figuras híbridas, com atributos humanos e animais, e também possíveis representações de criaturas míticas. Um caso já conhecido de possível hibridismo é o da cena sexual entre duas figuras humana na rocha 3 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999a: 172-173). A figura posterior, presumivelmente feminina (ainda que tal não seja explícito na representação), tem um aspecto geral que lembra uma ave de

asas abertas, sem prejuízo de um evidente antropomorfismo (Luís, 2009b: 227-228). Na senda da habitual falta de detalhe e definição de muitos dos motivos da arte da Idade do Ferro do Côa, este hibridismo não é inteiramente afirmativo, e as possíveis “asas” não são assim tão diferentes de muitas das representações de braços da diversas figuras antropomórficas por aqui existentes, ainda que a sua postura divirja um pouco do habitual. O carácter aviforme da figura é reforçado pelo “bico de pássaro” que apresenta na parte posterior da cabeça mas, como veremos, a interpretação desta característica está em aberto, e não nos parece de todo certo que pretendam sempre representar cabeças de ave. O homem por detrás surge também com uma protuberância na cabeça, mas neste caso um pouco diferente do típico “bico de pássaro”: arranca do topo da cabeça, e tem uma forma curva e adunca muito similar ao bico de uma ave de rapina (é parecida, por exemplo, com o bico de uma das três aves de rapina que surgem na rocha 3 da Vermelhosa) e, tendo em conta até o contexto da cena, não surpreenderia que fosse também uma figura híbrida.

Mais duvidosa ainda é uma figura, em posição invertida de cabeça para baixo, na rocha 1 da Ribeira das Furnas, que parece ter cabeça humana e corpo e asas de ave, mas esta é uma interpretação pouco segura, e os referidos corpo e asas poderiam resultar muito simplesmente da estilização do corpo e braços humanos, sem representação separada das pernas. Um outro exemplo de híbrido, este sim inequívoco, surge numa complexa figura da rocha 3 da Canada do Arrobão, com corpo de quadrúpede, longuíssimo pescoço sinuoso e cabeça humana, da qual saem dois cornos curvos semelhantes aos de um caprino, e tendo ainda duas longas hastes ramificadas semelhantes às de um veado. Por fim, parece-nos possível, embora de forma alguma esteja confirmado, que a única figura humana da rocha 19 da Bulha seja uma criatura mítica, e não um normal ser humano. Tipologicamente não tem grandes paralelos nas restantes figuras do Côa, com o seu aspecto pesado, a ausência de braços, a sua enorme e disforme cabeça, e o pequeno “penacho” vertical que sai do topo frontal da cabeça, até a maneira como se parece apoiar num longo pau (algo inédito, ainda que esta também não seja uma interpretação segura) sugerem algo distinto das típicas figuras humanas, ainda que neste caso não haja hibridismo (perante esta figura, ocorre-nos pensar nos ciclopes ou nos gigantes da mitologia clássica).

Uma característica comum a todas as cinco figuras que atrás referimos é o terem aquilo que convencionalmente se tem designado como “bico de pássaro”. Isto é, uma protuberância mais ou menos triangular na face, concedendo à figura um aspecto aviforme. A interpretação e possível simbolismo desta característica estão em aberto. No tocante estritamente às figuras da arte do Côa, sugeriu-se que poderiam ser representações de máscaras de pássaros (Baptista, 1999a: 167, 173). Recentemente, surgiu a teoria que serão representações explícitas de cabeças de ave, transformando todas as figuras humanas em híbridos, com simbolismo de cariz funerário, reforçado pela associação de algumas destas figuras a representações explícitas de aves, interpretadas como um elemento importante na mitologia da morte (Luís, 2009b).

Um dos problemas na utilização de determinados termos descritivos está em que, por vezes, uma expressão pode assumir um carácter demasiadamente interpretativo face à intenção inicial. Já mencionamos o caso da expressão “orante” (um outro exemplo, ligeiramente diferente, está numa bela figura de canídeo da Idade do Ferro da rocha 7 do Vale de José Esteves, que é informalmente designada entre os investigadores do PAVC como o “Anúbis”. Com isto pretende-se apenas distinguir a figura das restantes, através da sua vaga similitude com representações conhecidas desta divindade egípcia, sem que se infira qualquer interpretação). Este é também o caso dos chamados “bicos de pássaro”. É indubitável que, pelo menos aos nossos olhos, a inserção daquela protuberância faz muitas vezes lembrar irresistivelmente a cabeça de uma ave. O caso dos guerreiros da rocha 3 da Vermelha é dos melhores exemplos, mas há outros, e não se restringem, de forma alguma, à arte do Côa (para alguns casos, cf. Luís, 2009b: 220-221). Já mencionamos as duas figuras da cena sexual da rocha 3 de Vale de Cabrões, em que nos parece provável que se pretenda representar as figuras como sendo meio humanas meio aves, e em que o “bico de pássaro” poderá ser uma designação literal. A questão está na generalização desta interpretação.

Em primeiro lugar, mesmo que se aceite que a inclusão de um “bico de pássaro” numa figura humana tem como intenção transformá-la numa figura híbrida, é preciso prudência na generalização do respectivo simbolismo. Na análise que fizemos das figuras antropomórficas da arte proto-histórica do Côa, apenas 38 em 141 apresentam “bico de pássaro”, menos de 27% do total. A grande maioria das figuras tem cabeça lisa, sem protuberâncias de qualquer tipo. Também nos parece prudente não generalizar o simbolismo da associação entre figuras humanas e representações explícitas de aves, pois esta associação é uma imensa raridade na arte do Côa. Até ao momento, identificamos apenas quatro casos em três rochas. Na rocha 93 da Foz do Côa temos a associação entre um guerreiro fálico e armado com duas lanças, que parece enfrentar uma estranha figura que emerge de uma fissura da própria rocha e que, embora com algumas dúvidas, nos parece ser uma figura de ave, ainda que neste caso talvez de características monstruosas (na rocha 2 da Quinta das Tulhas, entre a enorme profusão de motivos, surge uma figura de características similares a esta, que parece representar a mesma criatura ou entidade, mas que, neste caso, está isolada, não se associando a figuras humanas). Na rocha 35 da Bulha, um caçador brandindo uma lança tem por cima uma figura de ave. Na rocha 3 da Vermelha, integrada na grande e complexa cena que integra o combate dos dois guerreiros, surge uma outra figura humana directamente associada a uma ave, que pelas características parece uma ave de rapina. Se nestes três exemplos nos parece claro que figura humana e ave são desenhadas pela mesma mão, sendo inteiramente lícito fazer a associação, mais duvidosa nos parece, também na rocha 3 da Vermelha, a associação entre os vários antropomorfos que integram a cena referida e o famoso conjunto das duas aves (abutres?) a comer um peixe (este último é a única representação de um peixe até ao momento identificada na arte proto-

-histórica do Côa), situadas na parte inferior do conjunto, logo abaixo dos dois guerreiros combatentes. Não sabemos se estão ali colocadas com a intenção de integrar esta cena, até pode ser que sim, a sua localização é sugestiva face ao conjunto, mas o facto é que são de um estilo diferente das restantes figuras, e a sua pátina e tipo de traço são também muito diferentes. Claramente, parecem-nos feitas por uma outra mão e, desta forma, a associação entre as duas cenas não deve ser tomada como garantida.

Em segundo lugar, e aqui está o problema na generalização interpretativa da expressão “bico de pássaro”, se é verdade que há casos em que a semelhança com cabeças de ave é evidente, também há casos em que não o é. Por exemplo, no orante da rocha 42 da Foz do Côa e na estranha figura da rocha 19 da Bulha o exagero na dimensão da protuberância triangular na cara é tal que a semelhança com cabeças de ave se perde, na nossa opinião. Noutros casos, a protuberância triangular é mais parecida com um nariz do que com um bico de pássaro. Como exemplo, os dois cavaleiros que integram a cena de caça da rocha 177 da Foz do Côa. As suas protuberâncias são, neste caso, muito compridas e estreitas, tendo um aspecto muito nasal. Curiosamente, numa das duas figuras humanas de Época Histórica da rocha 53 de Vale de Cabrões (uma figura masculina que oferece uma flor a uma figura feminina, numa representação que, pelo estilo e patina, não nos parece muito recente, remontando possivelmente ao século XIX ou mesmo XVIII), o nariz da personagem masculina é extremamente parecido com as protuberâncias destes dois cavaleiros da rocha 177 da Foz do Côa. E não deixa de ser interessante verificar que, para além deste, há mais alguns casos de figuras de Época Histórica na arte do Côa com protuberâncias triangulares na cabeça em tudo similares ao típico “bico de pássaro”, evocando a mesma semelhança com cabeças de ave, mas sendo naturalmente mais difícil invocar uma intenção similar de fazer figuras híbridas. Como exemplos, um dos antropomorfos que estão nas paredes da casa da Quinta da Barca, uma das figuras da rocha 31 da Foz do Côa (num texto anterior (Baptista e Reis, 2008: 76) considerávamos que o “bico de pássaro” desta personagem a transformava numa figura híbrida, opinião que já não partilhamos), ou um dos elementos do casal da rocha 31 do Vale do Forno.

Por outro lado, para além das 38 figuras com “bico de pássaro” que referimos, detectamos ainda outras 19 figuras que apresentam algum tipo de protuberância na cabeça, mas sem a típica forma triangular que caracteriza o “bico de pássaro”. Em vários casos, essa protuberância assume forma sub-rectangular, com a ponta mais ou menos arredondada. É o caso, por exemplo, da uma figura na rocha 126 da Foz do Côa, ou o grande guerreiro na rocha 8 do Vale de José Esteves. Nestes casos, a semelhança com cabeça de aves não é de todo evidente, e a aparência nasal é bastante mais óbvia. Deveremos interpretar diferentemente os dois tipos de casos, quando o que os separa é apenas a forma triangular num caso e sub-rectangular no outro?

Na nossa opinião, o argumento mais convincente a favor da hipótese “nasal” encontra-se, mais uma vez, na rocha 3 da Vermelha, a partir da comparação com as várias

figuras antropomórficas aqui existentes. Pegamos nomeadamente nos três guerreiros armados de escudo e lança que integram a cena de combate, por um lado e, por outro, nas duas figuras na extremidade esquerda do painel, uma sem braços e outra empunhando uma possível faca afalcatada. Estes dois conjuntos foram claramente desenhados por mão diferente, tem estilos, pátinas e tipos de traço muito divergentes. No entanto, todas estas figuras tem uma protuberância na cabeça, no primeiro caso de forma triangular e fazendo lembrar fortemente um bico de ave, no segundo caso de forma sub-rectangular, perdendo-se a semelhança aviforme. O mais notável é que, apesar desta óbvia diferença, estas protuberâncias são desenhadas da mesma forma e seguindo o mesmo esquema, o qual é distinto de muitas outras figuras de outros registos. Arrancam da parte inferior da cara, dando logo lugar ao pescoço em baixo, e deixando uma testa mais ou menos alta por cima. Em todos os casos, a parte superior da protuberância é rectilínea. No entanto, no primeiro caso dos três guerreiros, este traço superior termina em bico (num caso fazendo vértice, nos outros dois tendo uma terminação arredondada, mas fazendo no geral uma forma triangular), enquanto que nas duas outras figuras tem uma terminação levemente arredondada, quase rectilínea, seguindo para um traço inferior paralelo ao de cima. Ou seja, neste caso a concepção gráfica das protuberâncias é similar, pelo que é razoável assumir que o seu significado também o seja. Pensamos que na maioria dos casos a existência das protuberâncias assinala simplesmente o nariz das personagens, podendo nalgumas situações servir também para assinalar a direcção para a qual está voltada a figura, que nem sempre é óbvia.

Para além dos antropomorfos, os outros tipos de motivos que surgem são as armas, animais e geométricos. As armas são o motivo menos frequente. Em geral, aparecem associadas a figuras humanas, na maior parte dos casos directamente usadas por estas, mas havendo casos de associações indirectas, como na espada ao lado de um antropomorfo nas rochas 4 dos Moinhos de Cima e rocha 6 do Vale do Forno. Não é raro aparecerem valorizadas individualmente, integrando conjuntos de motivos ou sem uma associação evidente a outras figuras. Entre outros casos, é o que sucede com as falcatas e facas afalcatadas da rocha 145 da Foz do Côa e das rochas 6 e 10 do Vale da Casa, dos punhais das rochas da Ribeira da Volta, da rocha 11 de Vale de Cabrões, da rocha 150 da Foz do Côa ou rocha 20 da Penascosa, ou ainda das lanças da rocha 11 da Foz do Côa e da rocha 1 da Ribeira das Cortes. Por outro lado, há algumas diferenças interessantes entre os diferentes tipos de armas e as suas associações a antropomorfos. Assim, as lanças aparecem tanto isoladas como associadas a guerreiros, na maioria dos casos abertamente empunhadas por estes. Os punhais, por vezes embainhados, aparecem quase sempre dissociados de outras figuras, o mesmo acontecendo com as falcatas e facas afalcatadas, embora haja casos raros em que surgem empunhadas por figuras humanas. Já as espadas estão sempre associados a guerreiros, ora empunhadas, ora na cintura, ou colocadas ao lado, com raríssimas excepções (as quais aliás não são de fácil interpretação, como a possível mas não

óbvia espada da rocha 12 de Vale de Cabrões). Os escudos estão também sempre associados directamente a guerreiros. No entanto, não sabemos se algumas raras figurações de círculos concêntricos ou espirais (os dois conceitos podem misturar-se no mesmo motivos), como os que surgem na rocha 59 do Vale de José Esteves ou na rocha 136 da Foz do Côa, não serão escudos vistos de frente e, nesse caso, estariam individualizados face a outras figuras.

Um dos problemas das representações de armas na arte do Côa é a falta de detalhe da maioria, inviabilizando a sua comparação fiável com os exemplares conhecidos. Existem algumas possíveis figurações de armamento corporal defensivo, mas sempre pouco detalhado, incluindo uns eventuais capacetes muito pouco óbvios. Alguns escudos poderão permitir alguma comparação tipológica, mas sem excessivo detalhe e, na maioria das situações, a sua representação limita-se a um círculo na mão de um guerreiro. Claramente, no entanto, são todos de forma circular, sendo assim representações das típicas *caetras* ibéricas, não havendo um único exemplar que se possa aproximar do *scutum*, ovalado ou sub-rectangular. Os escudos da rocha 3 da Vermelha e do guerreiro da rocha 1 da Ribeira de Urros são representados de perfil, sendo côncavos e com umbo central. As lanças são quase todas representadas de forma muito esquemática, embora haja um ou outro caso de pontas com mais detalhe, e sejam interessantes as raras mas explícitas representações de lanças com conto. Também as falcatas têm pouco detalhe, mas surgem dois casos, pelo menos, em que se consegue distinguir falcata de faca afalcata, como nos dois exemplares das rochas 6 do Vale da Casa e 145 da Foz do Côa. Existem alguns casos de representações laminares com ângulos, que lembram falcatas mas sem a forma definida destas. Os punhais são das únicas figuras em que conseguimos distinguir exemplares conhecidos, como os punhais biglobulares da rocha 150 da Foz do Côa (Baptista & Reis, 2008: 78), com a curiosa variante “triglobular” de um dos punhais da rocha 11 de Vale de Cabrões, mas na sua maioria são também pouco reconhecíveis, incluindo o grande conjunto da Ribeira da Volta. Com as espadas sucede o mesmo, com os cabos e punhos a serem representados de forma informe e pouco detalhada. Na rocha 1 do Vale do Forno, alguns dos guerreiros aqui figurados apresentam uma lâmina comprida e encurvada à cintura, ficando-nos a dúvida se serão espadas curvas tipo cimitarra, ou se serão longas armas similares a falcatas. Ainda quanto aos punhais, é interessante reparar que são o tipo de arma que merece maior detalhe em algumas (não todas) das representações. São as únicas armas em que as bainhas são, por vezes, figuradas, as únicas que apresentam decorações (na bainha), as únicas em que o punho é representado com detalhe suficiente para permitir a sua identificação tipológica. Este lugar à parte dos punhais no universo das armas da arte do Côa poderá reflectir uma importância particular desta arma para a sociedade guerreira que as produziu e utilizou. Ao invés, é de notar a total ausência de representações de fundas ou de arcos e flechas, com a possível mas duvidosa excepção de uma figura na rocha 10 do Vale da Casa (Baptista, 1999a: 174-175), parecendo-nos que um

outro exemplo anteriormente apontado como arco nesta mesma rocha (Baptista, 1983: 60), será mais provavelmente um escudo côncavo visto de perfil.

Quanto às figuras de animais, são muito abundantes e, com excepção de alguns raros peixes e aves (que já enumeramos atrás), a grande maioria são quadrúpedes. Uma vez mais, a falta de detalhe e realismo de muitas das figuras dificulta sobremaneira a identificação da espécie. Esta, muitas vezes, é feita nem tanto por aquilo a que a figura se assemelha (muitas vezes não se assemelha a nada conhecido, ou a similitude é a mesma para várias espécies diferentes), mas pela comparação, através de alguns detalhes (a cauda, a forma do corpo, as orelhas, etc.), com figuras cuja identificação não oferece dúvidas (os animais com longas armações são veados, aqueles que tem humanos montados e com rédeas são cavalos, etc.). Tendo estas indefinições em conta, é possível dizer que cavalos e cervídeos são os animais mais abundantemente representados. Os cavalos tanto surgem montados por cavaleiros como isolados ou em grupos, há por vezes o cuidado de afirmar o género do animal representado, seja representando-lhe explicitamente o sexo masculino seja, mais raramente, associando uma égua com a sua cria, como acontece nas rochas 67 da Foz do Côa e 38 da Bulha. Quanto aos cervídeos, são mais facilmente identificáveis os machos, pelas evidentes armações, por vezes reforçada com representação do sexo, mas as fêmeas são abundantes, isoladamente ou figurando também nas cenas de caça. Não é infrequente que tanto equídeos como cervídeos tenham o corpo decorado internamente. Os bovídeos são muito raros, e todos duvidosos. Um pouco mais abundantes, mas ainda assim raros, são os canídeos. Alguns são representados em postura feroz, com os dentes em evidência, autênticos carniceiros, como alguns exemplares na rocha 7 do Vale de José Esteves, ou na rocha 3 da Azenha (onde surge um dos maiores conjuntos conhecidos). Quando integram cenas de caça, podem-se identificar como cães domésticos, como será o caso dos exemplares das rochas 23 do Vale da Casa ou, possivelmente, o da rocha 1 da Ribeira das Furnas, mas a diferenciação entre cães e lobos (ou raposas) é geralmente difícil. Possivelmente, aqueles de longo focinho poderão ser selvagens, como o enorme e belo exemplar da rocha 3 da Azenha, ou o da rocha 122 da Foz do Côa. Por fim, surgem ainda diversas figuras de quadrúpedes cuja atribuição a alguma espécie concreta é difícil ou impossível. Em certos casos, isso resulta da já referida imperícia dos seus gravadores. Mas é possível que noutras situações haja mesmo animais “bizarros”, talvez criaturas mitológicas. Um possível exemplo está nos estranhos quadrúpedes da rocha 5 dos Moinhos de Cima, todos de corpo comprido, cabeça atarracada e orelhas em serra para a frente e, sobretudo, a estranha cauda afilada voltada para cima, tipo “escorpião”. Outro exemplo serão os estranhos canídeos da rocha 18 do Vale de José Esteves, com um só corpo mas com duas cabeças, voltadas para trás e fitando-se mutuamente.

Mudando de assunto, a grande maioria dos motivos antropomórficos, guerreiros ou não, híbridos ou não, são representações mais ou menos reais e semi-naturalistas. E uma das questões que podemos colocar é se são abstracções da figura humana, isto é,

representações idealizadas de guerreiros e outras personagens, ou se pretendem figurar personalidades concretas? O mesmo podemos perguntar das cenas de caça ou de combate, pretendem ser cenas genéricas, ou representar o que possa ser identificado pelos observadores como sendo determinadas personagens autênticas, integradas em episódios particulares (sejam míticos ou reais, para o caso é indiferente)?

Não é uma questão fácil de responder, no actual estado de conhecimentos, mas pensamos que há alguns argumentos para dizer que, pelo menos em algumas situações, a intenção parece ser representar figuras ou cenas muito particulares, e não abstrações genéricas. Mas há também casos em que isso é difícil de defender. Por exemplo, o magnífico antropomorfo em posição orante da rocha 42 da Foz do Côa (Baptista & Reis, 2008: 82), talvez o melhor exemplar deste tipo de figuras. Encontra-se completamente isolado no painel, sem nenhum outro traço ou motivo como companhia (algo que acontece muito raramente), e não tem adornos ou elementos corporais distintos que pudessem ajudar à sua identificação. Há apenas dois factores que o tornam um pouco diferente. Por um lado, um “bico de pássaro” de dimensão francamente exagerada, muito superior ao normal. Por outro lado, a posição torcida das suas pernas face ao tronco direito, e o facto destas arrancarem de uma diáclase do painel, conferindo a impressão que a figura “emerge” da fractura formada por esta diáclase. Seriam estes factores suficientes para a sua identificação como sendo determinada personagem?

Como referimos mais à frente, achamos possível que os motivos geométricos possam ter por vezes uma função definidora de sentidos e identidades, o mesmo podendo acontecer com a conjugação dos restantes motivos que rodeiam as figuras antropomórficas. Ou seja, cada caso é um caso, e pode haver variantes nas maneiras de interpretar cada cena e cada figura. Podemos apontar quatro exemplos em que consideramos haver razões para se considerar as figuras ou as cenas como sendo representações efectivas de determinadas personagens e situações. A primeira é o já referido antropomorfo da rocha 19 da Bulha. Como vimos, a própria estranheza e carácter distinto da representação a individualizam no universo das figuras antropomórficas do Côa. Mas se isso não for suficiente, há um outro elemento que poderá funcionar como factor identificativo, e que é o pequeno traço que se ergue no topo da cabeça, sobre a cara. É um elemento único até ao momento nas figuras do Côa, não tem nada a ver com os penachos na nuca de algumas figuras, como nos guerreiros da rocha 3 da Vermelha. Pode ser uma representação de algo artificial colocado na cabeça. Se for um elemento anatómico, então dificilmente será humano, reforçando o carácter mítico da figura. Eventualmente poderia ser um tufo de cabelo, mas a sua colocação e exclusividade mantém o seu carácter identificador.

Um segundo exemplo, mais significativo, surge na rocha 1 da Ribeira das Furnas. Um dos painéis decorados apresenta um rico conjunto de figuras, de estilo, tipo de traço e pátina similares, aparentando serem obra do mesmo autor e figurando uma cena de caça. Encontra-se um cavaleiro armado, dois canídeos, um veado e mais alguns quadrúpedes,

que parecem ser cervas. As duas principais figuras do conjunto, que se impõem claramente ao observador, são o cavalo que serve de montada e um dos canídeos (por comparação, a figura do cavaleiro é pequena e pouco relevante). Ambas as figuras são grandes no âmbito do conjunto, ocupam uma posição destacada, e são as únicas cujo corpo tem o interior decorado. Um elemento essencial dessa decoração é uma figura geométrica, igual em ambos os motivos, e que ocupa a mesma posição, a garupa, sobre a perna traseira. É uma figura formada por uma oval fechada e de pontas afiadas, disposta na vertical, com um traço a servir de eixo central, do qual saem múltiplos pequenos traços oblíquos, orientados para baixo. Este motivo poderá funcionar como um símbolo heráldico, provavelmente indicando a um observador quem é aquele cavaleiro, e mostrando que o cavalo e o canídeo fazem parte das suas posses.

Os outros exemplos são ambos cenas de combate, no caso as cenas da rocha 3 da Vermelha e da rocha 38 da Bulha. A primeira tem um painel de grandes dimensões, repleto de muitas figuras, formando um palimpsesto de traços de difícil decifração. Há algumas poucas figuras paleolíticas, mas a maioria dos motivos são da Idade do Ferro. A conhecida cena de combate entre guerreiros a que já aludimos (Baptista, 1999a: 167; Abreu *et al.*, 2000; Luís, 2009c: 141-143), é apenas uma pequena parte do conjunto de figuras aqui existente ainda que, sem dúvida, sejam as figuras mais relevantes. Nesta cena de combate, para além dos dois combatentes propriamente ditos, identifica-se um grupo de motivos que, pelo estilo, pelo tipo de traço e pelo seu desgaste mostram ser obra de um só autor. A riqueza de detalhe e de simbolismo desta cena, a incorporação de várias personagens diversas, incluindo possíveis figuras femininas, leva-nos igualmente a pensar que poderá tratar-se de uma cena concreta e da figuração de um combate que, real ou mitológico, constituiria um episódio efectivo para um observador coevo.

Referimos por último a cena de combate da Bulha, por esta incluir um detalhe que nos parece extremamente significativo. Por contraste com anterior, salienta-se a simplicidade aparente. O painel apresenta única e exclusivamente esta cena, sem outros elementos. Todas as figuras têm o mesmo estilo, tipo de traço e pátina, sendo sem dúvida obra da mesma mão. O combate é protagonizado por cinco guerreiros. Logo por baixo destes surge uma figura de cavalo. Por cima, surge a algo estranha inclusão do que parece ser uma égua a amamentar a sua cria. Dos cinco guerreiros, um surge em primeiro plano e tem dimensões superiores aos restantes, parecendo ser o protagonista da cena. Para além da típica protuberância, o “bico de pássaro”, esta figura principal mostra uma espécie de pala ao nível de onde poderiam estar os olhos, semelhante à do cavaleiro da rocha 23 do Vale da Casa. Está armado com lança de uma ponta e escudo, o mesmo acontecendo com outro dos guerreiros. Um terceiro guerreiro está armado só de lança, um quarto não se percebe bem se tem ou não uma lança, e o quinto está claramente desarmado. Este, à semelhança do terceiro guerreiro armado de uma só lança, encontra-se figurado de pernas para o ar e, tal como o quarto guerreiro de armamento indefinido, é representado com uma única perna.

As figuras deste conjunto são representadas de forma muito esquemática, de desenho fruste, sem riqueza e detalhe. Assim, e pelo menos aos nossos olhos, parece difícil saber como identificar a cena e as personagens envolvidas. No entanto, falta referir um último motivo pertencente ao conjunto. Encontra-se isolado, a alguma distância à esquerda das restantes figuras, num outro painel separado do anterior por uma larga fractura. O estilo, tipo de traço e pátina são idênticos aos das outras figuras, e tudo indica ter sido desenhado pela mesma mão. O que representa parece ser unicamente uma perna e o respectivo pé, em posição inversa. É exactamente igual às pernas e aos pés dos dois guerreiros representados em posição inversa mas, em vez de ter um corpo como sequência, termina numa linha ondulada. Na nossa opinião, este pode ser o elemento identificativo da cena, sendo significativo que dois dos guerreiros sejam representados com uma só perna. Assim, esta cena poderá representar um determinado acontecimento efectivo, real ou lendário, em que pelo menos uma das personagens envolvidas num combate perde uma perna. A representação desta, separada do respectivo corpo, será talvez o elemento fulcral para um observador coevo identificar a história que ali surge perante os seus olhos.

Este ponto leva-nos a outras questões, para as quais, pensamos nós, não há ainda respostas satisfatórias, e que são as seguintes: será esta arte da Idade do Ferro uma arte pública, feita para ver vista, ou o seu significado esgota-se no momento em que é gravada na pedra? E se for uma arte pública, qual será esse seu público, e de que maneira poderia funcionar a visita e visualização das gravuras? Se, como atrás aventávamos, há a intenção de introduzir elementos identificativos precisos no desenho das personagens e das cenas, isso pode apontar para a existência de uma audiência, mas não é estritamente necessário que assim seja, esses elementos podem ser simplesmente ritualmente necessários. Por outro lado, há uma tremenda variedade na qualidade formal e estética das gravuras e no esforço colocado na sua realização. Por exemplo, a cena da rocha 3 da Vermelhosa exigiu planeamento e investimento de tempo da parte do seu autor, o qual não é desprovido de habilidade natural para o desenho, e outros exemplos similares existem. Mas grande parte dos desenhos da Idade do Ferro caracterizam-se pela sua crueza e manifesta falta de jeito por parte dos seus autores. Serão esses feitos para serem vistos? Se sim, por quem, para quê, e em que circunstâncias?

Também não tiramos ilações muito conclusivas da análise da dispersão das rochas pela paisagem, pela tipologia de afloramentos escolhidos para gravar, ou pelas características da distribuição dos motivos nos painéis rochosos. As rochas da Idade do Ferro distribuem-se por todas as partes das encostas e dos vales onde se encontram, e as suas acessibilidades e facilidades que oferecem de visionamento são muito variadas. Existe uma certa tendência para a escolha de afloramentos com painéis grandes e com plataformas relativamente amplas em frente para a realização das chamadas rochas principais, a que atrás fazemos referência. As rochas 93 e 177 da Foz do Côa, rocha 2 da Quinta das Tulhas, rocha 3 da Vermelhosa, rocha 35 da Bulha, rochas 7 e 19 do Vale de José Esteves,

entre outras, são bons exemplos disso mesmo. Estas rochas, pela repetida recorrência do acto de gravação que evidenciam e/ou pelas cenas apelativas que apresentam parecem, pelas suas características, ser escolhidas também pela maior facilidade de visualização do painel. Uma vez que parecem servir de chamariz para a localização de outras gravuras no seu entorno, estas poderão beneficiar desse facto para também serem vistas. Mas há casos de rochas em que claramente há dificuldades no acesso ao painel gravado, por vezes parecendo que esse é um factor predominante dentro dos factores de escolha. É o caso, por exemplo, da rocha 153 da Foz do Côa, com a sua cena de combate, colocada na zona mais elevada, recuada e menos acessível do painel (o qual oferece claramente outras possibilidades), impossibilitando o acesso a mais de duas pessoas em simultâneo, sendo o ideal apenas uma de cada vez. Ou a rocha 36 de Vale de Moinhos, de acesso pouco fácil e com uma protuberância rochosa a meio do painel, que também divide a plataforma de acesso em dois, obrigando a algum esforço físico pouco ortodoxo para passar de um painel ao outro. Os painéis e os seus conjuntos de motivos têm também uma imensa diversidade de soluções, havendo uma dramática distância entre o enorme painel recorrentemente gravado ao longo de (presumivelmente) um tempo bastante longo, e o pequeno e discreto painel utilizado apenas uma única vez, por vezes para conjuntos ou cenas de relativa importância (como a cena de combate da rocha 38 da Bulha), mas não raras vezes para colocar apenas um ou dois motivos, nem sempre de aparência muito apelativa.

Estes exemplos não servem para responder às questões que acima colocamos, podem ser lidos de diferentes maneiras e não são conclusivos. A título de hipótese, pensamos que apontam para que esta arte exista, tanto para ser feita como para ser vista, de maneira dirigida e controlada. De que maneira, por quem, e sobre quem é exercido este controlo não é algo que se possa de momento determinar.

Para terminar, o que nos parece cada vez mais notório na arte da Idade do Ferro do Côa é a sua grande complexidade formal, para além da mera repetição dos diferentes tipos de motivos que a compõem. Sendo produto de uma sociedade profundamente hierarquizada, dominada por uma elite aristocrática de guerreiros, esta arte reflecte sem dúvida essa ideologia guerreira, mas está longe de se esgotar na glorificação das armas e dos seus portadores. Muitas das figuras antropomórficas tem uma postura não bélica, e um dos tipos de motivos mais abundantes são os chamados geométricos, de enorme variedade tipológica, que podem aparecer isolados em determinados painéis, ou dominando certas composições (como na rocha 181 da Foz do Côa), ou enquadrando as principais cenas e figuras, que é o mais frequente. Estes motivos terão simbolismos e significados próprios, que tanto podem ser evidenciados isoladamente como, pensamos nós, servindo para enquadrar e, eventualmente, definir e conferir sentidos e conteúdos às figuras e cenas que rodeiam. Parece-nos provável que estes significados devam ser amplos e diversificados, devendo ir mais além da apresentação de um ideal guerreiro. Sabemos também que existem cenas e motivos de claro cariz mitológico, como na rocha 93 da Foz do Côa

(Baptista & Reis, 2008: 83-84), na rocha 2 da Quinta das Tulhas, na rocha 3 do Arrovão e, talvez, nas rochas 19 e 35 da Bulha, entre outras. Ou ainda a representação isolada de uma égua prenha na rocha 67 da Foz do Côa, a relativamente habitual figuração de animais em posição não natural (vertical ou invertida) ou um estranho e muito complexo motivo da rocha 19 da Bulha (uma densa associação geometrizada de muitos animais), a juntar ao antropomorfo já referido, entre muitos outros motivos, indicam claramente a grande variedade temática e simbólica (e talvez funcional) da arte da Idade do Ferro do Côa. Tal não é de surpreender, e basta olhar para os exemplos do mundo clássico. Citando apenas, sem necessidade de irmos mais longe, Homero e Hesíodo no mundo grego, ou Virgílio e Ovídio no mundo romano, vemos bem a imensa diversidade de temas e assuntos transmitida por estes autores, em sociedades que cronologicamente, e na sua estrutura social e cultural, são fortemente aparentadas com as sociedades autoras desta arte do Côa.

6.4. O Paleolítico Superior

Para este período, há duas tendências evidentes nos achados dos últimos anos: a quase exclusividade da técnica filiforme nas novas figuras que tem surgido e, um pouco à semelhança do que sucede com a Idade do Ferro, a escassa revelação de novos tipos de motivos, mas com a clara expansão em número de sítios e registos, e uma cada vez maior diversidade estilística dentro das tipologias conhecidas.

Olhando para a evolução das descobertas da arte paleolítica desde 1991 até hoje, torna-se claro que numa primeira fase se descobriu em grande medida as gravuras em traço largo, claramente as mais conhecidas do meio científico e do grande público, nomeadamente nos sítios da Canada do Inferno, Ribeira de Piscos, Penascosa ou Quinta da Barca, para mencionar os de maior dimensão. Nesta primeira fase a identificação das gravuras filiformes tem uma menor intensidade mas, a partir de certa altura, torna-se dominante, e mesmo quase exclusiva. Se para os primeiros tempos da investigação a evidente diferença na percepção dos motivos com uma ou outra técnica ajuda a explicar o predomínio dos achados das figuras de traço largo, já temos hoje um quadro global mais bem preenchido sobre a distribuição, faseamento e estilos da arte do Côa que permitem melhor explicar esta disparidade.

Tem sido reiterado que, como já referimos atrás, de uma forma geral as gravuras de traço largo são mais antigas que as filiformes. Mas, com os dados actualmente disponíveis, é possível distinguir duas grandes fases na arte paleolítica do Côa. A mais antiga concentrada no Gravettense, caracterizada pelo predomínio das figuras de traço largo, e a mais recente ao longo do Magdalenense, caracterizada pelas figuras filiformes, com relevo para as de traço múltiplo. A distribuição das gravuras destas duas fases tem características notoriamente diferentes, que levaram António Martinho Baptista a sugerir os conceitos

de “santuário arcaico” e “santuário recente” (cf. Baptista, 2008b: 170-172), o primeiro localizado unicamente no Côa, da Faia a Vale de Moinhos, com o seu ponto fulcral no conjunto dos dois sítios da Penascosa e Quinta da Barca (Baptista, Santos & Correia, 2006; 2009). O segundo abrange toda a zona xistosa da região, no Côa e no Douro, abrangendo a área do anterior (com excepção da zona granítica, mas parecendo até expandir-se para lá desta, reaparecendo em zonas mais meridionais), e centrando-se agora no ponto de encontro entre estes dois rios.

Assim, a distribuição das gravuras de traço largo (que serão quase todas do Gravettense) é muito mais restrita que a das filiformes, e esta restrição funciona em duas escalas distintas: por um lado, à escala global da região da arte do Côa, as gravuras de traço largo confinam-se quase unicamente ao Côa e, dentro deste, ao troço relativamente reduzido entre Vale de Moinhos e a Penascosa/Quinta da Barca (com as excepções das rochas 6 e 7 da Faia, no Côa para montante daquela área, e das rochas 6 e 20 de Vale de Cabrões, no Douro para jusante daquela área). Por outro lado, à escala local dos sítios, as gravuras de traço largo tendem a confinar-se às margens do Côa e à parte terminal dos seus afluentes, não se estendendo para o meio ou o alto das encostas, nem para a parte média ou superior dos vales dos afluentes do Côa. As excepções são novamente as rochas 6 e 20 de Vale de Cabrões, pois encontram-se na parte superior do vale, e a rocha 20 está mesmo na borda do planalto, enquanto que a rocha 3 de Vale de Moinhos está na parte superior do vale. No entanto, o estilo das figuras picotadas destas rochas difere consideravelmente das restantes, pelo que também não surpreende a sua divergente implantação. Assim, a grande excepção a este panorama é a Quinta da Barca, em que as típicas figuras de traço largo se encontram na margem do Côa, sobem pela ribeira que sulca o sítio, e ascendem quase ao topo das encostas.

Desta forma, a Quinta da Barca prefigura, dentro da fase “arcaica”, a expansão das gravuras pela quase totalidade do espaço disponível, que virá a ser tão característica na fase “recente”. Com efeito, as figuras filiformes surgem muito mais espalhadas, não só na região, mas também dentro de cada sítio onde, para além de preencherem também os mesmos espaços que as gravuras de traço largo, por vezes de forma tão ou mais abundante (ainda que nem sempre nos mesmos painéis), tendem a ocupar todos os restantes espaços onde surjam afloramentos com condições favoráveis. Veja-se na Penascosa, em que as gravuras de traço largo estão todas alinhadas ao longo do sopé do monte, no princípio do terraço fluvial, enquanto as figuras filiformes, para além de também ocuparem esse espaço, se expandem pela encosta do monte acima, chegando ao seu topo. Ou na Canada do Inferno, em que sobem pela ribeira acima, não se restringindo à zona da foz. Mesmo no Fariseu, em que o espaço disponível é reduzido, as gravuras filiformes dispersam-se mais ao longo de todo esse espaço do que as de traço largo, mais concentradas na zona central.

Podemos quantificar esta diferença. Assim, motivos paleolíticos em picotado e/ou abrasão encontram-se em 11 sítios diferentes, com 92 registos. Destacam-se a Canada do

Inferno (24 registos), e a Quinta da Barca (28). Não estão ainda contabilizadas individualmente as figuras, mas serão algumas centenas no total, havendo grande variabilidade ao nível de cada rocha, desde as que tem um único motivo até aos exemplos extremos da rocha 1 do Fariseu ou da rocha 1 da Quinta da Barca, cada uma com algumas dezenas de figuras de traço largo. Quanto às figuras em traço filiforme, encontram-se em 35 dos 37 sítios conhecidos (exceptuam-se apenas a Faia e Vale de Videiro e, neste último caso, não surpreenderia que houvesse exemplares escondidos pelas águas da albufeira do Pocinho), num total de 406 registos. Aqui, o sítio da Foz do Côa destaca-se em absoluto, com os seus 95 registos, a grande distância dos outros sítios com mais registos, como a Canada do Inferno (32 registos), Vale de José Esteves (31) ou Vale de Cabrões (28). Quanto à totalidade de motivos filiformes, o seu cálculo é impossível neste momento, mas andar-se-á seguramente na ordem de alguns milhares.

É fácil assim compreender porque razão já quase não se identificam novas figuras de traço largo nas prospecções mais recentes. A área onde se concentram é aquela que mais tem sido investigada no decorrer dos trabalhos, e como se distribuem em áreas mais ou menos restritas dentro de cada sítio e são facilmente visíveis, foram identificadas quase todas em catadupa, nos primeiros anos dos trabalhos no Côa. Nos últimos tempos contam-se pelos dedos de uma mão os novos achados de figuras com esta técnica: em 2006 o cavalo da rocha 9 de Vale de Moinhos e o auroque da rocha 6 de Vale de Figueira, e em 2007 as rochas 56 e 60 da Quinta da Barca, e a rocha 19 do Fariseu, encontrada na escavação arqueológica. Podemos ainda referir a grande figura (zoomorfo?) da rocha 6 dos Namorados, também picotada e encontrada em 2006, mas parece estar incompleta, e é tão estranha que não arriscamos uma hipótese cronológica. Também não consideramos a rocha 33 da Quinta da Barca, com o seu veado picotado, apesar de esta só ser devidamente inventariada a partir de 2007, pois não se trata de uma nova descoberta mas sim de uma reinventariação, emendando um lapso anterior.

As águas da albufeira do Pocinho deverão seguramente ocultar mais motivos de traço largo, e é possível que venham a aparecer em mais sítios para além dos já conhecidos, em direcção à foz do Côa e, eventualmente, no próprio Douro. O achado da rocha 9 de Vale de Moinhos, logo a jusante do Rego da Vide e da Canada do Inferno, sugere isso mesmo. No entanto, tendo em conta que as águas desta albufeira não são assim tão excessivamente profundas e que, mesmo com a tendência de se manterem nas imediações dos rios, há alguma variabilidade nas cotas de implantação destas figuras, parece-nos pouco provável que venham a ser futuramente identificados sítios com grande distribuição de figuras paleolíticas de traço largo, à semelhança da Quinta da Barca ou da Canada do Inferno, em zonas afectadas pela albufeira do Pocinho. Por exemplo, nem uma destas figuras foi identificada no sítio da Foz do Côa, nem mesmo perto do actual nível da água, ou abaixo deste na prospecção feita em 2007 com o rebaixamento em quatro metros das águas.

Há um outro aspecto interessante nas características da distribuição das gravuras paleolíticas, e muito particularmente na sua expansão na fase filiforme mais recente, e que tem a ver com a sua circunscrição dentro de um espaço topográfico bem definido (ou seja, sem se aproximarem e ficarem ao lado das gravuras dos sítios vizinhos, de tal forma que se tornasse difícil fazer a linha de delimitação de um sítio para outro). Note-se que este interesse só surge quando existe a possibilidade de haver essa proximidade o que, na maioria dos casos, não sucede, a distribuição dos afloramentos sendo ela própria restrita e confinada. São raros os casos em que um determinado grupo de afloramentos tem continuidade entre sítios vizinhos (a foz do Vale do Forno é um caso, havendo continuidade de afloramentos para a parte inferior mais a montante do sítio da Foz do Côa e também, embora de forma menos óbvia, para o outro lado, para o sítio dos Moinhos de Cima). Assim, não são muitos os casos em que se adivinha que esta “restrição distributiva” possa resultar de uma opção cultural.

Para exemplificar melhor, vejamos os casos da Quinta da Barca e Ribeira das Cortes, por um lado, e da Penascosa e Foz da Ribeirinha por outro. No primeiro caso, a distribuição das gravuras paleolíticas da Ribeira das Cortes inicia-se na zona terminal da ribeira, ainda que não mesmo junto à foz, e prolonga-se pelo vale acima. Na Quinta da Barca, como vimos, distribui-se pela área toda do sítio, mas interessa-nos particularmente a distribuição ao longo do Côa. Aqui, no sector mais a montante, surge um primeiro grupo de rochas na embocadura da ribeira da Quinta da Barca com o Côa e, caminhando para jusante, sempre ao longo do rio, vão paulatinamente surgindo mais rochas gravadas com motivos paleolíticos, até ao último grande grupo de rochas, nas quais se destaca a rocha 23, e onde a situada mais a jusante é a rocha 37. A distância daqui até à foz da Ribeira das Cortes é um pouco superior a 250 metros, e mais nenhum registo aparece, o que comprovamos com a prospecção sistemática que realizamos nessa área. No entanto, os afloramentos prolongam-se mesmo até à embocadura da ribeira, e vários têm superfícies verticais adequadas para a realização de gravuras. Seja por que razão for, a escolha de não inserir gravuras naquela área parece intencional. O mesmo se passa do lado oposto do Côa. Desde o grupo de rochas na Penascosa situado mais a montante (o grupo das rochas 6, 7, 8 e 9) até à embocadura da Ribeirinha vão quase 350 metros e, embora em não grande número, existem em todo esse troço mais afloramentos com condições para terem gravuras, nenhum dos quais foi aproveitado. Assim, a separação entre as gravuras da Quinta da Barca e Ribeira das Cortes, por um lado, e da Penascosa e Foz da Ribeirinha por outro, é nítida, e poderá resultar de uma demarcação intencional destes espaços marcados e assinalados com gravuras, ao longo do seu amplo tempo de vigência e utilização. Podemos assim supor que, independentemente do tipo de relacionamento e utilização, conjunta ou separada, que estes espaços possam ter tido uns com os outros, eles deveriam ter sido considerados individualmente na mentalidade das populações paleolíticas. Isto é, e mesmo admitindo que a demarcação mental destes espaços não correspondesse exactamente

à que hoje fazemos (surpreendente seria se o fosse), podemos perfeitamente especular que haveria designações próprias no Paleolítico Superior para os conjuntos de rochas gravadas que designamos hoje como Quinta da Barca, Ribeira das Cortes, Penascosa e Foz da Ribeirinha, o mesmo se aplicando aos restantes sítios. Naturalmente, isso nada tem de surpreendente, uma vez que o sentido territorial sempre foi marcante na espécie humana e, da mesma forma que uma gruta com arte paleolítica se deveria diferenciar no imaginário paleolítico de uma outra gruta com arte sua vizinha, também na região da arte do Côa um determinado vale ou encosta com gravuras se deveriam diferenciar dos vales ou encostas com gravuras situados ao lado.

Ainda em relação aos aspectos cronológicos e distributivos da arte paleolítica do Côa, tem-se feito trabalhos no sentido de relacionar a arte com os vestígios de ocupação paleolítica na região. Os trabalhos no Fariseu, já citados, são os mais conhecidos e talvez os mais significativos, mas mais investigação existe. Uma primeira sùmula surgiu logo numa fase preliminar da investigação (Aubry, Carvalho & Zilhão, 1997). Mais recentemente, outros trabalhos têm apresentado visões globais mais completas (cf. Zilhão, 2003; Aubry (ed.), 2009a; destacando-se este último trabalho, com a sùmula mais completa e actualizada dos dados existentes). Deste quadro, ressalta um interessante paralelismo entre os dados reunidos para a ocupação humana e para a arte paleolítica. Como vimos, para a arte paleolítica, entrevemos hoje duas fases bem definidas, estilisticamente e com os dados fornecidos pela escavação do Fariseu, e que são o Gravettense e o Magdalenense final. São esses mesmos períodos os melhor definidos, não só no sítio do Fariseu, mas no conjunto já avultado dos sítios paleolíticos e mesolíticos conhecidos na região, vários dos quais alvo de intervenção arqueológica. No entanto, tanto para as fases de gravação como para as fases de ocupação, os dados não indicam a existência de hiatos entre estas duas fases, apenas que, para já, são as fases que melhor se deixam conhecer, havendo seguramente gravuras paleolíticas atribuíveis aos períodos intermédios (Solutrense, fases inicial e intermédia do Magdalenense), a acompanhar vestígios de ocupação desses mesmos períodos, os quais, no entanto, são ainda poucos (cf. Aubry, Sampaio & Luís, 2009; Aubry, 2009b).

Os vários trabalhos que acima citamos têm salientado, de forma geral, a associação mais ou menos directa entre sítios de ocupação e sítios de gravuras. No entanto, essa associação, tanto para a fase antiga como para a recente, é apenas evidente na zona do santuário arcaico, e em particular na área compreendida entre a Canada do Inferno e o sítio arqueológico da Cardina. Nesta área, a par de vários sítios de arte rupestre, conhecem-se alguns terraços fluviais com ocupação paleolítica. A descoberta recente de alguns materiais líticos no interior do abrigo granítico correspondente à rocha 7 da Faia, em cuja entrada surge um auroque picotado, poderá ser mais uma associação directa entre gravuras e vestígios de ocupação. Mas, neste caso, a cronologia dos materiais não está ainda estabelecida, faltando saber se são paleolíticos ou posteriores.

Apesar destes dados para a área do santuário arcaico, há actualmente uma clara dissociação entre a distribuição dos sítios de ocupação actualmente conhecida e a distribuição da arte rupestre filiforme, centrada na zona da foz do Côa e expandindo-se também para o Douro (cf. Aubry, Sampaio & Luís, 2009: 33, fig. 3-1). Essa dissociação, no entanto, pode não corresponder à realidade, e deverá talvez decorrer do facto da investigação ainda estar numa fase inicial, por um lado, e também de eventuais distorções no registo arqueológico. Estas podem surgir, a nosso ver, de dois factores. Em primeiro lugar, a albufeira da barragem do Pocinho impede a prospecção arqueológica no fundo do vale no troço terminal do Côa e no Douro, precisamente as zonas fulcrais de distribuição da arte filiforme. Em segundo lugar, a prospecção em zonas planálticas tem privilegiado as áreas graníticas, sedimentarmente mais bem conservadas que as de xisto. Estas poderão ser áreas a investir futuramente, e parece-nos altamente provável que os resultados apareçam. Quanto à área submersa nas águas do Pocinho, existem terraços fluviais assinalados na cartografia antiga, anterior à construção da barragem, sobretudo ao longo do Douro. Por outro lado, é de assinalar o aparecimento de um sítio de ocupação da Pré-história Recente na foz do Vale do Forno, hoje submerso, e que consiste em pelo menos uma plataforma sobre o rio, parecendo-nos possível, tendo em conta a topografia da zona, que se desenvolva em plataformas sucessivas até ao leito original. Não conhecemos a sequência de ocupação deste sítio, conhecido unicamente por recolhas de superfície, mas assinala a possibilidade da existência de ocupação nesta área, mesmo numa zona bastante encaixada e rochosa do vale.

Mudando de assunto, podemos referir agora sumariamente a questão da relação cronológica, tipológica e distributiva entre as figuras de traço largo e as figuras filiformes. Um pouco mais à frente referimos o achado de uma figura filiforme, representando um pequeno cavalo, na rocha 45 da Quinta da Barca. Independentemente das considerações estilísticas e cronológicas mais precisas que se queiram fazer, esta e algumas outras figuras de características similares parecem inserir-se numa fase de gravação mais próxima das típicas figuras de traço largo que da maioria das restantes figuras filiformes. Como vimos, é já conhecido que há uma “fase filiforme” prévia às figuras de traço largo, que se reconhece na base da estratigrafia figurativa de algumas poucas rochas mas, na verdade, não é claro se a chamada fase “arcaica”, que se caracteriza pela predominância das figuras de traço largo, não terá também em simultâneo gravação de figuras filiformes nos mesmos estilos, em outros painéis. Será que figuras como a da rocha 45 da Quinta da Barca são elementos de transição, representativas de uma fase em que se abandona generalizadamente o uso das técnicas de picotagem e abrasão e se adopta a incisão como técnica quase exclusiva? Ou será que na fase arcaica, os painéis em que predominam (ou são exclusivas) as figuras de traço largo coexistem com outros painéis em que apenas se gravam figuras filiformes? E, do ponto de vista da utilização e visualização destas figuras, como se articulariam estes dois tipos de painéis, uns com figuras de traço largo e outros só com figuras

filiformes, cuja visibilidade e carácter “público” seriam bastante distintos? Em particular, tendo em linha de conta a teoria recentemente desenvolvida sobre “o modo de funcionamento” em tempos paleolíticos do santuário arcaico (Baptista, Santos & Correia, 2006, 2008, 2009), como se poderiam enquadrar estes painéis nessa teoria, caso consigamos demonstrar a sua existência? Assim, figuras como esta da rocha 45 da Quinta da Barca alertam-nos para a possibilidade de os momentos iniciais da arte paleolítica do Côa poderem ser bastante mais complexos do que hoje se consegue apreender, podendo haver um conjunto de motivos filiformes associáveis aos motivos de traço largo da fase arcaica, seja em transição para a predominância da técnica filiforme nas fases mais recentes, seja em plena coexistência com as figuras de traço largo, seja também numa fase anterior ao pleno aparecimento destas. Neste último caso, será interessante averiguar qual a origem desta “fase filiforme” antiga a que atrás nos referimos. Estará também no Gravettense, de acordo com o faseamento ocupacional actualmente reconhecido? Ou recuará ao Aurignacense? Nesse caso, seria necessário saber como se articularia com o povoamento, uma vez que esta fase não é, pelo menos de momento, conhecida na ocupação paleolítica da região (Aubry, 2009b: 348).

A imensa profusão de motivos em inúmeras rochas, muitas delas recentemente aparecidas, em conjugação com as apreciáveis dificuldades logísticas que o seu estudo implica, leva a que se esteja ainda numa fase inicial dos estudos tipológicos e na seriação cronológica dos motivos paleolíticos da arte do Côa. Esse estudo está mais avançado no tocante aos motivos de traço largo, menos abundantes e mais fáceis de ver e estudar, mas muito resta por estudar no tocante aos motivos filiformes. Claro está que já há muita informação acumulada, e que a comparação com motivos de outros sítios, conjugando com a análise dos motivos bem datados das placas do Fariseu, permite colocar cronologicamente alguns tipos de figuras. Nomeadamente, é relativamente fácil identificar certos motivos como pertencendo à fase terminal do Paleolítico Superior. Por outro lado, os dados apontam para que os motivos de traço múltiplo se incluam no Magdalenense, distinguindo-se assim muito claramente da maioria dos motivos de traço largo. A questão está nos motivos filiformes em traço simples. Encontram-se na tal “fase filiforme” prévia aos motivos de traço largo, e estão lado a lado com as figuras de traço múltiplo nas placas do Fariseu e na fase mais recente da arte paleolítica do Côa (o mesmo se passando, muito possivelmente, num período já pós-paleolítico, tendo em conta as figuras que à frente referimos da rocha 7 do Fariseu e das rochas 87, 92 e 93 da Foz do Côa e que, nas mesmas tipologias, se encontram em traço simples e múltiplo). Tudo indica que as figuras de animais em traço simples cobrem toda a fase paleolítica da arte do Côa, do princípio ao fim. Como vimos, levanta-se a questão de saber como se articulam, na fase arcaica, com as figuras de traço largo, ou se estas as substituem, e apenas neste período, por completo. Estamos ainda longe de compreender o seu faseamento ao longo do Paleolítico Superior, na sequência Gravettense-Solutrense-Magdalenense. Tal será possível com, entre outros

estudos, a realização da seriação tipológica total dos motivos, conjugada com a análise das sobreposições existentes nos painéis. Se na fase arcaica a existência de diversas rochas densamente gravadas permite fazer uma análise das sobreposições potencialmente válida para todo este período e baseada em poucas rochas, já para os motivos filiformes a amostragem a utilizar terá necessariamente que ser muito mais ampla. São escassas as rochas com densas sobreposições de filiformes paleolíticos, e poucas (se alguma) deverão ser representativas de toda a fase de gravação destes motivos. A análise das sobreposições só será verdadeiramente útil se tiver em conta um leque muito alargado de situações, seja em rochas densamente gravadas, seja naquelas em que só há uma outra situação de sobreposição de motivos.

Podemos ver agora de forma resumida o que de mais interessante tem aparecido nos últimos anos ao nível da arte paleolítica. E podemos começar por uma notória ausência, que é a falta de novos achados recentes de figuras antropomórficas, a juntar às já existentes. Numa ocasião anterior mencionamos dois possíveis casos na Foz do Côa, mas cuja interpretação não é suficientemente clara (Baptista & Reis, 2008: 84-85). De resto, este tipo de figuras tem primado pela inexistência nos novos registos, ainda que não seja de todo impossível ou improvável que possa haver alguma numa rocha encontrada recentemente, e que não tenha sido ainda identificada como tal (quase todas as figuras antropomórficas paleolíticas até ao momento identificadas na arte do Côa são muito difíceis de ver e distinguir).

Já enumeramos atrás os novos achados de figuras de traço largo. Destas, destacamos claramente as duas rochas da Quinta da Barca, pela sua implantação inédita e pelo belo conjunto de figuras, sobretudo a rocha 56. A rocha 60 tem uma interessante originalidade, que é o facto de apresentar uma única figura picotada (e mais alguns motivos filiformes), a qual consiste unicamente numa pata e no arranque da barriga de um quadrúpede indeterminado. O interessante é que esta limitação é intencional, pois a figura não está fracturada nem degradada, o painel tem sequência, mas a figura não foi completada. Quanto aos motivos filiformes, já atrás referimos as características gerais do que se tem identificado. Sem destacar figuras individuais, é difícil salientar o achado de algumas rochas acima de outras, uma vez que tem sido tantos os novos registos que merecem relevo. Por exemplo, de entre tantas na Foz do Côa, destacaríamos os conjuntos das rochas 50, 52 e 103. A primeira por mostrar uma manada de cervídeos ou caprinos (as armações dos machos não apresentam ramificações), representados em traço múltiplo, muito completa, com machos, fêmeas e crias. Para além da raridade, e excelente qualidade das figuras representadas, há um dinamismo e realismo na representação que a tornam particularmente atraente. Todas as figuras de adultos são representadas com dimensões muito similares, distinguindo-se claramente das duas crias, de tamanho similar e realisticamente muito inferior. Um macho surge à frente da manada, com a cabeça torcida olhando para trás e para cima, numa posição que parece de alerta. Atrás seguem duas ou três fêmeas e dois

machos. Muito interessante é a relação das figuras que interpretamos como crias com as restantes. Todas as figuras adultas que seguem atrás do macho a olhar para trás têm a cabeça ao alto, com uma excepção. Esta é um macho, com dois pequenos cornos, que tem a cabeça para baixo, quase tocando o flanco da cria ligeiramente à sua frente, numa atitude protectora, como se a fosse cheirar ou lambar. Por sua vez, logo à frente da cria surge uma outra figura de adulto, infelizmente truncada na fractura do painel. Este posicionamento da cria entre dois adultos é a mesma que se encontra na cena familiar dos cervídeos da rocha 16 do Vale de José Esteves (Baptista, 2008b: 118). A outra cria, infelizmente muito danificada e de difícil visualização, tem também uma relação directa com a presumível progenitora, surgindo-lhe no meio das patas, estando assim também em situação protegida. Na rocha 52, entre numerosas figuras, destaca-se um painel com um denso grupo de cervídeos, sobrepostos uns aos outros e de tamanhos distintos, que parece representar uma manada em movimento. A rocha 103 realça-se pelo seu espectacular conjunto muito variado de dezenas de figuras, com múltiplas sobreposições, sendo uma das mais complexas rochas com motivos filiformes de toda a arte paleolítica do Côa. Os motivos são em traço simples e múltiplo, os últimos em maior número, destacando-se a beleza e qualidade de muitas figuras, e particularmente a colecção de cavalos em traço múltiplo, raros na arte do Côa.

Na Quinta das Tulhas, destaca-se a rocha 5, por ter uma originalidade na arte do Côa, que é apresentar um conjunto composto exclusivamente (aparentemente, e à primeira vista) por vários veados, todo machos de grande armação, de estilo e dimensão similar, e orientados na mesma direcção, parecendo assim tratar-se de uma manada unicamente composta por machos. Em quase todos os sítios com arte paleolítica que temos prospectado tem surgido pelo menos uma rocha que se destaca das demais, normalmente não por ter motivos em si mesmo originais, no seu tipo ou estilo, mas pela maneira como surgem no conjunto. Assim, por exemplo, nas rocha 9 de Vale de Moinhos e 55 de Vale de Cabrões destacam-se os cavalos de traço filiforme simples de grandes dimensões. As rochas 8 da Foz do Côa ou 22 da Ribeira das Cortes salientam-se por terem predominantemente (ou mesmo exclusivamente) signos abstractos, sempre raros na arte do Côa, o mesmo se passando numa rocha já há muito conhecida mas recentemente reavaliada (por nós e pelo nosso colega Fernando Barbosa), a rocha 4 do Vale de José Esteves, com um espectacular conjunto de signos triangulares, ramiformes e outros, semelhantes a alguns dos existentes na rocha 16 do mesmo sítio, e que neste caso se entremeiam de forma particularmente bem conseguida com várias figuras de animais. Poderíamos continuar com os exemplos de rochas e motivos relevantes, que são muitos, mas preferimos agora salientar alguns motivos particulares que, por razões diversas, merecem destaque.

A rocha 45 da Quinta da Barca, a que atrás fazemos referência, encontra-se isolada na encosta sobre o Côa, aproximadamente a meia distância entre as duas grandes concentrações de rochas deste sítio localizadas nas imediações do Côa: para montante, o

grupo da foz da Ribeira da Quinta da Barca (rochas 1, 2, etc.), para jusante o grande grupo que se inicia nas rochas 18 e 19 e vai terminar nas rochas 23 e 37. Esta rocha 45, com a sua implantação discreta, tem um pequeno painel escassamente gravado unicamente com traços filiformes, onde se distingue claramente um só motivo, havendo mais alguns poucos traços que, à primeira vista, não parecem formar figuras. O motivo é uma pequena figura de cavalo, de poucos centímetros de comprimento, vista de perfil e orientada para a direita. O que tem de assinalar é o seu estilo arcaico, reminiscente dos de muitas das figuras de traço largo. Não é certamente, longe disso, a única figura filiforme com características arcaicas, mas será uma em que essas características melhor se afirmam. Tem assim uma barriga convexa com as patas esboçadas, de perfil em V. O pescoço é curvo e maciço, com crina alta em escova, e a cabeça desenrola-se num muito acentuado “bico de pato”. Lembra fortemente, por exemplo, o cavalo picotado da rocha 3 da Penascosa (Baptista & Gomes, 1997: 332).

Voltando à rocha 56 da Quinta da Barca, esta apresenta, para além do muito interessante conjunto de figuras de traço largo a que já fizemos referência, uma grande quantidade de motivos filiformes. Muitos destes são de muito difícil identificação, mas reconhecem-se algumas figuras. Entre estas, destacamos uma, isolada na extremidade esquerda da rocha, por eventualmente poder representar um tipo de figura até ao momento desconhecida na arte paleolítica do Côa, e que seria a representação de um carnívoro de grande porte, provavelmente um felino. É um pequeno motivo, com aproximadamente 10 centímetros de comprimento, visto de perfil e voltado à esquerda. Está incompleto, sendo representada apenas a cabeça, parte do dorso, e o peito e arranque da pata dianteira. Os traços estão muito apagados e é muito difícil a sua visualização, mas a cabeça não é semelhante à dos típicos animais herbívoros comumente representados na arte paleolítica do Côa e, pese embora a falta de detalhe da representação, pensamos que se poderá tratar de um grande felino. Também não excluimos a hipótese de se poder tratar de um urso, embora nos pareça menos provável. Mas, como dissemos, não afirmamos peremptoriamente que seja uma nova tipologia de animal, dadas as dificuldades de visualização e a indefinição nos detalhes, assim como o facto de só a parte posterior estar representada. Por outro lado, por cima da cabeça surge um grande traço rectilíneo, que descai obliquamente por cima do dorso. Não nos parece que este traço tenha a ver com a figura, não estando, tanto quanto conseguimos ver, directamente ligado à cabeça, mas o tipo de traço e a pátina são idênticos e, caso esteja conectado com a figura, então a interpretação desta terá que ser revista.

Passando agora para figuras em duas rochas já há muito inventariadas mas pouco conhecidas, começamos por dois motivos existentes na rocha 2 da Vermelha. O painel desta rocha, de razoáveis dimensões, tem uma quantidade relativamente reduzida de figuras paleolíticas, em traço simples e múltiplo, algumas das quais foram já apresentadas (Baptista, 1999a: 142-145). Entre estas encontram-se duas diferentes das restantes e, na verdade, diferentes de todos os outros motivos que conhecemos na arte paleolítica do Côa.

Ainda que não seja uma interpretação completamente segura, pensamos que podem ser representações de membros da ordem dos lagomorfos (ou seja, coelhos ou lebres), não deixando de ser curioso que uma das figuras é mais parecida com um coelho enquanto a outra faz lembrar mais uma lebre (o escasso detalhe das representações não permite, no entanto, aventurar-nos muito nestas diferenças, uma vez que nem sequer estamos totalmente seguros que sejam efectivamente lagomorfos). Note-se que os restos de coelho são os mais abundantes entre a fauna identificada na escavação do Fariseu (Gabriel & Béarez, 2009), e estes animais eram bem conhecidos e consumidos pelos caçadores paleolíticos do Côa. Ambas as figuras são em traço simples, de dimensões razoáveis (20 centímetros ou mais), voltadas à esquerda. Em ambos os casos parecem ter sido desenhadas completas, mas não conseguimos observar a parte traseira, num caso por se ter perdido por fractura, no outro por estar coberta de líquenes, o que não ajuda à melhor identificação das espécies. A sua característica mais distinta, e que nos leva a considerá-las como sendo possíveis lagomorfos, está na representação da cabeça, e em particular do focinho e das orelhas. Enquanto que na maioria das figuras das típicas espécies representadas na arte paleolítica do Côa o focinho tende a ser mais ou menos alongado e/ou pontiagudo (ainda que com assinaláveis variações, não só de espécie para espécie mas também dentro da mesma espécie), nestas duas figuras o focinho é notoriamente curto, redondo e achatado. Do alto das duas cabeças erguem-se dois traços relativamente compridos, que poderiam perfeitamente representar as orelhas altas e largas dos lagomorfos. Numa das situações unem-se em bico no final, representando assim uma só orelha, estreita e de forma triangular, na outra são dois traços paralelos e curvilíneos, um deles fazendo um ângulo a meio, e que não se unem no final, podendo assim representar as duas orelhas. É claro que estes traços poderiam eventualmente representar armações de animais (nomeadamente de caprinos), mas são diferentes das armações que aqui conhecemos e, nesse caso, ambas as figuras seriam representadas sem orelhas, o que nos parece improvável.

A rocha 3 de Vale de Moinhos é também uma rocha inventariada há muito. Situa-se na parte superior do vale, junto à linha de água, tendo um painel de grandes dimensões. Neste, para além de alguns pequenos conjuntos de traços filiformes, que em geral não formam motivos identificáveis (com a possível excepção de um dos conjuntos, que poderia talvez formar uma figura zoomórfica, ainda que seja pouco perceptível), identifica-se com clareza um único motivo. Este é obtido por picotagem e tudo indica, pela técnica, estilo e pátina, que se trata de uma figura de cronologia paleolítica. O traço é, no entanto, algo diferente do típico traço picotado das figuras paleolíticas da arte do Côa, sendo composto por diversos pontos descontínuos e alinhados, em vez de formar um só traço contínuo, obtido pela sobreposição de múltiplas picotagens. Por esta razão, a figura é um pouco difícil de ver, e a sua interpretação também não é segura. É uma figura completa de um quadrúpede, de razoáveis dimensões (cerca de um metro), em perfil e voltado à direita. O corpo é maciço e atarracado, e as patas curtas. Não se vê cauda,

embora haja uma vaga sugestão do que poderia ser o arranque de um pequeno coto, mas que não chega a ser explicitamente desenhado. O lombo, embora afectado por uma extensa zona lascada, parece fazer um acentuado alto a seguir à cabeça, como uma bossa dorsal. A linha ventral é aproximadamente direita, sem curvatura acentuada, e o dorso vai descendo em direcção à cauda. A cabeça, ao contrário das típicas representações das cabeças de auroque, é muito curta e arredondada, de aspecto maciço, tendo pelo menos um (talvez dois) traço saliente e curvo no topo, de forma muito similar a um pequeno corno ligeiramente retorcido. Assim, e em suma, esta figura parece ser um bisonte (*Bison bonasus*). A confirmar-se, é o primeiro e único identificado até ao presente na arte do Côa. Os auroques são numerosos e identificam-se, em regra, com facilidade, mas nada mais surge que remotamente se assemelhe a um bisonte, a não ser esta figura. Não se deverá sobrevalorizar o aparecimento deste exemplar. Trata-se, como vimos, do único até ao momento identificado, entre milhares de figuras, e a singularidade do traço, que lembra um esboço, acentua este carácter excepcional. Não implica necessariamente que os bisontes fossem uma espécie frequente na região. A sua presença aqui poderá originar-se em exemplares desgarrados que pudessem ter deambulado para esta zona, eventualmente apenas num qualquer momento muito específico ou, em alternativa, que o autor da figura possa ter estado em contacto com estes animais em regiões mais longínquas, ou em contacto com pessoas que os conhecessem e lhe tivessem transmitido, de alguma forma, esse conhecimento.

Na rocha 34 do Vale de José Esteves encontra-se uma representação de uma ave, a única a ser identificada com clareza até ao momento na arte paleolítica do Côa. Há também uma possível figura de ave na rocha 19 da Ribeira de Piscos (informação pessoal de António Martinho Baptista e Fernando Barbosa, a quem agradecemos), mas é uma representação pouco clara e de interpretação incerta e, para mais, parcialmente coberta por uma fina película de deposição posterior à gravura, que dificulta ainda mais a sua interpretação. Nas imediações da região do Côa há uma representação de ave em pintura a negro na Fraga do Gato, a Norte do Douro, representando um bufo, de muito provável cronologia paleolítica, e recentemente publicada (Baptista, 2008b: 226-229).

Não temos dúvida que esta figura do Vale de José Esteves se trata da representação de uma ave, a única questão é a sua cronologia. Tendo em conta a conjugação de factores como a técnica, o tipo e aspecto do traço, o elevado desgaste e pátina deste, o estilo da figura e o restante contexto da rocha, não hesitamos em atribuir-lhe uma cronologia paleolítica. Mas, uma vez que está isolada no seu pequeno painel, sem sobreposições ou associações directas a outras figuras, não tem paralelos na arte do Côa, elevadas pátinas e desgastes também se encontram em figuras de épocas posteriores e, nas gravuras da Idade do Ferro e Época histórica, também se encontram algumas raras representações de aves (de estilos muito diferentes, é certo), não podemos eliminar completamente a hipótese de ser uma figura de época posterior.

O afloramento encontra-se na margem esquerda do vale, na sua zona terminal, mas relativamente afastado da linha de água, na parte superior do grande conjunto rochoso que aí se encontra, já em área aplanada. Por isso, é um afloramento muito baixo, pouco se elevando do solo, e o seu painel vertical é dos mais baixos de entre todos os conhecidos na região da arte do Côa, compensando por ser relativamente comprido. Apresenta diversos motivos espalhados ao longo do painel, sobretudo na zona central, com a típica confusão e sobreposição de traços de diferentes motivos, de difícil identificação por estarem cobertos de líquenes, mas sendo possível isolar uma ou outra figura de indubitável cronologia paleolítica. A ave encontra-se na extremidade esquerda do painel, numa pequena superfície separada das restantes por fractura. Não é fácil dizer exactamente que espécie será, mas podemos começar por dizer o que seguramente não é. Não se trata um pequeno pássaro (nem dos mais pequenos, nem também dos maiores, como corvos, pegas, pombos, etc.), não é uma ave de rapina, não é um mocho, coruja ou bufo. Também não deverá ser uma ave pernalta, como garça, cegonha, flamingo ou similares, e não nos parece uma ave marinha. A figura mostra uma ave de corpo grande e “maciço”, patas curtas, pescoço longo e esguio, cabeça estreita com bico longo e afiado (ainda que esta seja a parte mais indistinta e menos visível da figura), e uma cauda relativamente curta mas bastante larga, de forma arredondada. Tendo em conta que a figura não tem muito detalhe, as hipóteses são variadas. Poderá ser um galo silvestre (família Tetraonidae), ou um membro da família Phasianidae (perdiz, codorniz ou faisão) ou, talvez a que nos parece a mais semelhante, uma ave tipo abetarda (família Otididae) mas, naturalmente, não descartamos outras hipóteses.

Por fim, e para finalizar este capítulo, falta referir um pequeno conjunto de figuras que tem vindo a ser identificadas em algumas rochas, para já ainda em número muito reduzido, e que parecem formar um grupo de estilo diferente dentro da arte do Côa. A diferença não está na espécie representada, pois parecem-nos ser sempre imagens de cervídeos ou talvez, num ou outro caso, caprinos. A diferença está claramente no estilo, que mantém a tradição paleolítica, mas a altera de forma palpável. Essa alteração traduz-se num claro esquematismo, geometrização e “desnaturalização” das representações animais, e supomos que este conjunto de figuras poderá já pertencer a momentos pós-paleolíticos, mas sem ainda integrarem o mundo da arte esquemática. Ou seja, parece-nos provável que sejam epipaleolíticas.

Naturalmente, não é a primeira vez que se referem motivos de tradição paleolítica mas já de cronologia pós-glaciar na arte do Côa, desde o princípio da investigação que alguns, em quantidades diminutas face aos motivos claramente paleolíticos, tem vindo a ser mencionados. Já atrás referimos sucintamente quais são estas rochas e estes motivos. Essencialmente são motivos picotados, de clara tradição paleolítica e representando os mesmos animais. Por outro lado, tem-se vindo a realçar nos últimos tempos que uma das fases mais representativas da arte paleolítica do Côa, assim como no sítio vizinho de Siega

Verde, estará cronologicamente inserida na fase final do período glacial (Baptista, 2008a; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann & Alcolea González, 2009). Para além de argumentos estilísticos, os dados da escavação do Fariseu apontam claramente para isso (Aubry, 2009b; Aubry & García Díez, 2009; Aubry & Sampaio, 2008, 2009); com a sua camada mais recente a datar desse período, e estando repleta de placas de xisto gravadas, com figuras inteiramente paralelizáveis com muitas das que se encontram nas paredes rochosas ao longo da região do Còa. Estilisticamente, entre outros atributos, assinala-se uma tendência para a maior geometrização das figuras e, por vezes, mas nem sempre, e nem sequer maioritariamente, alguma perda de naturalismo. Pode-se discutir se, cronologicamente, estas figuras se inserem ainda no Paleolítico Superior, se entram já nos inícios do Epipaleolítico, ou se abarcam ambos os períodos. No entanto, a sua abundância e distribuição são similares às gravuras filiformes atribuíveis a fases plenamente paleolíticas, o mesmo sucedendo com a sua gramática figurativa e simbólica. Ou seja, estas gravuras mostram uma evolução assinalável na arte do Còa no seu período final, podendo talvez, numa leitura estritamente cronológica, entrar já numa fase pós-paleolítica mas, culturalmente, são paleolíticas.

O pequeno grupo de gravuras a que nos queremos agora referir são em parte paralelizáveis com aquelas. Indubitavelmente são de tradição paleolítica, figuram essencialmente cervídeos, a gramática figurativa e, possivelmente, simbólica, parece dever bastante à arte paleolítica. Mas a sua evolução estilística é drástica, levando a geometrização e o esquematismo a extremos não vistos na arte paleolítica do Còa, e perdendo-se, por vezes de forma muito acentuada, o naturalismo das figuras. Por outro lado, uma das características mais notórias de várias destas figuras, e que nos leva a falar sem hesitação da sua tradição paleolítica, e que é o uso da técnica do traço múltiplo a modelar o interior do corpo, é nelas usado de forma hesitante e sem mestria, com poucos traços, frequentemente apenas na zona mais próxima da cabeça. O contraste com as magníficas figuras paleolíticas inteiramente repletas com centenas de traços múltiplos é por demais evidente. Refira-se ainda que para já apenas assinalamos a existência destas figuras em quatro rochas divididas por dois sítios, mas parece-nos claro que a sua autoria deve ser dividida por vários gravadores, tendo em conta as diferenças entre elas, não só de sítio para sítio, mas também dentro dos mesmos sítios e dentro até das mesmas rochas, sobretudo em duas delas. A ser assim, isso indica que não se trata de um estilo atribuível a um só gravador, e que poderia passar por uma “anomalia” pessoal, porventura até de um gravador pertencente ao Paleolítico Superior, mas trata-se sim de uma tendência, pouco numerosa, é certo, mas evidente, sendo possível que mais figuras venham futuramente a ser identificadas. A nossa hipótese é que sejam figuras já plenamente epipaleolíticas, porventura o culminar final da evolução estilística anunciada no período tardiglacial e anunciando, pelo seu claro esquematismo, o advento da arte esquemática da Pré-história Recente. Diga-se nos últimos tempos se tem vindo a tornar claro que existe um contexto habitacional epipaleolítico na região do

Côa, relativamente numeroso, embora este esteja ainda muito insuficientemente caracterizado (Aubry, Sampaio & Luís, 2009: 32-36).

Passando agora à descrição destas figuras, elas encontram-se assinaladas, até ao momento, na rocha 7 do Fariseu (agradecemos a Fernando Barbosa, que nos chamou a atenção para a sua existência), e nas rochas 87, 92 e 93 da Foz do Côa, sendo particularmente abundantes nestas últimas, onde nos captaram pela primeira vez a atenção. Como dissemos, parece-nos altamente provável que mais figuras deste estilo venham futuramente a ser identificadas, nestes e noutros sítios.

A rocha 7 do Fariseu encontra-se numa zona mais superior da linha de água que divide este sítio a meio, afastando-se assim um pouco da implantação da maioria das restantes rochas. Tem um painel relativamente pequeno mas densamente preenchido com enorme quantidade de motivos filiformes, na sua maioria da Idade do Ferro. Não conseguimos observar nenhum típico motivo paleolítico embora, no meio do aparente caos de traços, seja possível que algum exista. Apenas no canto superior esquerdo, se encontram pelo menos dois motivos mais antigos que os outros representando, provavelmente, cervas, embora a identificação da espécie seja algo problemática. São duas figuras muito semelhantes, em traço simples, se exceptuarmos uma meia dúzia de traços internos paralelos que uma delas apresenta junto ao pescoço. A cabeça é triangular, com representação das orelhas. Os quartos traseiro e dianteiro são duas linhas rectas, até ao final das patas, num dos casos dispostos na vertical e no outro obliquamente. Neste último caso, a linha do ventre arranca muito perto do final das patas, fazendo um corpo desproporcionadamente largo, esboçando-se as patas e sendo uma linha não inteiramente rectilínea. No outro, o corpo é menos disforme e a figura é mais elegante, mas as patas quase não são esboçadas e a linha ventral é feita por duas linhas rectas, com um notório ângulo a meio. Estas duas figuras apresentam já as características essenciais deste estilo a que nos temos vindo a referir, mas não são os casos mais notórios, havendo até algum esforço no sentido do naturalismo. É na Foz do Côa que estão os melhores exemplos.

A rocha 87 da Foz do Côa encontra-se a meia altura e na zona central da encosta. É um painel muito pequeno, e com poucas gravuras. Existem alguns traços que, num primeiro olhar, não parecem formar motivos definidos, e vê-se um único motivo identificável. É de grandes dimensões, a maior de todas estas figuras conhecidas neste estilo, e é de traço simples. A cabeça é trapezoidal, estreita e anormalmente comprida, terminando numa irrealista ponta aguçada. O dorso faz uma pronunciada curvatura para cima, a meio, como se todo o lombo do animal fosse uma imensa bossa. O ventre, embora menos pronunciado, faz o mesmo padrão, e o corpo é bastante estreito e muito pouco naturalista. As patas caem na vertical, e são imensamente compridas, mais que o próprio corpo e, na verdade, a altura total da figura será aproximadamente o dobro do seu comprimento.

Nas rochas 92 e 93 encontra-se a maior colecção de figuras deste estilo. As duas rochas encontram-se lado a lado, e estão na mesma zona da encosta que a rocha 87, a uma cota um

pouco inferior. São, claramente, as duas maiores rochas desta zona, sendo visualmente marcantes, não só pelas enormes dimensões mas também pela forma geometricamente rectangular e pelas cores avermelhadas que ostentam. A rocha 92 está por trás e é ligeiramente mais pequena. Tendo em conta o tamanho do painel, e tal como sucede com a rocha 93, está esparsamente gravada e não tem grande quantidade de motivos. Para além de escassos motivos da Idade do Ferro, tem algumas típicas figuras paleolíticas, de traço simples e múltiplo, as mais abundantes. Dentro deste estilo peculiar assinalamos pelo menos quatro motivos, sendo possível que possa haver mais um ou outro para identificar. Por outro lado, já anteriormente referimos duas figuras desta rocha que consideramos como sendo da Idade do Ferro (Baptista & Reis, 2008: 67), mas que pensamos agora ser possível reconsiderar como pertencendo a este grupo estilístico, ainda que sem ter certezas. Se exceptuarmos estas duas figuras, um pouco diferentes, as restantes são todas muito parecidas umas com as outras, incluindo o tamanho. Cabeça sumariamente esboçada de forma triangular ou trapezoidal, dois pequenos traços como orelhas. Dorso e ventre bastante abaulados, definindo um corpo disformemente alargado, por vezes escassamente preenchido com poucos traços múltiplos, mais concentrados junto ao pescoço. As patas são muito elevadas, definindo motivos tão ou mais altos do que são compridos. A rocha 93 é a maior e mais destacada das duas. No seu enorme painel, com quase 15 metros de comprimento, encontram-se apenas uma ou outra típica figura paleolítica, uma quantidade elevada de motivos da Idade do Ferro, incluindo a cena a que mais atrás já fizemos referência e, pelo menos, oito figuras dentro do estilo que estamos a tratar. Para além de serem mais numerosas, são também mais diversas que na rocha 92, nas dimensões e nas formas. Algumas são em traço simples, outras tem poucos traços múltiplos concentrados no corpo perto do pescoço. Há vários casos em que as figuras são notoriamente mais altas que compridas. É sobretudo nestas figuras desta rocha que se nota uma maior tendência para haver ângulos abruptos nos pontos de encontro entre os diferentes traços que lhes compõem as formas, sobretudo na cabeça, a meio do dorso e do ventre, e no encontro entre o dorso e os quartos traseiros, na zona onde estaria a cauda (que nunca é representada), que em alguns casos forma ângulos de 90°. O dorso é tendencialmente abaulado, formando bossa, embora nalguns casos possa ser rectilíneo. O ventre é quase sempre toscamente desenhado, normalmente subindo das patas traseiras para o peito. Num caso curioso, a linha do ventre não chega sequer a ser representada, as duas linhas que representam as patas traseira e dianteira vão convergindo uma para a outra, cruzando-se ligeiramente no final, assim delimitando o corpo por completo. As cabeças tendem a ser esboçadas triangular ou trapezoidalmente, embora haja um ou outro caso em que têm formas mais arredondadas. Em pelo menos dois casos a cabeça não chega a ser completamente desenhada, havendo apenas um traço que sai do ponto de encontro entre a linha do dorso e uma das linhas verticais. Das duas uma, ou interpretamos esse traço como sendo a cauda, e então não há de todo cabeça, ou é de facto a cabeça, meramente esboçada

(hipótese para a qual nos inclinamos, até por comparação com as restantes figuras). Estas duas figuras são particularmente interessantes porque, com a ausência de cabeça e os traços particularmente longos que lhes formam a dianteira e a traseira, levam o esquematismo a extremos tais que, se não fosse por comparação com as figuras ao lado que tem atributos semelhantes, teríamos dificuldades em considerá-las sequer representações de animais, podendo bem passar por figuras geométricas.

7. Epílogo: uma estimativa em quantidade

Para terminar, pensamos que nos podemos dar ao luxo de arriscar uma previsão em termos da quantidade total de sítios e de registos que podemos esperar encontrar na região da arte do Côa. Quando começamos o nosso próprio trabalho de prospecção de arte rupestre, a partir de 2005, já havia uma substancial quantidade de sítios e registos conhecidos, que rapidamente aumentaram de forma acentuada. A certa altura, a dúvida que tínhamos era se poderíamos ou não atingir a marca dos mil registos mas, neste momento, e embora ainda não tenhamos lá chegado, é evidente de que atingir essa marca é apenas uma mera questão de tempo, e esperamos chegar ao milésimo registo algures durante o ano de 2010. Com o conhecimento que adquirimos do terreno, dos diferentes sítios e das suas características, parece-nos possível arriscar uma estimativa do total, incluindo as rochas que estão afundadas nas águas da albufeira do Pocinho.

Para o número total de sítios, pensamos que o mais provável é que não se venha a atingir a centena, e arriscamos um número entre os 80 e 90 sítios. Aqui, no entanto, tudo depende da quantidade de pequenos sítios que poderão aparecer, com poucos registos, sendo para já difícil adivinhar o contributo das zonas planálticas. Se estas se revelarem pródigas em pequenos sítios, e se as escavações arqueológicas que venham a ser feitas contribuírem com novos registos em termos de pedras soltas decoradas, então o número final de sítios poderá crescer bastante, ainda que a sua contribuição para a quantidade total de registos possa não ser muito relevante. No tocante ao número total de registos, incluindo, como dissemos, aqueles submersos nas águas da albufeira do Pocinho, e que poderão ser bastantes, arriscaríamos um número entre os 1400 e 1600 registos que, na sua esmagadora maioria, deverão consistir em rochas historiadas *in situ*, os “outros registos”, como já referimos, não deverão atingir quantidade muito significativas. O futuro dirá, esperamos, em que medida estas estimativas se revelam ou não como visionárias.

Por fim, uma pequena nota sobre a contagem de motivos. Alguns ensaios prévios estatísticos foram já feitos sobre os motivos e as suas técnicas (cf. Baptista, 1999a: 22-23), e particularmente sobre os de época paleolítica mas, neste momento, não é possível

apresentar dados estatísticos totais fiáveis dos motivos para nenhum dos quatro grandes períodos da arte do Côa. Tal pode ser feito, embora os dados não estejam ainda preparados, para aqueles registos cujo levantamento já foi feito, e em que a separação de motivos é exequível (mas nem sempre fácil; com a característica confusão de traços típica de muitos dos painéis da arte do Côa, por vezes nem mesmo após o desenho se tem a certeza absoluta do que é ou deixa de ser um motivo; os próprios critérios definidores de “motivo” teriam que ser melhor aclarados). Mas para uma grande quantidade das rochas da arte do Côa, a contabilidade prévia antes do desenho está sujeita a uma excessivamente ampla margem de erro, tanto na contagem como na interpretação e identificação dos motivos. Isso não acontece sempre, existem bastantes rochas em que essa contagem poderia ser feita, mas são também aquelas em que a quantidade de motivos é reduzida, e em que estes se distinguem facilmente uns dos outros, sendo estatisticamente pouco relevantes no total. Naquelas rochas, e são muitas, em que os motivos são numerosos e as sobreposições são a regra, ou em que os líquenes, o desgaste dos traços ou a má conservação da superfície gravada prejudicam a observação, só o desenho pode fornecer dados completos e fiáveis. Uma análise pré-levantamento, sendo possível e desejável, é muito demorada e sujeita a forte margem de erro. As prospekções recentes que temos feito apenas agravam o problema, uma vez que têm feito crescer acentuadamente o fosso entre a quantidade de rochas já desenhadas e as restantes, até pelo tempo que demora a efectuar o correcto levantamento de uma rocha, sobretudo das maiores e mais complexas. Por outro lado, é necessário ser-se prudente na extrapolação de resultados parciais, uma vez que a escolha das rochas que são desenhadas obedece a critérios de significado científico, mas não a critérios de representatividade estatística. Uma vez que não temos dados totais para os sítios de dimensões apreciáveis, aqueles que à partida poderão estar mais dentro da média, também não conseguimos ainda obter com fiabilidade um dado como a quantidade média de motivos por rocha, ou seja não podemos, a partir dos dados de algumas rochas, extrapolar para o total.

Assim, e concluindo, será possível, mais cedo ou mais tarde, apresentar estatísticas completas sobre os motivos das rochas já desenhadas, mas demorará muito até se poder fazer o mesmo para a totalidade da arte do Côa. Podemos dizer que o número total de motivos será de vários milhares, seguramente ultrapassando a dezena de milhar (a principal dúvida não está em se ultrapassa a dezena de milhar, o que nos parece ser um dado praticamente adquirido, mas sim se chegará à vintena de milhar). Para isso contribuirão em grande medida os motivos paleolíticos, em primeiro lugar, e os da Idade do Ferro em segundo lugar, com alguns milhares de motivos para cada. A Pré-história Recente está muito menos representada, e o seu número total de motivos será de poucas centenas. A Época Histórica tem visto a quantidade de registos a crescer acentuadamente nos últimos anos, e também superará largamente o milhar de motivos. Nesta altura, não é possível ser muito mais preciso que isto.

Bibliografia

- AA. VV. (1995) – *Dossier Côa*. [In JORGE, Vítor Oliveira (coord.), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4)], Porto, pp. 311-896.
- AA. VV. (2008) – *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 02 – *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão.
- ABREU, Mila Simões de; ARCÀ, Andrea; JAFFE, Ludwig & FOSSATI, Angelo (2000) – As gravuras rupestres da Idade do Ferro no vale de Vermelhosa (Douro ã Parque Arqueológico do Vale do Côa). Notícia preliminar. In JORGE, Vítor Oliveira (ed.), *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. V – *Proto-história da Península Ibérica*, Vila Real, Setembro de 1999). Porto: ADECAP, pp. 403-412.
- ALMAGRO, Martin (1966) – Las Estelas decoradas del Suroeste Peninsular. *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, Vol. VIII, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Madrid, 215 p.
- ALVES, Lara Bacelar (2003) – *The movement of Signs. Post-Glacial rock art in Northwestern Ibéria*. Ph.-D Thesis, 2 vols., Reading: Depart. of Archaeology, University of Reading, 455 p.
- AUBRY, Thierry (2006) – Vallée du Côa. Un art préhistorique unique. *Archéologia*, 436, Dijon: Éditions Faton, pp. 62-71.
- AUBRY, Thierry (ed.) (2009a) – *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], 511 p.
- AUBRY, Thierry (2009b) – Abordagem tipológica dos conjuntos líticos: contribuição para a definição da sequência crono-estratigráfica de ocupação humana do Vale do Côa. In AUBRY, Thierry (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 348-356.
- AUBRY, Thierry; BAPTISTA, António Martinho (2000) – Une datation objective de l'art du Côa. *La Recherche, Hors-Série n.º 4*, Paris, pp. 54-55.
- AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; ZILHÃO, João (1997) – Arqueologia. In ZILHÃO, João (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 74-209.
- AUBRY, Thierry ; GARCÍA DIEZ, Marcos (2009) – Datação indirecta da arte do Vale do Côa: estratigrafia, arte rupestre e arte móvel. In AUBRY, Thierry (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 361-395.
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís & SAMPAIO, Jorge (2006) – Primeira datação absoluta para a arte paleolítica ao ar livre. Os dados do Fariseu (Vila Nova de Foz Côa). *Al-Madan*, II.ª Série, 14, Almada, pp. 48-52.
- AUBRY, Thierry; SAMPAIO, Jorge (2008) – Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 7-30.
- AUBRY, Thierry; SAMPAIO, Jorge David (2009) – Chronologie et contexte archéologique des gravures paléolithiques de plein air de la Vallée du Côa (Portugal). In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa"* (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006). Junta de Castilla y León, pp. 211-223.

- AUBRY, Thierry; SAMPAIO, Jorge; LUÍS, Luís (2009) – Metodologia de aquisição e caracterização dos dados arqueológicos. In AUBRY, Thierry (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 31-93.
- BAHN, Paul G. (1995) – Cave art without the caves. *Antiquity*, 69, p. 231-237.
- BAPTISTA, António Martinho (1983): O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 57-69.
- BAPTISTA, António Martinho (1999a) – *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: CNART/PAVC, 189 p.
- BAPTISTA, António Martinho (1999b) – O ciclo artístico quaternário do Vale do Côa. Com algumas considerações de método sobre estilos, valoração estética e crono-estratigrafia figurativa. *Arkeos*, 6 (2), Tomar, pp. 197-277.
- BAPTISTA, António Martinho (2001) – The Quaternary Rock Art of the Côa Valley (Portugal). In ZILHÃO, João, AUBRY, Thierry e CARVALHO, António Faustino (eds.), *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique – Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP*. Vila Nova de Foz Côa, 22 – 24 Octobre 1998. Lisboa: IPA [Trabalhos de Arqueologia, 17], pp. 237-252.
- BAPTISTA, António Martinho (2008a) – Aspectos da Arte Magdalenense e Tardiglaciário no Vale do Côa. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional (Vila Nova de Foz Côa, 28 a 30 de Junho de 2007)*, Vol. 03 – *Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 14-31.
- BAPTISTA, António Martinho (2008b) – *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento/PAVC, 253 p.
- BAPTISTA, António Martinho; GARCÍA DIEZ, Marcos (2002) – L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal). La symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In SACCHI, Dominique (ed.), *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 Octobre 1999)*. Saint-Estève: GAEP/ GÉOPRE, pp. 187-205.
- BAPTISTA, António Martinho; GOMES, Mário Varela (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. 1. Canada do Inferno. Primeiras impressões. In JORGE, Vítor Oliveira (coord.), *Dossier Côa*. [Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35 (4)], Porto, pp. 349-385.
- BAPTISTA, António Martinho; GOMES, Mário Varela (1997) – Arte rupestre. In ZILHÃO, João (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 210-406.
- BAPTISTA, António Martinho; REIS, Mário (2008) – Prospecção da Arte rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico Superior à do nosso tempo, com passagem pela II.^a Idade do Ferro. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 62-95.
- BAPTISTA, António Martinho; REIS, Mário (2009) – Prospecção da Arte rupestre no Vale do Côa e Alto Douro Português: ponto da situação em Julho de 2006. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa"* (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006). Junta de Castilla y León, pp. 145-192.
- BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2006) – Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa. Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/ Quinta da Barca. *Côavisão*, 8, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 156-184.

- BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2008) – Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – Pré-história. Gestos Intemporais. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 38-61.
- BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás; CORREIA, Dalila (2009) – O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do bestiário Gravettense e/ou gravetto-solutrense. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*. Junta de Castilla y León, pp. 89-144.
- BRANCO, Ângela; ALVES, Lara Bacelar (2006) – E.N. 222 – Beneficiação entre Vila Nova de Foz Côa e Almendra. Relatório de Análise Patrimonial no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental. Relatório policopiado, IPA.
- BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; ALCOLEA GONZÁLEZ, J. Javier (2009) – Estilo V en el ámbito del Duero: Cazadores finiglaciares en Siega Verde (Salamanca). In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*. Junta de Castilla y León, pp. 259-286.
- CARVALHO, António Faustino (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2(1), Lisboa: IPA, pp. 39-70.
- CHAUVIÈRE, François-Xavier; TYMULA, Sophie; CALAME, André; DECHANEZ, Isabelle (2009) – Conservation et évolution des surfaces rocheuses gravées et piquetées de la Vallée du Côa: les données du projet “Quinta da Barca Sul”. In AUBRY, Thierry (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 443-477.
- COLLADO GIRALDO, Hipólito (2006) – *Arte Rupestre en la cuenca del Guadiana: el conjunto de grabados del Molino Manzániz (Alconchel-Cheles)*. Beja: EDIA, [Memórias d’Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva, n.º 4], 568 p.
- COSME, Susana, (2008) – Proto-história e romanização entre o Côa e o Águeda. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 03 – Proto-história e Romanização. Guerreiros e colonizadores. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 72-80.
- CUNHA, Ana Maria Cameirão Leite da (1991) – Estação de arte rupestre de Molelinhos: notícia preliminar. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 253-265.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2003) – O sistema de visita e a preservação da arte rupestre em dois sítios de ar livre do Nordeste português: o Vale do Côa e Mazouco. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(2), Lisboa: IPA, pp. 5-47.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2004) – O Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Filosofia, objectivos e acções concretas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), Lisboa: IPA, pp. 5-37.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2008) – Limites estéticos e éticos na intervenção de conservação de superfícies de arte rupestre do Vale do Côa. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 02 – A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 103-113.
- FERNANDES, António Pedro Batarda (2009) – Limites de intervenção na conservação de superfícies de arte rupestre. O caso específico dos afloramentos gravados do Vale do Côa. In BALBÍN

- BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa"* (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006). Junta de Castilla y León, pp. 439-460.
- GABRIEL, Sónia; BÉAREZ, Philippe (2009) – Caçadores-pescadores do vale do Côa: os restos de fauna do sítio do Fariseu. In AUBRY, Thierry (ed.), *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR, [Trabalhos de Arqueologia, 52], pp. 331-339.
- GARCÍA DIEZ, Marcos; RODRIGUES, Ana Filipa Castro; MAURÍCIO, João Maria Godinho (2001) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Côa*. Relatório policopiado, IPA.
- GARCÍA DIEZ, Marcos; AUBRY, Thierry (2002): *Grafismo mueble en el Valle de Côa* (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*, 55, Salamanca, pp. 157-182.
- GARCÍA DIEZ, Marcos; LUÍS, Luís (2003) – José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia. *Estudos Pré-Históricos*, X-XI, Viseu: CEPBA, pp. 199-223.
- LEMONS, Francisco Sande (1995) – Dossier Côa I: O relatório de impacto patrimonial (1989). *Forum*, 15/16, Braga: Universidade do Minho, pp. 141-156.
- LLERA, Fátima; MARQUES, Marco; RODRIGUES, Madalena; CATITA, Carlos (2008) – Estudo prévio de conservação das rochas gravadas no núcleo de arte rupestre da Penascosa – Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006), Vol. 02 – *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 43-80.
- LUÍS, Luís (2009a) – Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro. Perspectivas de investigação da proto-história no Vale do Côa. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (ed.), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa"* (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006). Junta de Castilla y León, pp. 415-438.
- LUÍS, Luís (2009b) – Per petras et per signos: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história. In SANABRIA MARCOS, P. J., (ed.), *Lusitanos y Vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*. Cáceres: Junta de Extremadura/Museo de Cáceres, pp. 213-240.
- LUÍS, Luís (2009c) – Rock Art as Land Art. A Diachronic View of the Côa Valley (NE Portugal) Post-Palaeolithic Rock Art. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva; RAFAEL GONZÁLEZ, Antón & CARMEN DEL ARCO, Aguilar eds. *I Jornadas Internacionales de Prehistoria Ciudad de La Laguna: Grabados Rupestres de la Fachada Atlántica Europea y Africana/Rock Carvings of the European and African Atlantic Façade* (La Laguna, Tenerife, 5 a 7 de Novembro 2008). [BAR International Series, 2043], Oxford: Archaeopress, pp. 129-147.
- LUÍS, Luís; GARCÍA DÍEZ, Marcos (2008) – Same Tradition, Different Views: The Côa Valley Rock Art and Social Identity. In DOMINGO SANZ, I.; FIORE, D.; MAY, S. K., (ed.), *Archaeologies of Art: Time, Place and Identity*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press Inc. [One World Archaeology Series; 55], pp. 151-170.
- PHILLIPS, Fred M.; MONTGOMERY, Flinsch; ELMORE, David; SHARMA, Pankaj (1997) – Maximum ages of the Côa valley (Portugal) engravings measured with Chlorine-36. *Antiquity*, 71, Cambridge, pp. 100-104.
- REBANDA, Nelson (1995) – Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre, In *Boletim da Universidade do Porto*, 25, Junho, Porto: Universidade do Porto, pp. 11-16.
- RIBEIRO, M. Luísa; SILVA, A. Ferreira da (2000) – *Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: PAVC.

- RODRIGUES, Adriano Vasco (1983) – *Terras da Meda. Natureza e Cultura (Monografia)*. Meda: Câmara Municipal da Meda, 391 p.
- RODRIGUES, J. Delgado (2008) – Problemas e estratégias de conservação das rochas gravadas e apreciação das intervenções-piloto no Parque Arqueológico do Vale do Côa. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 02 – *A arte da conservação. Técnicas e métodos de conservação em arte rupestre*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 114-123.
- SANTOS, André Tomás (2008) – O Vale do Côa, o Homem que o CCF. riou e o Outro que Ainda o Vive. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional (Vila Nova de Foz Côa, 28 a 30 de Junho de 2007)*, Vol. 03 – *Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Vila Nova de Foz Côa: ACDR de Freixo de Numão, pp. 8-13.
- ZILHÃO, João (coord.) (1997a) – *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, 453 p.
- ZILHÃO, João (1997b) – Súmula dos resultados científicos. In ZILHÃO, João (ed.), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, pp. 11-37.
- ZILHÃO, João; AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino; BAPTISTA, António Martinho; GOMES, Mário Varela; MEIRELES, José (1997) – The rock art of the Côa valley (Portugal) and its archaeological context: first results of current research. *Journal of European Archaeology*, 5:1, pp. 7-49.
- ZILHÃO, João (2003) – Un contexte archéologique péninsulaire pour l'art gravettien de la vallée du Côa. In BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.), *El Arte Pré-Histórico desde los Inicios del Siglo XXI – Actas del Primer Simposim Internacional de Arte Prehistórico de Ribadesella (Ribadesella, 1 a 3 de Octubre del 2002)*. Ribadesella: Asociación Cultural Amigos de Ribadesella, pp. 75-90.

Anexos

Quadro 1 – Evolução do inventário da arte do Côa

Sítios	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1 Vale da Casa	23	23	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
2 Foz do Côa	6	7	7	7	7	7	8	10	16	16	17	188	188	195	195	195
3 Faia	4	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
4 Canada do Inferno	24	38	38	38	39	40	42	42	42	42	42	43	43	43	43	43
5 Vale de Figueira	3	3	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	7	7	7
6 Vale de Moinhos	2	2	2	4	4	4	4	6	6	6	6	7	40	40	40	40
7 Ribeirinha	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8 Canada do Amendoeiro	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	7	7	7	7
9 Meijapão	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	4
10 Rego da Vide	5	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	12
11 Vale de Videiro	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
12 Ribeira de Piscos	2	3	21	21	23	28	28	28	28	28	28	28	28	28	29	33
13 Penascosa	-	9	23	23	23	24	25	25	25	25	25	26	26	36	36	36
14 Vale de José Esteves	-	10	10	12	12	12	16	16	16	20	20	20	23	63	63	64
15 Quinta da Barca	-	7	10	25	25	25	27	27	29	30	30	32	32	60	61	61
16 Vale de Cabrões	-	3	3	12	12	12	12	16	21	22	25	25	25	54	54	58
17 Vermelha	-	3	6	8	8	8	10	10	10	11	11	11	12	12	12	12
18 Ribeira de Urros	-	1	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	8	8	8	8
19 Vale de João Esquerdo	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	9	9	9
20 Vale do Forno	-	4	4	4	4	4	6	8	8	14	14	19	25	60	79	79
21 Broeira	-	1	1	1	1	1	3	4	4	4	4	10	13	13	13	13
22 Fariseu	-	2	2	2	2	2	8	8	8	8	11	19	19	19	19	19
23 Rua dos Namorados	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
24 Quinta das Tulhas	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	5	16	16	16
25 Namorados	-	-	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	7	7	7	7
26 Moinhos de Cima	-	-	-	2	8	8	8	10	10	10	10	25	25	25	25	25
27 Tambores	-	-	-	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
28 Canada da Moreira	-	-	-	-	2	4	6	7	7	8	8	8	14	14	14	14
29 Canada do Arrobão	-	-	-	-	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
30 São Gabriel	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2
31 Olival dos Telhões	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
32 Ribeira das Cortes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	9	9	9	24
33 Bulha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	42	42	42
34 Ribeira da Cabreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	4	6
35 Garrido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6	6	6
36 Tudão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	4
37 Vale Escuro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3
38 Ribeira do Picão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	5	5
39 Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
40 Paço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2
41 Foz da Ribeirinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	8
42 Picão da Lapa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
43 Faia do Coto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3
44 Azenha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
45 Ribeira da Volta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4
46 Moinho do Chocho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
47 Lapas Cabreiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
48 Vale d'Arcos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
49 Ribeira das Fornas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1





50	Canada das Corraliças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
51	Moinho da Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
52	Mioteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
53	Cachão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
54	Olgas da Ervamoira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
55	Raposeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
56	Porto Velho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
57	Alto da Cotovia o)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
58	Quinta da Moreirola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
59	Canada da Meca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	TOTAL	76	141	190	228	244	255	280	294	307	329	335	549	694	864	891	947

Quadro 2 – Cronologia dos registos e estado da prospecção em cada sítio

Sítios	Registos	Paleolítico Superior	Pré-história Recente	Idade do Ferro	Época histórica	Indeterminado	Estado da prospecção
1 Vale da Casa	29	2	11	13	5	2	Prospecção não sistemática
2 Foz do Côa	195	95	-	68	46	29	Prospecção sistemática total
3 Faia	7	2	6	-	-	-	Registo
4 Canada do Inferno	43	37	4	-	8	1	Prospecção não sistemática
5 Vale de Figueira	7	6	2	-	-	-	Prospecção não sistemática
6 Vale de Moinhos	40	17	-	10	10	7	Prospecção sistemática
7 Ribeirinha	1	-	1	-	-	-	Registo
8 Canada do Amendoal	7	5	-	4	1	-	Prospecção não sistemática
9 Meijapão	4	3	-	2	1	-	Prospecção não sistemática
10 Rego da Vide	12	4	-	-	8	-	Prospecção não sistemática
11 Vale de Videiro	2	1	1	-	-	-	Prospecção não sistemática
12 Ribeira de Piscos	33	25	3	8	5	-	Prospecção não sistemática
13 Penascosa	36	26	2	4	3	5	Prospecção sistemática total
14 Vale de José Esteves	64	31	-	32	4	6	Prospecção sistemática
15 Quinta da Barca	61	45	2	-	5	11	Prospecção sistemática total
16 Vale de Cabrões	58	28	-	28	14	4	Prospecção não sistemática
17 Vermelhosa	12	6	-	2	-	6	Prospecção não sistemática
18 Ribeira de Urros	8	3	-	5	3	-	Registo
19 Vale de João Esquerdo	9	5	-	4	-	-	Registo
20 Vale do Forno	79	25	-	39	17	11	Prospecção sistemática
21 Broeira	13	5	-	4	4	3	Prospecção não sistemática
22 Fariseu	19	16	-	1	-	3	Prospecção sistemática total
23 Rua dos Namorados	1	-	-	-	1	-	Registo
24 Quinta das Tulhas	16	3	-	10	5	3	Prospecção sistemática total
25 Namorados	7	-	3	1	1	2	Prospecção não sistemática
26 Moinhos de Cima	25	6	-	12	4	7	Prospecção sistemática
27 Tambores	2	-	2	-	-	-	Registo
28 Canada da Moreira	14	4	-	13	3	1	Prospecção não sistemática
29 Canada do Arrobão	3	2	-	1	2	-	Registo
30 São Gabriel	2	-	2	-	-	-	Registo
31 Olival dos Telhões	1	-	-	1	-	-	Registo
32 Ribeira das Cortes	24	14	-	8	5	2	Prospecção não sistemática
33 Bulha	42	15	-	24	6	4	Prospecção sistemática



34	Ribeira da Cabreira	6	1	-	3	3	1	Prospecção não sistemática
35	Garrido	6	-	-	5	2	-	Prospecção não sistemática
36	Tudão	4	4	-	1	-	-	Prospecção sistemática total
37	Vale Escuro	3	-	-	2	-	1	Registo
38	Ribeira do Picão	5	-	-	4	1	-	Registo
39	Fumo	1	-	1	-	-	-	Registo
40	Paço	2	-	-	1	-	1	Registo
41	Foz da Ribeirinha	8	8	-	-	-	-	Prospecção não sistemática
42	Picão da Lapa	1	-	-	-	1	-	Registo
43	Faia do Coto	3	-	-	-	3	-	Registo
44	Azenha	3	-	-	2	1	-	Registo
45	Ribeira da Volta	4	-	-	4	-	-	Registo
46	Moinho do Chocho	1	-	-	-	1	-	Registo
47	Lapas Cabreiras	1	-	1	-	-	-	Prospecção sistemática total
48	Vale d'Arcos	1	1	-	-	-	-	Registo
49	Ribeira das Fornas	1	-	-	1	-	-	Registo
50	Canada das Corraliças	1	-	-	1	-	-	Registo
51	Moinho da Barbuda	1	-	-	-	1	-	Registo
52	Mioteira	1	-	1	-	-	-	Registo
53	Cachão	1	1	-	-	-	-	Registo
54	Olgas da Ervamoira	4	4	-	-	-	-	Registo
55	Raposeira	2	-	-	1	1	-	Registo
56	Porto Velho	2	1	-	-	1	-	Registo
57	Alto da Cotovia	4	3	-	-	1	-	Registo
58	Quinta da Moreirola	2	1	-	-	-	1	Registo
59	Canada da Meca	3	2	-	1	-	-	Registo
	Total	947	457	42	320	177	111	Prospecção sistemática total – 7
	Número de Sítios	59	37	15	35	34	22	Prospecção sistemática – 5
								Prospecção não sistemática – 17
								Registo – 30

Legenda:

Registo – O sítio foi apenas sumariamente inventariado e registado, sem grande prospecção, a não ser uma vistoria na imediação das rochas conhecidas.

Prospecção não sistemática – A generalidade do sítio foi prospectada, mas de forma não sistemática, embora possa haver uma ou outra pequena área que tenha sido sistematicamente prospectada.

Prospecção sistemática – As zonas mais importantes do sítio, onde se concentram os afloramentos, foram sistematicamente prospectadas, mas havendo zonas vazias ou com poucos afloramentos que não foram prospectadas ou o foram de forma sumária.

Prospecção sistemática total – Toda a área do sítio foi integralmente prospectada de forma sistemática (excepto as zonas que estejam inundadas pelas águas da albufeira do Pocinho).

Mapa

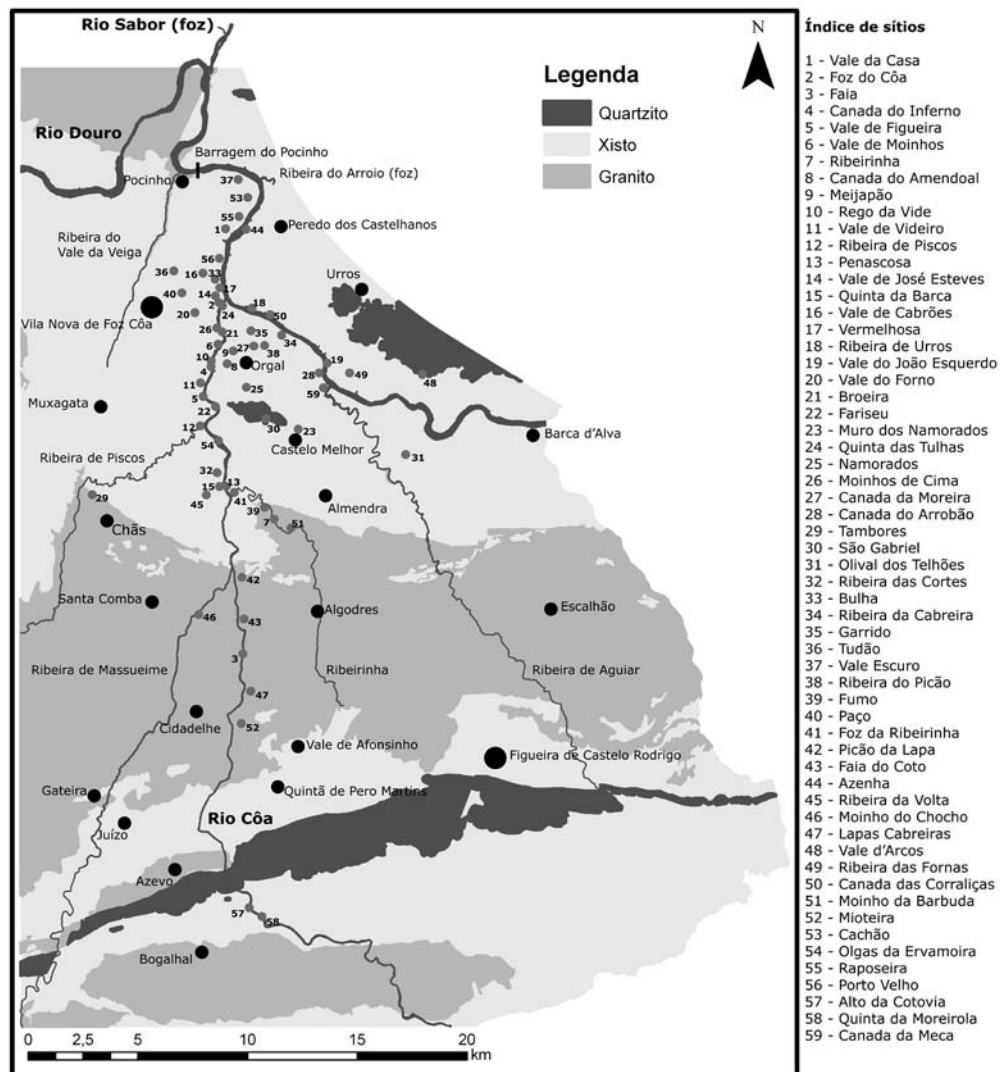


Fig. 1 Distribuição dos 59 sítios de arte rupestre identificados até Maio de 2009 na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa e zonas adjacentes. Inclui-se a localização das principais povoações da região (diferenciando-se as sedes de concelho das aldeias), os principais cursos de água, e a localização da barragem do Pocinho.
(Base cartográfica adaptada a partir de Ribeiro & Silva, 2000)